

textos
científicos

25



abril

1974

Textos científicos

A selecção de textos de carácter científico pretende fornecer pistas de compreensão, quer do período revolucionário iniciado com o 25 de Abril de 74, quer dos seus antecedentes.

Considerámos importante conjugar documentos que forneçam uma visão global com outros que aprofundem certos aspectos específicos dos períodos referidos. Além disso, foi nossa preocupação fornecer um leque alargado de leituras que demonstrem a complexidade dos temas e facultem estratégias diversificadas de abordagem.

Trata-se de um conjunto de documentos que poderão, por conseguinte, prestar-se a múltiplas explorações, servir estratégias variadas, ou serem encaminhados tão só para uma leitura compreensiva.

Na impossibilidade de contemplar de forma exaustiva todos os aspectos essenciais para o conhecimento daqueles períodos, seleccionámos textos de acordo com os seguintes tópicos:

1. Para uma caracterização geral do Estado Novo e do Marcelismo...
 - 1.1. Edificação da estrutura jurídico-política.
 - 1.2. Estrutura corporativa do Estado.
 - 1.3. Política do espírito, endoutrinação e inculcação de valores.
 - 1.4. Controlo ideológico e repressão.
2. A questão colonial.
3. A agonia do Regime.
4. A Revolução do 25 de Abril e o período de normalização democrática.

Dando especial relevo aos textos de natureza historiográfica, servimo-nos ainda de outros de índole diversa. Uns e outros podem com proveito ser «didactizados», isto é, adequados ao nível e interesse dos alunos, aos objectivos que se desejam atingir, aos conteúdos que se pretendem estudar e às estratégias em que o seu tratamento e a sua exploração se inserem.

Uma especial chamada de atenção para as **Transparências**. Pelo seu poder sugestivo, são recursos didácticos de comprovada eficácia, podendo contribuir para otimizar o binómio ensino-aprendizagem. Concebidas para serem usadas em estreita ligação com os textos, será aconselhável, por isso, um diálogo interactivo que proporcionará uma maior rendibilização destes dois tipos de materiais.

*Augusto José Monteiro
Maria Manuela Cruzeiro*

1

PARA UMA CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO NOVO E DO MARCELISMO

Documentos seleccionados:

- As fases do Estado Novo – Fernando Rosas
- Um Estado tendencialmente totalitário – Fernando Rosas

1.1. EDIFICAÇÃO DA ESTRUTURA JURÍDICO-POLÍTICA

Documentos seleccionados:

- Os princípios fundamentais da nova ordem de coisas – Oliveira Salazar
- As verdades «indiscutíveis» – Oliveira Salazar
- Nacionalismo e autoritarismo – Manuel Braga da Cruz

1.2. ESTRUTURA CORPORATIVA DO ESTADO

Documentos seleccionados:

- O Estado corporativo – A. H. de Oliveira Marques
- O corporativismo subordinado... – Fernando Rosas

1.3. POLÍTICA DO ESPÍRITO, ENDOUTRINAMENTO E INCULCAÇÃO DE VALORES

Documentos seleccionados:

- Propaganda nacional e «política do espírito» – Fernando Rosas
- Traços do discurso ideológico – Luís Reis Torgal
- Para combater o analfabetismo... – Luiza Cortesão
- Objectivos gerais de ensino – Luiza Cortesão
- Pátria e patriotismo – Maria de Fátima Bivar
- «Portugal não é um país pequeno» – João Grave
- «A ceguinha já não tem guia» – João Grave
- «As abelhas» – in Livro de leitura para a 4ª classe
- «A cidade e a aldeia» – Abílio de Mesquita

1.4. CONTROLO IDEOLÓGICO E REPRESSÃO

Documentos seleccionados:

- As censuras... O país-ficção e o país-real – César Príncipe
- A falsidade programada para defesa do sistema – César Príncipe
- O Estado de mentira – José Cardoso Pires
- Telegramas telefonados – Comissão de Exame Prévio do Porto
- Tarrafal campo da morte – Exposição apresentada pelos presos...
- Depoimento de um prisioneiro no Tarrafal – Pedro Soares
- A fuga de Peniche – in *60 Anos de Luta*

As fases do Estado Novo

É hoje razoavelmente pacífico na historiografia sobre o Estado Novo que este regime se deve entender como a modalidade nacional de superação autoritária da crise em que se debatiam os sistemas liberais em geral, e o português em particular, desde finais do século XIX. Na prolongada crise agónica do liberalismo português (que conheceu, ainda, uma tentativa regeneradora republicana) está presente como pano de fundo, como futuro anunciado, o projecto autoritário na conhecida variedade das distintas «direitas» em que se desdobrava a direita antiliberal.

Fruto do complexo e prolongado período de transição da ditadura militar para o novo regime, o Estado Novo viria a impor-se como o pragmático equilíbrio, sob a tutela arbitral do salazarismo, dessas várias direitas da direita: no plano político-institucional e no plano económico-social. Uma plataforma, simultaneamente, das várias correntes antiliberais e anticomunistas e dos distintos grupos sociais dominantes em torno de um projecto mínimo de «ordem» política e financeira, susceptível de enquadrar, salvaguardar e compor interesses e estratégias contraditórios. Até aos anos 50, esta plataforma e o regime que mantinha, habilmente geridos por Salazar, demonstram uma notável capacidade de adaptação e plasticidade interna e externa e, conseqüentemente, de singular durabilidade, não obstante os grandes desafios que, após o início dos anos 30, têm de defrontar: o impacto da Grande Depressão, as ameaças da Guerra Civil de Espanha, o choque da II Guerra Mundial e do pós-guerra. Mas, face às contradições e desafios da década de 50, colocava-se ao regime uma tarefa substancialmente nova; não bastava adaptar-se, como até aí, isto é, «saber durar»; era chamado a encarar, a prazo, a sua própria e progressiva negação pela via de um reformismo transformador de longo alcance. A incapacidade ou a impossibilidade de enveredar por esse caminho, não obstante a tardia tentativa marcelista, anunciava o esgotamento das virtualidades equilibrantes da plataforma viabilizadora do regime e, mais tarde ou mais cedo, a ruptura revolucionária. [...]

Um período tão vasto e tão duradouramente marcante na economia, na sociedade, na política, na cultura e nas mentalidades do País, como foi o quase meio século de Estado Novo, só pode ser encarado como um todo compreensível e coerente pela abordagem histórica se esta, seja qual for o seu ponto de partida teórico, lograr definir opções claras sobre o que escolhe como objectivo e metodologia de análise, de entre a massa imensa de informação que tem pela frente. Isto é, se ela for capaz de seleccionar o que entenda essencial para propor uma explicação articulada e de conjunto. O contrário transformaria a «história» do Estado Novo num passeio acrítico e acéfalo sobre um caos empírico desestruturado e incompreensível: de que nos vale saber quantas crianças frequentavam o ensino primário, qual era o valor passageiros/quilómetro no caminho-de-ferro ou quantos padres eram ordenados por ano, se isso não nos ajudar a encontrar, neste caso, uma lógica para a política de ensino, de transportes ou religiosa do regime e uma articulação entre todas elas e as demais? Para que servem a história e o historiador se lhes reduzirmos a função à de meros recolectores e divulgadores de dados descontextualizados? [...]

Mas, sendo um ensaio interpretativo, pretendeu-se que fosse uma tentativa de entendimento coerente da realidade. Uma síntese globalizante à luz de uma visão de conjunto do

período, em vez da soma de interpretações sectorial e cronologicamente especializadas de vários autores com diferentes critérios. Sendo, obviamente, indiscutível a importância da investigação especializada, nada de pior pode acontecer à história do Estado Novo do que deixar atomizar-se em microespecializações cronológicas e temáticas que, a partir de certo momento, percam de vista o essencial: o todo, isto é, o real histórico. [...]

O trabalho foi organizado em três partes principais. Na primeira ensaia-se uma análise estrutural das realidades que constituem o ponto de partida: a sociedade e a economia portuguesas nos alvares dos anos 30, cujas características básicas não sofrem grandes alterações até ao conflito mundial. Seguem-se – partes segunda e terceira – dois grandes blocos principais separados (em Portugal como no geral dos países europeus) pela dramática ruptura da II Guerra Mundial e do imediato pós-guerra.

O primeiro bloco (1926-1949) é dominado pelo processo de estabelecimento e vigência dos principais equilíbrios políticos e económico-sociais estruturantes e viabilizadores do Estado Novo a partir dos anos 30, pelo estudo das orientações fundamentais deles decorrentes e pela análise do seu comportamento adaptativo face ao choque e à crise da guerra nos anos 40. Parece-nos certo, não obstante as reservas que a isso costumam colocar certas análises mais univocamente economicistas ou politológicas, ser possível encontrar para o conjunto do período uma coerência histórica global face às várias conjunturas que o atravessam, ainda que alguns dos seus efeitos só se façam sentir, ou só se detectem quantitativamente, em momentos posteriores.

Dentro desta fase da vida do regime consideramos separadamente duas conjunturas distintas: a que medeia entre 1926 e 1940 e a da guerra e do pós-guerra (1940-1949). Na primeira estuda-se a transição da ditadura militar para o Estado Novo, o advento do salazarismo e as suas principais características definidoras no plano interno e externo, tudo culminando no «ano áureo» de 1940, quando o Portugal de Salazar – «oásis de paz num mundo em guerra» – sonhava eternizar-se sem ser seriamente afectado pelo conflito mundial. A segunda, como se referiu, é marcada pela dura infirmação de tais projectos através do impacte da guerra e da crise económica, social e política que sacudiu o regime nos anos 40, tentando-se detectar os caminhos de adaptação e sobrevivência do Estado Novo no mundo do pós-guerra.

O outro grande bloco (1950-1974) é fundamentalmente marcado pelo longo processo da agonia do regime. Nele se distinguiram três momentos principais. Nos anos 50, período de aparente regresso ao «viver habitualmente», começam a registar-se importantes transformações na estrutura económico-social do País e na sua vida política, apesar de a respectiva visibilidade e desenvolvimento serem prejudicados pelo retorno a formas de crispação político-ideológicas no aparelho e no discurso do regime, sob influência da «guerra fria». A campanha delgadista nas eleições presidenciais de 1958 vem evidenciar essa contradição entre um país e um mundo em mudança e um Estado cada vez menos novo. Com a onda de choque que o delgadismo virá a provocar nos anos seguintes se inicia a arrastada crise final do regime, agravada, ao longo dos anos 60, pela generalização das guerras coloniais e pela divisão interna acerca dos caminhos do futuro. O marcelismo, ensaio tardio e frustrado de uma transição por via reformista, viria a ser o último degrau a caminho da queda.

A autarcia económica e um bilateralismo estrito nas relações externas, que roçava o isolacionismo, foram, durante grande parte da vigência do salazarismo – seguramente até aos

anos 50 –, uma sua essencial linha doutrinária e condutora. Salazar e os seus fiéis verão relutantemente, como cedências inevitáveis, mas dolorosas, os passos de Portugal no sentido da multilateralização das relações externas e da integração nos grandes espaços político-económicos, fenómenos incontornáveis a partir do segundo pós-guerra. Não obstante, mesmo nos anos 30 e 40, nunca foi possível ao regime virar as costas à Europa e às grandes crises económicas e políticas que a varreram. País periférico e estruturalmente dependente do exterior em termos económicos e de sobrevivência colonial, ou seja, também em termos de política geral, Portugal não deixará de pulsar ao ritmo das tensões europeias e mundiais, mesmo que os seus efeitos só aqui chegassem mediatizados pela censura, pela marginalidade geográfica ou pela distância decorrente do atraso económico. Por isso mesmo, a história da Europa e do Mundo não pôde ficar ausente desta história do Estado Novo, ao menos no tocante aos grandes reflexos condicionantes que nela foi sempre tendo. Convém ter presente que, num certo sentido, a história portuguesa desse meio século não é senão a de uma longa, titubeante e contraditória descoberta dos caminhos da Europa.

Fernando Rosas, «Introdução», in «O Estado Novo (1926-1974)», *História de Portugal*, (Dir. José Mattoso), vol. VII, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, pp. 10-13

Um Estado tendencialmente totalitário

É sabido que o Estado Novo é um regime oriundo de um clássico golpe militar e não fruto do assalto ao Poder de um partido mais ou menos milicianizado. A União Nacional, que ele criou como partido único, estritamente subordinada à política e ao aparelho estatais, nunca foi um partido «revolucionário», vanguardista, de mobilização de massas, tendente à destruição ou à subversão do Estado e à imposição de uma estrutura de poder partidarizada, fortemente ideologizada, recorrendo ao terror massivo para estabelecer o império exclusivo da sua concepção do mundo.

Vimos, igualmente, que o Estado Novo se pretendia a si mesmo distinto dos fenómenos de poder irrestrito, de «paganização» ou absolutização do Estado, considerando-se auto e heterolimitado pela «moral e o direito». Nesse sentido se não poderia falar a seu respeito de uma «dominação totalitária», na acepção que atribuiu Hanna Arendt às «ditaduras de movimento», revolucionárias e subversoras do poder constituído, operando a destruição das fronteiras do Estado com a sociedade civil pela politização total desta através de um partido único e monopolizador das formas de pensamento e acção a todos os níveis.

Estando claras as diferenças, não parece que elas sejam de molde a excluir liminarmente o salazarismo de tal tipo de expressões autoritárias de tipo novo que emergem na Europa de entre guerras, antes havendo que o encarar, à luz das especificidades da sociedade portuguesa da época que as filtraram e moldaram, como espécie particular de um fenómeno global de «fascismo genérico».

Em Portugal – como no resto da Europa com o geral das experiências autoritárias modernas –, o Estado Novo é a materialização, nas condições económicas, sociais, políticas, culturais e mentais do País, no dobrar dos anos 20 para os anos 30, da superação contra-revolucionária do liberalismo. Ele opera uma síntese pragmática e arbitral de interesses dominantes e intermédios contraditórios, de diferentes estratégias económicas e políticas, no quadro de uma plataforma comum antiliberal, antiparlamentar, anti-socialista, corporativa e autoritária de «toda a burguesia». E irá tão longe neste sentido quanto o permite a sua complexa base social e política de apoio.

Tal como os demais poderes fascistas e fascizantes do pós-guerra europeu, o salazarismo será, também ele, a síntese dos contributos e apoios das várias direitas políticas e dos interesses. Só que os conjuga de forma particular, isto é, de acordo com a força política que, em Portugal, no processo de liquidação do liberalismo e de transição para o novo regime, os sectores dominantes tradicionais logram preservar – com a consequente subalternização e perda de autonomia relativa da componente «inovadora» saída das convulsões da guerra, ou seja, da corrente mais puramente fascista da ditadura. O que não significa que, em momentos de particular crispação, como durante a Guerra Civil de Espanha, se não tenham acentuado as componentes político-ideológicas, iconográficas e organizacionais especificamente fascistas e que elas não tenham marcado mais ou menos duradouramente o Estado Novo.

Não obstante o vencimento em Portugal deste «fascismo togado», de pendor conservador e avesso a instabilidades e desordens, e apesar de esta característica se reflectir no carácter compromissório da Constituição de 1933, no repúdio formal do totalitarismo, no papel subor-

dinado da União Nacional, o Estado Novo não deixou de ter e de tentar impor um projecto doutrinário totalizante para a sociedade portuguesa. Portador de uma «concepção do mundo», do «homem» e do ser social, o salazarismo procurará moldar todos os níveis da sociedade civil de acordo com os «novos valores», isto é, tentará educá-la e formá-la imperativamente na moral nacionalista, corporativa e cristã, que haveria de presidir à política, às relações de trabalho, aos lazeres, à vida em família, à educação dos jovens ou à cultura em geral.

Não se tratou somente de uma aspiração teórica ou, como pretenderam alguns dos seus doutrinadores, de uma proposta de «orientação das almas» desligada dos instrumentos da sua realização (Manuel Rodrigues, pág. 43). Na realidade, o regime empreenderia um trabalho sistemático de imposição autoritária desses valores a todos os principais sectores da vida social, através de medidas institucionais consagradoras de uma pretendida unicidade político-ideológica. A saber:

- Monopolização da vida política pelo partido único do regime, a União Nacional;
- Saneamento político da função pública e estabelecimento legal de critérios políticos de acesso aos cargos públicos – na prática, aplicados também nas principais empresas privadas –, assegurados pela intervenção da polícia política nos processos de admissão;
- Imposição a partir do Estado de uma organização corporativa tendencialmente total, isto é, visando enquadrar o conjunto das actividades económicas, sociais, culturais e administrativas de acordo com os princípios do regime, com a erradicação progressiva de quaisquer formas de associação que não aceitassem a sua tutela ou se não integrassem no seu «espírito»;
- Organização centralizada dos tempos livres dos trabalhadores por um organismo do Estado (a FNAT, Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, criada em 1935), que curava de os preencher com actividades recreativas e «educativas» inspiradas nos princípios da política e da moral oficiais;
- Orientação ideologizada do ensino, sobretudo a nível primário e secundário, com o estabelecimento, principalmente após as reformas de Carneiro Pacheco na «educação nacional», em 1936, de programas de ensino rigidamente politizados, com saneamento político dos corpos docentes e adopção de «livros únicos» oficiais – a partir da revisão constitucional de 1935 o ensino público passa a estar constitucionalmente vinculado aos «princípios da doutrina e moral cristãs»;
- Enquadramento político-ideológico da juventude das escolas numa organização miliciana (a Mocidade Portuguesa, também criada pela reforma de 1936), de inscrição obrigatória (para os estudantes dos ensinos primário e secundário) e potencialmente monopolizadora de todas as actividades circum-escolares;
- «Formação» e «educação» das futuras «mulheres/mães», «esteios da família e da ordem social», através de instituições estaduais como a Obra das Mães para a Educação Nacional, a Mocidade Portuguesa Feminina (igualmente de inscrição obrigatória nos ensinos primário e secundário) ou o Instituto para a Defesa da Família;
- Adopção de uma «política do espírito», isto é, de uma orientação oficial para a cultura e as artes, explicitamente destinada a «educar o gosto dos Portugueses» no culto de valores estéticos e ideológicos modelares, apresentados e divulgados pela propaganda do Estado, a cargo do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), criado logo em 1933.

É certo que esta imposição totalizante é, entre nós, sobretudo tendencial, em vários campos, de alcance limitado. Dará mesmo lugar, sobretudo após a II Guerra Mundial, e variando de acordo com os sectores de actividade, os grupos sociais ou até os períodos, a manifestações de um «pluralismo limitado», subordinado, mas, de alguma forma, coarctante da unidade oficial.

Ficou-se isso a dever precisamente à natureza particular das forças sociopolíticas estruturantes do regime e à evolução, mercê de variadas condicionantes externas e internas, do seu peso relativo e do seu sistema de equilíbrios. Do que resultariam algumas das características mais originais do Estado Novo português: carácter social, político e ideologicamente marginal da radicalidade especificamente fascista; um patronato que logrou utilizar com razoável sucesso a organização gremial em proveito próprio, pautando pelos seus interesses o ritmo e a extensão do seu alargamento; uma Igreja católica que, a troco do apoio ao regime, pôde preservar e alargar os seus organismos de juventude ou de trabalhadores, resistindo às pressões integradoras do Estado; uma oposição que, nas condições do segundo pós-guerra, obteve alguma tolerância governamental para se apresentar ciclicamente aos simulacros eleitorais; uma cultura literária de fortes raízes liberais e humanistas, que enfrentou com êxito a «política do espírito».

Em suma, um Estado cuja apetência para a imposição totalizante da «ideia nova» de que se dizia portador foi recuando com o esmorecimento ideológico do regime, progressivamente transformado numa pesada ditadura burocrática, já sem alma para educar as almas de quem quer que fosse.

Fernando Rosas, «O Estado Novo nos anos 30», in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. VII, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, p. 281-283.

Os princípios fundamentais da nova ordem de coisas

Atravessa-se, na ordem interna e na ordem internacional, uma época de verificada fraqueza do Estado; reacções justificáveis mas excessivas caminharão, aqui e além, no sentido da sua onipotência e divinização.

Há que contrapor a um e outro extremo o Estado forte, mas limitado pela moral, pelos princípios do direito das gentes, pelas garantias e liberdades individuais, que são exigência superior da solidariedade social. Este conceito deve informar a organização e movimento do Estado português na realização da sua finalidade histórica. [...]

Mas no campo do direito constitucional, respeitadas os limites a que se fez referência, devem firmar-se as garantias exigidas pela integridade política e jurídica do Estado em face de todas as limitações que pudessem vir-lhes do individualismo e do internacionalismo. A segurança própria é necessidade absoluta, para que se impõe a manutenção das instituições militares. A unidade e indivisibilidade do território são condições fundamentais, arredando-se quaisquer hipóteses de excessivo regionalismo ou de confederação política. O Estado tem o direito de promover, harmonizar e fiscalizar todas as actividades nacionais [...] e o dever de integrar a juventude no amor da Pátria, da disciplina, dos exercícios vigorosos que a preparem e disponham para uma actividade fecunda e para tudo quanto possa exigir dela a honra ou o interesse nacional.

Por sobre as fracções de poder – os serviços, as autarquias, as actividades particulares e públicas, a vida local, os domínios coloniais, as mil manifestações da vida em sociedade – sem contrariá-las ou entorpecê-las na sua acção, o Estado estenderá o manto da sua unidade, do seu espírito de coordenação e da sua força: deve o Estado ser tão forte que não precise de ser violento. [...]

Não há Estado forte onde o Poder Executivo o não é, e o enfraquecimento deste é a característica geral dos regimes políticos dominados pelo liberalismo individualista ou socialista, pelo espírito partidário e pelos excessos e desordens do parlamentarismo.

O princípio salutar da divisão, harmonia e independência dos poderes está praticamente desvirtuado pelos costumes parlamentares e até por normas insertas nas constituições relativas à eleição presidencial e à nomeação e demissão dos Ministros. Essas normas vêm sujeitando, de facto, o Poder Executivo ao Legislativo, exercido por maiorias variáveis e ocasionais, e à mercê também de votações de centros partidários estranhos aos poderes públicos. É uma necessidade fundamental restituir esse princípio a alguma coisa de real e de efectivo, e, bem observados os acontecimentos políticos da Europa nos últimos anos, pode afirmar-se que tendo-se tornado inevitáveis pelas desordens daquelas engrenagens, tudo aí gira à volta da preocupação dominante de achar o sistema que dê ao Poder Executivo independência, estabilidade, prestígio e força. [...]

Trabalhem desta ou de outra forma, o que não pode é reconhecer-se às Câmaras Legislativas o direito de elevar e derrubar e fazer obstrucionismos à vida pública.

O Poder Executivo, exercido pelo Chefe do Estado, com os Ministros nomeados livremente por ele, sem dependência de quaisquer indicações parlamentares, tem por missão

governar com o direito; cabe-lhe a organização e a responsabilidade de manter a existência e a honra da Nação, assegurar a ordem e a tranquilidade públicas, cumprir e fazer cumprir as leis, prover de tudo que seja indispensável para a conservação e funcionamento do Estado. Para isso é forçoso ser tão independente e tão legítimo representante da Nação como o Poder Legislativo. [...]

Apesar do que foi dito, nós só transitariamos de um texto para outro texto e de uma ficção para outra ficção se não procurássemos coordenar devidamente, no Estado, todos os elementos políticos da sociedade.

O liberalismo político do século XIX criou-nos o «cidadão», indivíduo desmembrado da família, da classe, da profissão, do meio cultural, da agremiação económica, e deu-lhe, para que o exercesse facultativamente, o direito de intervir na constituição do Estado. Colocou, por isso, aí a fonte da soberania nacional.

Vistas bem as coisas, nós estamos em face de uma abstracção – concelho erróneo ou insuficiente – e será caminhando no sentido dos grupos naturais necessários à vida individual, e de que se constitui realmente a sociedade *política*, que mais seguramente se encontrará o ponto de apoio que buscamos.

Eis na base a família – célula social irreduzível, núcleo originário da freguesia, do município e, portanto, da Nação: é, por natureza, o primeiro dos elementos políticos orgânicos do Estado constitucional. Garantida eficazmente, na sua formação, conservação e desenvolvimento, a família deve exercer, pelo seu chefe, o direito de eleger os vogais dos corpos administrativos, pelo menos da freguesia, uma vez que esta não é mais do que a expansão natural dos fogos ou casais, com os interesses comuns que lhes respeitam. É aí que, de preferência, encontramos o cidadão com fundamento para os direitos políticos.

As corporações morais e económicas, como as universidades, as academias científicas, as agremiações literárias, artísticas e técnicas, as associações agrícolas, industriais, comerciais, coloniais e operárias, são manifestações, que a civilização vai criando, do mesmo instinto ou necessidade social.

Representando interesses legítimos a integrar nos da colectividade, é tendência do tempo e conveniência do Estado que se multipliquem e alarguem em federações e confederações, para que, verdadeiramente, constituam factores componentes da Nação organizada. Como tais, devem concorrer com o seu voto ou sua representação para a constituição das Câmaras, em que se deseja uma delegação verdadeiramente nacional. Mais um vez se abandona uma ficção – o partido –, para aproveitar uma realidade – a associação. [...]

Em suma: pretende-se construir o Estado social e corporativo em estreita correspondência com a constituição natural da sociedade. As famílias, as freguesias, os municípios, as corporações onde se encontram todos os cidadãos, com as suas liberdades jurídicas fundamentais, são organismos componentes da Nação, e devem ter, como tais, intervenção directa na constituição dos corpos supremos do Estado: eis uma expressão, mais fiel do que qualquer outra, do sistema representativo. [...]

Não pode aspirar-se a constituir um Estado equilibrado e forte sem a coordenação e desenvolvimento da economia nacional, que hoje, mais do que nunca, tem de fazer parte da

organização política. Está porventura neste ponto a maior transformação constitucional prática a realizar em todas as nações civilizadas. [...]

Coordenar as corporações, federações e confederações económicas de carácter patronal ou operário, formadas espontaneamente ou por impulso do Poder, desviando-se das competições e lutas e sujeitando todas as actividades e interesses às necessidades e interesses superiores da Nação – eis o pensamento que, por outro lado, deve dominar a lei e a administração pública.

Mas, a par desta ideia há que assentar outra, segundo a qual se assegurem os direitos e justos interesses morais e materiais das classes trabalhadoras. Reconhecer ao trabalho a qualidade de factor de cooperação da empresa e associá-lo, por isso, moral e economicamente, ao destino da produção, com o devido respeito pelas exigências da propriedade, do rendimento e da técnica, é doutrina que o Estado pode consagrar também como fundamental e de cuja realização dependerá, em largas proporções, o progresso na paz e na ordem social. [...]

Um reparo prevejo eu: em tão longo discurso, exclusivamente sobre a matéria política, pouco se fala de liberdade, de democracia, de soberania do povo, e muito, ao contrário!, de ordem, de autoridade, de disciplina, de coordenação social, de Nação e de Estado. É certo, e há-de confessar-se corajosamente, se nos dispomos a fazer alguma coisa de novo, que há palavras e conceitos gastos sobre os quais nada se pode edificar já.

Nós apreendemos pelo raciocínio e vimos pela experiência que não é possível erguer sobre este conceito – a liberdade – um sistema político que efectivamente garanta as legítimas liberdades individuais e colectivas, antes em seu nome se puderam defender – e com alguma lógica, Senhores! – todas as opressões e todos os despotismos. Nós temos visto que a adulação das massas pela criação do «povo soberano» não deu ao povo, como agregado nacional, nem influência na marcha dos negócios públicos, nem aquilo de que o povo mais precisa – soberano ou não – que é ser bem governado. Nós temos visto que tanto se apregoaram as belezas da igualdade e as vantagens da democracia, e tanto se desceu, exaltando-as, que se ia operando o nivelamento em baixo, contra o facto das desigualdades naturais, contra a legítima e necessária hierarquia dos valores numa sociedade bem ordenada.

Ora nós queremos ser mais positivos – tanto é, mais verdadeiros na nossa política.

Na crise de autoridade que o Estado atravessa, dar-lhe autoridade e força para que se mantenha imperturbável a ordem, sem a qual nenhuma sociedade pode manter-se e prosperar; organizar os poderes e funções do Estado de forma que se exerçam normalmente, sem atropelos ou sem subversões; não coarctar ao Estado a livre expansão das actividades que se movem e actuam no seu seio, senão no que seja reclamado pelas necessidades de harmonia e coexistência social; definir os direitos e garantias dos indivíduos e das colectividades, e estabelecê-las e defendê-los de tal modo que o Estado não os possa desconhecer e os cidadãos os não violem impunemente – isto é liberdade. [...]

As verdades «indiscutíveis»

Compenetrados do valor, da necessidade na vida duma espiritualidade superior, sem agravo das convicções pessoais, da indiferença ou da incredulidade sinceras, temos respeitado a consciência dos crentes e consolidado a paz religiosa. – *Não discutimos Deus*. [...]

Sem receio colocámos o nacionalismo português na base indestrutível do Estado Novo; primeiro, porque é o mais claro imperativo da nossa História; segundo, porque é inestimável factor de progresso e elevação social; terceiro, porque somos exemplo vivo de como o sentimento pátrio, pela acção exercida em todos os continentes, serviu o interesse da Humanidade. Vocaçao missionária se tem podido chamar a esta tendência universalista, profundamente humana do povo português, devido à sua espiritualidade e ao seu desinteresse. Em qualquer caso ela não tem ponto de contacto com o suspeito internacionalismo humanitário de hoje a defender que as fronteiras se abatam para alargar as próprias em prejuízo da alheias. – *Não discutimos a Pátria*. [...]

Na família, na escola, na igreja, na oficina, no sindicato, no quartel, no Estado, a autoridade não existe nunca para si mesma mas para os outros; não é uma propriedade, é um ónus... As suas vantagens são na proporção do bem que se ordena e na fidelidade com que se cumprem as ordens. Como é possível que erre, deve poder ser apreciada a sua acção, mas há menor dano em não se deixar criticar do que em não se fazer obedecer. – *Não discutimos a Autoridade*. [...]

Tem várias vezes acontecido, em épocas perturbadas de retrocesso à soberania dos instintos, relaxarem-se os laços de família, desaparecerem a intimidade e o pudor, submergirem-se a autoridade dos pais e o respeito dos filhos. Mas só no nosso tempo se ergueu em teoria, em ciência e em programa de Estado o que havia de supor-se passageiro desvairamento.

A natureza reconquistará os seus direitos e a sociedade civil verá mais uma vez como a sua moral, consistência e coesão dependem directamente da moral, consistência e coesão do agregado familiar. Este é na verdade a origem necessária da vida, fonte de riquezas morais, estímulo dos esforços do homem na luta pelo pão de cada dia. – *Não discutimos a Família*. [...]

Sucedem por vezes os homens não compreenderem a benéfica disciplina do trabalho, revoltarem-se contra ela e pretenderem viver das riquezas acumuladas consumindo como as abelhas os favos do seu mel. Loucamente a multidão proclamará o direito à preguiça: é o mesmo que sujeitar-se à escravidão da fome e da miséria. – *Não discutimos o Trabalho*.

Assim se assentaram os grandes pilares do edifício e se construiu a paz, a ordem, a união dos portugueses, o Estado forte, a autoridade prestigiada, a administração honesta, o revigoreamento da economia, o sentimento patriótico, a organização e o Império Colonial. [...]

Nacionalismo e autoritarismo

O nacionalismo do Estado Novo é, sem dúvida, das características mais marcantes, não só do ponto de vista ideológico como do ponto de vista político e do ponto de vista económico-social, do regime iniciado em 1926 e terminado em 1974. À semelhança de muitas outras experiências europeias, sobretudo nos países do Sul da Europa, também Portugal veio a conhecer um regime ditatorial de tipo autoritário e nacionalista; simplesmente este nacionalismo do Estado Novo, embora tenha muito de comum com os demais autoritarismos, tem algo de distinto. A primeira característica que salientaria do nacionalismo autoritário do Estado Novo é o facto de ter sido um nacionalismo conservador; ou seja, o grande propósito do Estado Novo foi reinscrever Portugal na sua tradição histórica, em réplica à tentativa modernizante da Primeira República. Por isso mesmo, o nacionalismo autoritarista do Estado Novo não foi, como outros autoritarismos e ditaduras europeias, um autoritarismo nacionalista de modernização. Quando olhamos para a experiência do fascismo italiano, quando olhamos para a experiência do nazismo alemão, uma característica salta imediatamente à vista – é o facto de, quer o nazismo, quer o fascismo, terem tido na sua origem um propósito de modernização das sociedades em que surgiram. Ora, ao contrário deste propósito de modernização, o autoritarismo nacionalista, em Portugal, surge com intuito claramente conservador; o que o faz demarcar, à partida, de qualquer veleidade totalitária [...]

O nosso nacionalismo, que tem na origem uma problemática colonial – costume dizer que a problemática colonial está no começo e no fim do regime, é quase a sua quinta essência a explicar a sua natureza – é, por isso mesmo, um nacionalismo de conservação; o propósito não era expandir, não era anexar em termos de política externa; era integrar, manter, conservar. Em termos internos e em termos externos, a grande preocupação do Estado Novo – de uma forma sintética e em termos ideológicos – era reintegrar Portugal na tradição, corrigir aquele epifenómeno modernizante que tinha constituído a Primeira República e reinserir o País na mesma linha histórica tradicional. Ligado a esta primeira característica de ter sido um regime conservador, permitam-me que justifique um pouco mais esta afirmação. O totalitarismo foi, logo à partida, rejeitado até ideologicamente pelo regime; isto tem muito a ver com a formação dos principais mentores ou próceres do regime, a começar pela figura de Salazar. Salazar era simultaneamente católico e jurista e, por conseguinte, aprendera na sua formação católica e na sua formação jurídica que o Estado nunca poderia ser absolutizado e, por isso mesmo, sempre o definiu como limitado pela moral e limitado pelo Direito (no plano interno e no plano externo). Por conseguinte, a concepção do Direito como emanção do Estado, a concepção do Direito como estando acima do Estado eram coisas que não podiam caber no pensamento de Salazar e de muitos mais autores e protagonistas do regime.

A segunda característica que eu sublinharia do nacionalismo do Estado Novo, e que tem muito a ver com este propósito de conservação, é que o nacionalismo do Estado Novo, não tendo sido um nacionalismo de modernização, não foi também um nacionalismo de mobilização política. Ou seja, quem viveu ainda nos anos finais do regime, teve experiência disso, o

regime era um regime de despolitização, era um regime de neutralização da vida política, de destruição da vida política; era um regime que procurava fazer com que a política fosse apenas conduzida pelo poder e não feita nem partilhada pelas massas, pelos cidadãos em geral. Não é um regime de mobilização política, tal como ela é entendida em sociologia política e em ciência política. O regime pretendeu fazer das massas um sujeito passivo de inculcação e nunca um sujeito activo da vida política. Salazar tem uma frase emblemática dos anos trinta: «somos um regime popular, mas não de massas». É uma afirmação feita a António Ferro e que traduz, na minha opinião muito bem, o propósito que o regime tinha (utilizando também palavras de Salazar) de «fazer diminuir a febre política». A mobilização tinha sido feita pela República, deficientemente, como todos sabemos; a mobilização política tinha excitado as poucas elites que participavam na vida política. O intuito do Estado Novo foi arrefecer a vida política do País, foi apaziguar ou – como dizia também uma circular para os serviços de censura nos primeiros anos – proceder à acalmação dos espíritos. Por conseguinte, do ponto de vista político o regime não tinha veleidades de mobilização, não pretendia fazer apelos à mobilização política, pelo contrário, queria fazer esquecer a vida política aos Portugueses: a política era conduzida pelo governo e, dentro do governo, pelo chefe do governo. Obviamente que o regime teve veleidades de legalidade, teve veleidades de constituição, ou de constitucionalidade; se nos recordarmos do acesso de Salazar ao poder – Salazar é chamado pelos militares revoltosos de 1926, ao poder – vemos que foi chamado não só para resolver o problema financeiro, que obviamente todos sabemos que existia na base da instabilidade daqueles primeiros anos de governação, mas para resolver o problema da constitucionalização do regime; o regime queria constitucionalizar-se, o regime queria institucionalizar-se. E, para esse efeito, Salazar foi convidado para assumir a chefia do governo. É verdade que o regime se institucionalizou, mas rapidamente surgiu o texto da Constituição, que não é uma constituição antidemocrática; aliás, a Constituição de 1933 não apresenta qualquer elemento que a incompatibilize com a vivência de um sistema democrático (o que levou o Dr. Sá Carneiro a ter a veleidade de por dentro aplicar a Constituição de uma maneira democrática). De facto, há elementos autoritários, há elementos nacionalistas, mas não são rigorosamente incompatíveis com uma vivência democrática. O que aconteceu é que o regime rapidamente se «ditatorializou» contrariando a própria Constituição e, o que é mais interessante ainda, sem graves violações da própria Constituição [...] Todos sabemos como a ditatorialização do regime se operou: primeiro, pela policialização do regime, pela instauração de um regime de censura prévia, pela instauração de uma polícia política com tribunais especiais, com prisões especiais, o que viria a constituir o que poderíamos quase chamar um sistema jurídico-político, um sistema político-prisional, judicial e policial; mas foi também ditatorializado pela subversão do quadro institucional da Constituição de 1933. A Constituição de trinta e três previa uma assembleia legislativa, isto é, a Constituição é híbrida e tem cedências ao espírito liberal; curiosamente, a Constituição jamais erigiu a representação corporativa em representação política, o que é uma originalidade adentro dos regimes corporativos [...] Aconteceu que, de facto, essa câmara acabaria por ser progressivamente esvaziada de funções, neutralizada e subordinada ao poder executivo. Nós hoje assistimos em todos os regimes democráticos à mesma subordinação dos legislativos aos executivos, simplesmente ali foi-se mais longe, porque não só o poder executivo, a partir da revisão de quarenta e cinco, se assume como poder legislativo prioritário (assim entendido e definido),

mas também porque, muito habilidosamente, se foi retirando ao poder legislativo, ou seja, à Assembleia Nacional, o poder de controlo sobre o executivo através da neutralização do poder de ratificação. A Assembleia só podia ratificar os diplomas que tivessem sido publicados na vigência do funcionamento da Assembleia. A Assembleia funcionava três meses, obviamente que todos os ministros procuravam promulgar fora do período da vigência da Assembleia e, por conseguinte, o poder de ratificação era um poder neutralizado. Mas também pela subversão da diarquia política instituída pela Constituição. A Constituição previa o poder diárquico: um regime com um primeiro ministro a ser nomeado pelo Presidente da República. O que aconteceu foi que sendo o Presidente da República eleito, tendo que ser proposto por uma força política, sendo essa força política liderada pelo primeiro ministro, ou seja, pelo Presidente do Conselho, é óbvio que o Presidente do Conselho acabou por subordinar a si o Presidente da República. Mas [...] também pela excessiva pessoalização e desinstitucionalização da chefia do executivo. Salazar governava pouco com o Conselho de Ministros e à medida que a sua permanência no poder aumentava, foi diminuindo cada vez mais o funcionamento do Conselho de Ministros; Salazar despachava e governava sobretudo com cada um dos ministros. Salazar o que fez foi «administrativizar» o governo. [...] Portanto, do ponto de vista político, estamos longe de um regime de mobilização. Justificadamente podemos dizer que o Salazarismo foi um regime com partido único, mas não de partido único; ou seja, não era o partido que controlava o Estado, não era o partido que controlava a administração; o partido mais não era que uma longa mão da administração e muito concretamente do Ministério dito do Interior para determinadas funções (que não vou agora aqui desenvolver). Não só houve um propósito de preservar, conservar, reintegrar Portugal na tradição como obviamente houve um propósito de desmobilizar politicamente, de desarmar politicamente o País; acalmar os espíritos, fazer com que a política não fosse objecto de interesse, de informação, de discussão por parte dos Portugueses.

O terceiro aspecto que gostaria de sublinhar a propósito do nacionalismo autoritário do Estado Novo, é que foi um nacionalismo corporativo, a condizer com a natureza também conservadora do regime [...] O corporativismo assumiu-se como um corporativismo misto e pretendeu-se, inicialmente e teoricamente, um corporativismo de associação; os grandes corporativistas portugueses são teóricos do corporativismo de associação e viram, de mau grado, o Estado chamar a si a tarefa de ser ele a edificar o aparelho corporativo. Portanto, o corporativismo que se pretendia corporativismo de associação, acabou, também ele, por se tornar num corporativismo estadualista, muito embora nunca completo. Tudo isto fez do Estado Novo um regime, por conseguinte, conservador, um regime tradicionalista e não modernizador nem de mobilização, um regime de enquadramento da sociedade que pretendia respeitar a fronteira entre a sociedade e o Estado. Uma das características do totalitarismo é a diluição ou o apagamento desta linha divisória entre a sociedade civil e a sociedade política. O totalitarismo pressupunha um único centro de poder e não podia admitir a coexistência autónoma de formas de poder social independentes e não subordinados ao poder político. Por tudo isto podemos concluir que o regime que se pretendia um regime constitucionalizado, um regime de direito, um regime de Estado limitado pela moral e pelo direito, acabou por ser um regime «ditatorializado». Reconheço que não é pacífica esta classificação. Como quer que seja, o regime foi um regime que usou a repressão, usou mecanismos repressivos, embora de uma

forma selectiva e estratificada. Quando nós analisamos o comportamento da polícia política e estudamos quem foi visado pela polícia política, apercebemo-nos de que a repressão foi distribuída desigualmente; tanto mais intensa quanto mais intensa era a oposição; foi socialmente estratificada (não só politicamente diferenciada) e foi, sobretudo, uma repressão de tipo preventivo; ou seja, era uma repressão de tipo paternalista que pretendia dissuadir as pessoas de se meterem na vida política. Ao contrário da repressão dos regimes totalitários, que visava não apenas reprimir, mas suprimir a oposição. O terror totalitário, como dissuasor, era um terror que visava toda e qualquer pessoa, independentemente dela estar envolvida ou interessada na vida política. [...]

Manuel Braga da Cruz, «Nacionalismo e autoritarismo no Estado Novo», in *Comunicações*. XII Encontro de Professores de História da Zona Centro (1994), Coimbra, 1995, p. 15-22.

O Estado corporativo

O «Estado Novo» – o termo foi cunhado por volta de 1930 e desde então nunca mais abandonado – seria social e corporativo. A sua célula de base encontrar-se-ia na família, os seus elementos fundamentais nas corporações morais, económicas e intelectuais, onde os interesses de patrões e empregados se harmonizariam com vista a um interesse comum, «nacional». Seguindo a doutrina integralista, Salazar rejeitava a luta de classes como algo de inevitável, considerando-a antes como opondo-se frontalmente aos princípios do Estado Novo. Nestes termos, o *Estatuto do Trabalho Nacional* – promulgado em 1933 com grande influência da *Carta del Lavoro* italiana – e, depois dele, cópia de outras leis e regulamentos, definia uma organização corporativa para o sector industrial e para os empresários agrícolas. Os chamados «Elementos Primários» compreendiam: a) os *sindicatos nacionais*, compostos de empregados, operários ou membros das profissões liberais; b) os *grémios*, reunindo empresas, sociedades ou firmas singulares ou colectivas, e extensivos igualmente aos agricultores (*Casas da Lavoura, Grémios da Lavoura*); c) as *casas do povo*, uniões rurais de patrões e trabalhadores; e d) as *casas dos pescadores*, associações de gente do mar e seus empresários. Os chamados «Elementos Secundários» ou «Intermédios» englobavam as *Federações Nacionais* e as *Federações Regionais*, isto é, associações de sindicatos ou grémios idênticos, e as *Uniões*, associações de actividades afins já organizadas em sindicatos e grémios, visando a representarem em conjunto todos os interessados em grandes ramos de actividade nacional.

Finalmente, as *Corporações* propriamente ditas constituiriam, segundo a lei que as criava, «a organização unitária das forças de produção, representando integralmente os seus interesses». Além destas corporações económicas, existiriam também as *corporações morais*, para fins de assistência, beneficência e caridade – hospitais, asilos, recolhimentos, creches, casas pias, misericórdias – e as *corporações culturais*, visando objectivos científicos, literários, artísticos ou de educação física – universidades, academias, associações científicas, literárias, artísticas e desportivas.

Levou bastante tempo a conseguir uma regulamentação completa para todos estes organismos e a torná-los operativos. Além da resistência e da indiferença que geralmente encontraram, pôs-se depressa em dúvida que os benefícios reais económicos derivantes da organização corporativa fossem grandes (para além de darem emprego a alguns milhares de funcionários públicos), argumentando-se que, pelo contrário, muitos dos elementos primários e secundários só embaraçavam a produção e o comércio.

A evolução no número dos «elementos primários» e dos seus filiados mostra bem a dificuldade de implantação num meio pouco compreensivo ou mesmo resistente (ver quadros *a*, *b*, *c* e *d* na página seguinte).

As organizações do trabalho tornaram-se rapidamente instrumentos da política governamental, que ditava quando e como se deveriam realizar os contratos de trabalho. Muitas destas organizações tiveram carácter compulsivo, ao passo que regulamentos internos restringiam a liberdade de autodeterminação e especificavam os poderes de negociação com os grémios. A população agrícola só em parte foi abrangida por todo este esquema (na década de 1960, apenas um quinto dos rurais pertencia às casas do povo). O entusiasmo inicial com que

a) *Sindicatos nacionais*

Anos	Nº	Filiados
1933	15	[...]
1938	232	185 713
1942	300	398 649
1950	306	557 616
1953	309	546 050
1959	320	636 417
1965	324	780 243
1971	326	1 422 723
1974	1 308	1 172 228

c) *Casas do Povo*

Anos	Nº	Filiados
1934	19	7 136
1938	240	83 943
1942	396	223 779
1950	498	248 813
1953	503	243 568
1959	555	250 786
1965	625	257 436
1971	666	448 255
1974	897	888 521

b) *Grêmios*

Anos	Nº	Filiados
1936	5	[...]
1943	413	[...]
1959	522	1 058 701
1965	555	1 034 249
1971	575	1 036 541
1974	562	956 884

d) *Casa dos Pescadores*

Anos	Nº	Filiados
1938	9	8 006
1942	17	30 941
1950	27	53 711
1953	28	57 403
1959	28	54 690
1965	28	54 959
1971	23	56 983
1974	25	57 664

alguns haviam acolhido o nascimento do sistema corporativo depressa se desvaneceu, e foi só em 1956 que o Governo, mais por razões de coerência do que de utilidade real, decretou as regras básicas para o estabelecimento das corporações. Na realidade, só as de tipo económico se estabeleceram: agricultura (1957), indústria (1958), comércio (1958), transportes e turismo (1957), crédito e seguros (1957), pesca e conservas de peixe (1957), imprensa e artes gráficas (1959) e espectáculos (1959).

Além destas três ordens de elementos, o regime instituiu os chamados «organismos de coordenação económica», espécie de corpos precorporativos, visando relacionar o Estado com as corporações. Foram eles as *comissões reguladoras* destinadas a condicionar as exportações, e os *institutos* para supervisarem e oficialmente garantirem a qualidade e categoria dos produtos exportados. Diversos outros organismos apareceram ainda para dirigir e orientar actividades profissionais e corporativas.

É cedo para apreciar as consequências últimas de todo este complexo sistema na economia nacional. Mas o que parece fora de dúvida é que o Estado corporativo e autoritário veio

moldar um Portugal diferente, estreitamente vinculado ao Estado e, nesta medida, de difícil destruição. Independentemente dos seus defeitos e dos seus deficientes resultados quanto à produção e ao nível de vida, o sistema corporativo construiu um país economicamente organizado, um Estado intervencionista essencialmente diferente da ordem republicana, liberal e assente no «laissez faire». Quarenta anos de efectivação habituaram os Portugueses à sua existência, tornando-os cada vez mais dependentes das iniciativas e da vontade do Estado. Para mal ou para bem, parece fora de dúvida o contraste real entre o regime posterior a 1926 e o que vigorou entre 1820 e aquela data. Neste sentido, o «Estado Novo» traduziu, de facto, uma Revolução, visto ter tocado, ao contrário da 1.^a República, em algumas estruturas de base. Este facto necessita de ser salientado para ajudar a compreender a continuidade de um regime que durou mais de quarenta anos.

A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Palas Editores, 3^a ed., Lisboa, 1986, pp. 419-421.

O corporativismo subordinado...

O compromisso constitucional de 1933 levou o corporativismo português a afastar-se da pureza político-institucional pretendida por Salazar e os demais doutrinadores do regime nos anos trinta, surgindo, mesmo no desenho institucional da nova Constituição, como um corporativismo subordinado a órgãos de poder de natureza formalmente liberal. Essa cedência, inicialmente apontada como um recuo transitório na organização política do Estado num percurso de progressiva desparlamentarização e corporativização do sistema político, transformar-se-ia em realidade definitiva. Novas conjunturas externas e internas evidenciarão as virtualidades adaptativas desse sistema híbrido e só marginalmente corporativo na durabilidade do Estado Novo. Mesmo que, após a Segunda Guerra Mundial, se tenha continuado a insistir na extensão e verticalização da organização corporativa (até à constituição, entre 1957 e o início dos anos sessenta, de oito grandes corporações teoricamente consagradoras do «integralismo corporativo da ordem social portuguesa», o facto é que não só o sistema deixaria ainda de fora o essencial dos interesses de ordem moral e de ordem cultural, como, sobretudo, ele em nada interferiria nos princípios de funcionamento das instituições políticas em vigor. As sedes do poder legislativo continuaram sendo o Governo e uma Assembleia Nacional formada a partir do voto do cidadão-eleitor – isto é, com uma legitimidade fundada na lógica liberal-individualista: a «nação convencional» exprobrada pelos corporativistas – e a Câmara Corporativa, representante da «nação real», nunca conseguiria ser mais que um órgão técnico-consultivo, ainda por cima escassamente atendido nos seus pareceres pelos poderes executivo e legislativo. É certo que as alterações constitucionais de 1959 tinham, de alguma forma, corporativizado a eleição do Presidente da República, mas o esvaziamento político do órgão – que essa própria mudança consagrava – tiraria qualquer significado à medida em termos do funcionamento das instituições. Como diria P. Soares Martinez, fazendo-se eco da queixa generalizada da ortodoxia corporativa do regime, o sistema corporativo, «tanto no plano da organização sectorial como no da organização geral, não chegou a ser posto à prova» em Portugal.

Igualmente se não lograria realizar, quanto à organização de interesses a nível primário, intermédio e global, o desiderato constitucional do corporativismo integral, isto é, o pleno enquadramento corporativo dos interesses de ordem económica, moral, cultural e administrativa.

Na realidade, a despeito de tendencialmente integral no enunciado programático-doutrinário da Constituição, o corporativismo português nunca produziu um regime jurídico disciplinador dos organismos morais e culturais de molde a integrá-los organicamente no sistema. Reconhecendo às universidades, às misericórdias, à Igreja, etc., direito de representação (especialmente na Câmara Corporativa), estas permaneceriam geralmente regidas por normas e estatutos antigos. A legislação posterior a 1956 não criará as corporações morais e culturais, assistindo-se, na prática, a «um processo de despersonalização e absorção dos organismos morais e culturais de antiga formação e larga tradição» por parte do Estado e de outros interesses.

Parece, pois, poder dizer-se que «o acento tónico da organização corporativa portuguesa está na economia», que estamos perante um corporativismo essencialmente económico. Mas,

mesmo neste domínio, ele não só não será integral na sua estruturação básica, como conhecerá um extremamente lento e controverso processo de alargamento e de constituição das grandes corporações nacionais, das cúpulas de enlace global dos organismos primários e intermédios: entre os decretos fundadores de Setembro de 1933 (que, a par da aprovação do Estatuto do Trabalho Nacional, criam os sindicatos nacionais, as casas do povo e os grémios patronais) e o efectivo levantamento das corporações mediarão mais de 25 anos.

Fernando Rosas, «Portugal e o Estado Novo (1930-1960) in *Nova História de Portugal*, vol. XII. Editorial Presença, Lisboa, 1992, p. 130-132

Propaganda nacional e «política do espírito»

(...) O Estado Novo como regime político – e também como sistema de valores – é fruto de um processo longo, complexo e sinuoso, desde o advento da ditadura militar estabelecida pelo movimento de 28 de Maio de 1926 até à implantação das novas instituições em 1933 e 1934.

Sete ou oito anos durante os quais o salazarismo foi tecendo a sua teia de compromissos e estruturando os equilíbrios viabilizadores do novo regime, sob a autoridade arbitral e crescentemente indiscutível do chefe do Governo.

Longe, ao contrário do que se possa pensar, de um estreito monolitismo de seita ou de um restrito comprometimento de classe, o Estado Novo surge, mais eclecticamente, como um laborioso compromisso entre interesses dominantes e conservadores até aí desavindos, divergentes e destituídos de uma operacionalidade comum que lhes permitisse o efectivo exercício do Poder.

E impõe-se, no plano económico e social, como o Estado do conjunto das classes dominantes, compondo e arbitrando os interesses contraditórios dos seus vários sectores. Foi a utopia corporativa do progresso possível sem sacrifício do mundo e dos valores tradicionais, em áreas de um equilíbrio elevado a princípio político em si mesmo. À defesa desses sistemas políticos, económicos e sociais de equilíbrio de interesses, génese e razão de ser do Estado Novo, se sacrificaria tudo o mais, incluindo o ritmo de desenvolvimento ou o exercício das liberdades fundamentais.

Por isso mesmo, quando, a partir dos anos 50, as necessidades do primeiro passaram a implicar, entre outras coisas, a concessão das segundas, o regime – dividido internamente e acossado externamente – inaugura a sua arrastada crise agónica ao longo dos anos 60.

Mas até finais dos anos 40, através de uma hábil gestão equilibrante e reequilibrante dos interesses que congrega face às diferentes conjunturas, o Estado Novo é, sem dúvida, um regime consensual para os diversos sectores conservadores e antidemocráticos, e para o conjunto das classes possidentes. É a «ordem nas ruas e nos espíritos»; o lucro fácil, sem concorrência nem agitação social; o «viver habitualmente», segundo a ordem natural das coisas: «manda quem pode, obedece quem deve».

É este simplismo redutor que o discurso ideológico exprime – o do Estado Novo também – por sobre uma realidade política, económica e social, bem mais complexa e contraditória. O objectivo da simplificação ideológica autoritária é precisamente esse: fornecer «certezas» claras e incontroversas que legitimem e facilitem o direito de mandar e anulem e ilegitimem a veleidade de resistir, justificando e tornando aceitável, como as coisas da natureza, o dever de obedecer. Por isso mesmo, e em certo sentido, os discursos ideológicos valem não tanto pelo conteúdo concreto das ideias que avançam, mas, sobretudo, pela função disciplinadora que veiculam.

É o que se passa com a paradigmática alocução de Oliveira Salazar nas comemorações do «Ano X da Revolução Nacional», em 26 de Maio de 1936, quando define as «verdades indiscutíveis» estabelecidas pela nova ordem:

«Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua

história; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever».

«Deus», «Pátria», «Autoridade», «Família», «Trabalho», velhas bandeiras dos discursos político-ideológicos das direitas autoritárias e conservadoras, agora transformadas em dogmas do Estado Novo, em cartilha de mando e obediência. É fácil de calcular que nem tudo seria assim simples e linear do discurso ideológico para a prática política de um regime cuja arte suprema fora a de congraçar num equilíbrio instável elites com interesses e objectivos contraditórios. À sombra da apologia oficial das virtudes do ruralismo e da campanha do trigo, nasceriam as novas indústrias de base; ombreando com a «cruz e a espada», com um nacionalismo passadista e imperial de nautas, santos e cavaleiros, vicejaria um nacionalismo industrialista e modernizante, e até o modernismo estético seria convocado a celebrar as excelências e os valores da «grei agrária» tradicional.

Mas a convicção da bondade ou da necessidade dos grandes princípios ordenadores não só não chegava para presumir a sua assumpção espontânea pelos respectivos destinatários como implicava a sua pedagogia, a sua inculcação organizada e imperativa. Por sobre as características inatas de um povo que, além de esmagadoramente analfabeto, Salazar tinha por individualista, abúlico e destituído de espírito crítico, havia, como lembrará o chefe do Governo ao empossar António Ferro como director do Secretariado de Propaganda Nacional-SPN, em Outubro de 1933, a acção perversa dos «inimigos da ordem» que – apesar da censura e da inexistência das liberdades mínimas de se associarem e exprimirem – deformavam com a sua agitação insidiosa as realidades da obra do regime.

Porque politicamente «o que parece é», como dizia, na referida ocasião, Salazar, ou seja, politicamente «só existe o que se sabe que existe», porque «a aparência vale pela realidade», era indispensável *encenar* as grandes certezas e a sua tradução política, glosar os benefícios da sua concretização, impô-las no espírito de todos e de uma forma total: na família, nas escolas, nas aldeias, nas oficinas, nas ruas, no lazer, no quotidiano. Em suma, era necessária a propaganda. Não deixada ao livre-arbítrio de cada um, mas como propaganda do Estado. Como «política do espírito».

E também ela terá um centro – o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) –, um chefe – António Ferro – e um período áureo, o período áureo do próprio regime nos anos 30 e 40. Mas um centro orientador, um centro-padrão, de forma alguma exclusivo.

Num Estado que, nos anos 30, aspira a regenerar e formar os espíritos de acordo com as suas certezas indiscutíveis, a pedagogia de inculcação ideológica, simultaneamente impositiva, formativa e repressiva, é um dever inerente à própria função pública, aliás cuidadosamente saneada dos seus «elementos indesejáveis».

A encenação propagandística do regime, a organização e execução da «política do espírito», começa pelo mais simples, na sala de aula, passa pela organização dos tempos livres, informa a assistência à família, a acção corporativa rural, piscatória ou industrial e o enquadramento miliciano da juventude. Cada sector ou actividade com os seus organismos tutelares próprios directa ou indirectamente subordinados ao Estado: sindicatos nacionais, casas do povo, casas dos pescadores, Mocidade Portuguesa (MP), Organização das Mães para a Educação Nacional, Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), etc. Cada uma delas com a sua propaganda sectorial própria, com o seu espectáculo próprio: boletins, paradas,

confraternizações, excursões, missas, acampamentos, congressos, comícios, bodos aos pobres, etc. – um quotidiano que se aspira ver enquadrado, organizado e vivido no novo espírito do regime, de acordo com os seus paradigmas ideológicos disciplinadores, através de uma comunhão que se ensaia em cada gesto público.

A propaganda especificamente nacional funcionava, assim, como um complemento orientador ou culminante desta. Era a definição das grandes linhas do regime para a cultura e as artes («a fachada da nacionalidade» a cargo do SPN) ou para a «educação nacional» (tarefa do respectivo ministério, assim crismado e remodelado nesse sentido da regeneração nacionalista dos espíritos, pelo ministro Carneiro Pacheco, em 1936 – em ambas colaborando pela via negativa e exclusória as várias censuras. Era a formação e a grande mobilização política (as edições, as conferências, as manifestações de apoio a Carmona e Salazar, as campanhas eleitorais, os desfiles comemorativos, etc. – de que se encarregavam o partido único em colaboração com o SPN). Era o grande espectáculo político-cultural (os «salões de pintura», os prémios literários, as exposições coloniais, os pavilhões nas exposições internacionais, a Grande Exposição do Mundo Português, os «congressos científicos» que as acompanhavam – obra do SPN). Era o «pão e o circo» populares (as «marchas populares» e os «desfiles históricos» de Leitão de Barros, as comédias filmatográficas despreocupadas e despreocupantes ou o «teatro para o povo» do SPN). Era a encenação do fomento harmonioso e equilibrado (as espantosas inaugurações das novas «obras públicas»: hospitais, estádios, barragens, bairros nacionais, palácios de justiça...). Era a evocação da grandeza reencontrada do «império» e dos seus heróis, a reconstrução da História do País, cujo verdadeiro fio condutor o nacionalismo do Estado Novo permitira restaurar, após o «século de trevas» do liberalismo (e essa reivindicação da História enquanto instrumento legitimador do regime atravessa praticamente todas as suas manifestações artístico-culturais). Era a exteriorização da autoridade e da força militar ou paramilitar da nova ordem (os desfiles navais no Tejo, as paradas do Exército, os desfiles da Legião Portuguesa e da MP). Era a expressão oficial ou oficiosa da fé e da aliança legitimadora da Igreja católica (as concentrações fatimistas, as procissões solenes, as missas campais, os *Te Deum* em cerimónias oficiais, a bênção das tropas e das milícias...).

É bem certo que o particular caldo cultural e social em que o regime mergulhava as suas raízes, o forte peso da ruralidade no viver e no pensar, filtravam, acomodavam, e até certo ponto minoravam quer a intensidade e o alcance do grande espectáculo mobilizador da propaganda oficial, quer a eficácia regeneradora da sua política das almas. [...]

Fernando Rosas, «Propaganda Nacional e Política do Espírito», in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), vol. VII. Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, pp. 291-293.

Traços do discurso ideológico

O Estado Novo centrava todo o seu programa em torno da «causa nacional», proclamando a necessidade de restaurar a «alma da Pátria», após o longo e dissolvente interregno de uma política cavernosa. Daí que a exaltação patriótica se desdobrasse na apologia dos «verdadeiros valores nacionais» contidos nos hábitos e costumes do povo, dum povo que se mitificava e idealizava. Daí que se tenha oposto, em termos deliberadamente maniqueus, a galeria lendária dos nossos heróis e santos às figuras satânicas dos «políticos» liberais e republicanos.

Este nacionalismo exacerbado exercitava-se sobretudo no seio de organizações paramilitares – como a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa – e militares. Subia de tom nos períodos críticos, como na década de 40, no tempo da guerra, e depois da década de 60, com a guerra colonial, mas, mesmo fora deles, sempre se manteve como uma constante do discurso do poder. Deveremos salientar, porém, que este nacionalismo se não fez acompanhar, entre nós, como aconteceu com o fascismo e o nazismo, por um autoritarismo férreo e declarado. Uma das preocupações do Estado Novo – e talvez aqui se encontre uma das razões da sua persistência – foi exactamente revelar-se como defensor de uma autoridade firme, mas paternal, na base da tese, já clássica no nosso pensamento político, de que o povo português era um povo viril, mas de «brandos costumes», dócil e de pronta obediência. Instilava-se também a ideia de que o mando sobrelevava em dificuldade a mansa sujeição e de que a aprendizagem da governação passava pela propedêutica da subordinação consentida. Uma ética de exercício da vontade com domínio de paixões convertia-se, assim, numa das ideias-chave da concepção pedagógica salazarista, no âmbito da qual avultava a exaltação da humildade como virtude das virtudes.

Esta noção de humildade, que os ideólogos do regime pretenderam derivar do sentimento popular e da psicologia nacional, integrava-se, por seu turno, numa ordem de valores de tipo político-social. Articulava-se com a apologética do ruralismo, com a afirmação da superioridade do viver campesino sobre o viver urbano, contrapondo-se à placidez patriarcal da rusticidade a pecaminosa agitação e convulsão citadinas, fruto bastardo dum desenvolvimento industrial desenfreado. O Salazarismo revela aqui a sua alergia pelo desenvolvimento capitalista ou, dito dum modo mais claro, pela possibilidade de emergir dele um proletariado industrial e urbano que viesse desmentir, pela energia da sua prática reivindicativa, essa tão elogiada mansidão de costumes...

Claro que o regime de então evitou opor-se formalmente ao desenvolvimento industrial e urbano que entre nós se verificou sobretudo a partir da década de 60. No entanto, procurou o antídoto para a «nocividade» das suas consequências, refugiando-se na defesa duma ordem de valores económico-políticos de tipo tradicionalista e moralizante. A barricada escolhida foi a de um catolicismo de linhagem democristã com inversão integrista. Por esse motivo, conforme se tem salientado, a Igreja não pode deixar de ter tido um papel fundamental no processo político do Estado Novo.

São estes, pois, sem pretensões de enumeração exaustiva, alguns dos traços mais característicos da ideologia do regime salazarista, ideologia que o Estado procurou reproduzir através de uma eficaz rede de aparelhos, que, no entanto, foram progressivamente perdendo a sua força de acção.

A aurea mediocritas – a cidade e as serras

Um aspecto facilmente detectável no discurso ideológico do Salazarismo é o da valorização do ruralismo, traduzida na exaltação do viver das comunidades aldeãs, como se especialmente nestas se abrigassem os mais sólidos e admiráveis sentimentos de abnegação e de patriotismo, de autenticidade e de genuína pureza. A isto corresponde o antípoda duma vivência urbana que sobre si carrega a falsa grandeza de precárias magnificências.

Num livrinho intitulado *Serões com um beneficiário da Previdência*, um «advogado dum sindicato», em ameno diálogo com um seu amigo trabalhador, expõe-lhe as vantagens da Previdência Social, recorrendo a achegas retiradas dos discursos do Presidente do Conselho e do subsecretário das Corporações. Realçam-se, de passagem, as excelências de uma sociedade simples e sem aventureiros desejos de transformação e tecem-se fartos elogios a comunidades de tipo «medieval», impregnadas daquele espírito cristão de entreatura ainda vigente «em algumas das nossas aldeias mais sertanejas da Beira e Trás-os-Montes». E acrescenta-se: «Não fossem as doenças, que nem sempre cedem às receitas da bruxa, e estas pequenas sociedades seriam das mais felizes da Terra. Há nelas pobreza, mas não há miséria, que o não consente a correcção de um sistema natural de mutualismo feito da caridade cristã e do bom coração da nossa gente. Não chegam lá jornais, nem há calendários: através das estações, das fainas da lavoura e das festas de Verão, o tempo flui mansamente, recortando uma existência que lembra páginas da Bíblia». Também na antologia *Pátria*, António Correia de Oliveira celebrava a plácida quietude da vida rural, opondo-lhe a violência do clima urbano:

*Alma divina! cautela:
Não corras à morte escura!
Foge à cidade: por ela
não deixes a doce e bela
E montanhosa candura*

Ainda no mesmo sentido, dizia:

*Arrengo da Cidade,
Soberbas de falsa pompa;
A vida quer-se, como a água,
Beijando o chão de onde rompa.*

De resto, esta idílica visão de convivencialidade harmoniosa e salutar com o despoluído ar campesino irrompe também da pena da figura cimeira do regime, como se pode comprovar pelo teor do excerto com que abre o livro de Gomes Guerreiro *A Floresta Portuguesa*: «Que pena me faz a mim, filho do campo, criado ao murmúrio das águas de rega e à sombra dos arvoredos, que esta gente de Lisboa passe as horas e dias de repouso acotovelando-se tristemente pelas ruas estreitas, e não tenha um grande parque, sem luxo, de relvados frescos e árvores copadas, onde brinque, ria, jogue, tome o ar puro e verdadeiramente se divirta em íntimo convívio com a natureza!».

Para combater o analfabetismo...

É verdadeiramente exemplar o texto de uma entrevista dada pelo Ministro da Educação de então, dr. Eusébio Tamagnini, ao *Diário de Notícias* em 21 de Novembro de 1934, em que ele «explica» como se irá extinguir o analfabetismo apesar de não ter verbas suficientes para atender a todos os casos de adultos e crianças que não sabem ler nem escrever. Para ser resolvido, afirma ele, tal problema terá de ser simplificado de acordo com modernas descobertas pedagógicas:

«A população escolar pode e deve dividir-se em cinco grupos, a saber:

1º Ineducáveis	8%
2º Normais estúpidos	15%
3º Inteligência média	60%
4º Inteligência superior	15%
5º Notáveis	2%

Quer dizer – acentua o Sr. Eusébio Tamagnini – que reduzindo das 585.000 crianças em idade escolar 23% – 8% de ineducáveis e 15% de normais estúpidos – ficam 134.500 que não carecem do ensino complementar. Portanto – prossegue – para estender o ensino complementar às 451.000 restantes são precisas mais 190 escolas e 270 professores, o que representa um aumento de despesa de 4.000 contos anuais.

– E para as 134.000 crianças às quais *só interessa o ensino elementar?* – atalhamos.

– Para essas, que não carecem de professores diplomados ou de carreira, bastam os postos de ensino, sendo a despesa a fazer a seguinte: – 9.300 contos para 3.100 professores e 22.500 contos para a construção de 2.250 escolas. Total, 31.800 contos».

Luiza Cortesão, *Escola, Sociedade/Que relação?*, Edições Afrontamento, 2ª Edição, 1981, pp. 76-77.

Objectivos gerais de ensino

Outro problema diz respeito aos objectivos que se pretendem atingir através do sistema educacional. **No período de tempo estudado, durante o qual se podem sentir algumas alterações no processo político, os objectivos gerais de ensino permaneceram constantes ou sofreram grandes modificações?**

Passando em revista artigos de jornais, preâmbulos de decretos, intervenções de deputados na Assembleia Nacional, é flagrante a diferença de tom das afirmações que se fizeram relativamente à educação nas fases duras e nas fases liberalizantes do regime. Em fases duras faz-se abertamente defesa das elites e preconiza-se a redução do povo a um «status» marcada e reconhecidamente inferior, concluindo-se que como tal terá de ser tratado.

Veja-se por exemplo a frase dita por Salazar e transcrita no início do período 1935-1938: «Se todos souberem ler e escrever a instrução desvaloriza-se». Recorde-se um artigo de Fernando Campos no Suplemento de *A Voz*, «Educação e Ensino», de 2 de Abril de 1932, em que transcreve um depoimento de Alfredo Pimenta, figura importante do regime, em que se afirma: «Na sociedade há meios, há classes com a sua psicologia própria, com o seu ambiente próprio, com a sua função própria. Na instrução a ministrar há que tomar em conta essas classes, esses meios, com o seu ambiente, a sua psicologia, a sua função; dar ao quarto estado a instrução do terceiro, do segundo ou do primeiro é um erro».

Atente-se no decreto 20.741 onde se afirma que os liceus têm de ser «reservados aos fortes e aos mais aptos», ou o artigo de Marcelo Caetano em que ele afirma que uma criança filha de operário não tem para as ciências «a mesma preparação hereditária que tem para o ofício» do seu pai e por isso «não passará nunca de um medíocre intelectual...».

A mesma atitude se verifica noutro período duro (1965-1968) após o início da guerra colonial; veja-se o que afirma o então Ministro da Educação num discurso: «A ascensão cultural das massas, que constitui em si um fenómeno e um desígnio altamente louvável, pode fazer correr o risco sério de estrangulamento ou abafamento do escol intelectual».

Compare-se agora com o que se passou numa fase liberalizante.

No período da «Primavera Política» de Marcelo Caetano, em que, tentando recuperar o atraso com que o país estava, se optou por uma clara atitude meritocrática, o tom das afirmações mudou completamente e foi anunciado então que se iria levar a cabo a «democratização do ensino». De facto abriram-se mais escolas, proclamou-se o direito à instrução de todo o povo, afirmou-se que os mais aptos, independentemente da sua classe, eram os que deveriam prosseguir com os estudos. Fez-se mesmo um projecto de reforma altamente inovador – a reforma Veiga Simão – tendo chegado algumas das propostas então feitas a ser concretizadas.

Aparentemente os objectivos tinham mudado.

Veja-se, no entanto, o problema com mais atenção. O que a escola oferecia aos alunos em conteúdos tratados e em normas adoptadas permaneceu sem a grande mudança de fundo que seria necessária para uma real democratização. Os problemas de afastamento e os isolamentos culturais continuaram idênticos; os problemas da assistência e de alimentação, os acentuados desvios económicos entre níveis da população, permaneceram. Em consequência de tudo isto, permaneceram também com a mesma intensidade as taxas de insucesso escolar

que incidiam de forma diferente sobre cada nível social. A liberdade de pensamento, de expressão e de associação continuaram a não existir; e, no entanto, proclamou-se a igualdade de oportunidades para todos quanto à educação.

Será assim oportuno reflectir se, numa aparente abertura, os objectivos implícitos não permaneceriam bastante semelhantes aos que se proclamavam nas fases duras do regime.

Este tipo de reflexões poderá fazer admitir pensar que: **nas fases de força, nas fases duras, tornam-se explícitos alguns objectivos que, nas fases liberalizantes, passam a implícitos, embora possam permanecer.**

Luiza Cortesão, *Escola, Sociedade/Que relação?*, Edições Afrontamento, 2ª edição, 1981, pp. 149-151.

Pátria e patriotismo

Vejamos em primeiro lugar *o que é*, sempre para a criança, *quem é* a Pátria:

«A nossa Pátria é uma grande família formada por todos os portugueses, sem distinção de lugares ou de raças.»^(*) [...]

Vejamos ainda o que *a fundamenta como entidade colectiva no tempo e no espaço*, o que a *justifica* e o que a *torna amável*:

«É nossa Pátria todo o território sagrado que D. Afonso Henriques começou a talhar para a Nação Portuguesa, que tantos heróis defenderam com o seu sangue ou alargaram com o sacrifício das suas vidas. É a terra em que viveram e agora repousam esses Heróis, a par de santos e de sábios, de escritores e de artistas geniais. A Pátria é a mãe de nós todos.»^(*)

No tempo o sangue e o sacrifício dos heróis, na defesa de outros altos valores.

«Na Pátria está [...] a casa em que vieste à luz do dia, o regaço materno [...] a aldeia ou cidade, a escola onde melhor te ensinaram a conhecê-la e a amá-la, e a família [...].»^(*)

No espaço a pertença aos núcleos familiar, escolar e habitacional:

«[...] os campos de ricas searas [...] prados [...] bosques [...] vinhas [...] montes [...] solo abençoado [...] as nossas terras dos dois lados da África, a Índia, Macau, a longínqua Timor»^(*); um quadro de *riqueza rural e amplidão geográfica* que culmina no louvor da língua comum e na *associação com a ligação afectiva fundamental à figura materna*:

«Para cá e para além dos mares, é nossa Pátria bendita todo o território em que, à sombra da nossa bandeira, se diz na formosa língua portuguesa a doce palavra Mãe [...].»^(*)

«Eu amo Portugal porque os meus pais são portugueses; porque o sangue que me corre nas veias é português; porque é portuguesa a terra onde estão sepultados os mortos cuja memória é sagrada para mim; porque a terra onde nasci, a língua que falo, os livros que me instruem e educam, os meus irmãos, os meus companheiros, o grande povo no meio do qual vivo, a natureza admirável que me cerca, tudo enfim quanto vejo, amo e admiro é português.» (Leitura para o Ensino Primário, 4ª classe, 1966, p. 33).

Transcrevemos este último texto na íntegra, pois se trata de uma adaptação extraída da obra *Coração*, de Edmundo de Amicis, destinada à juventude italiana dos começos do século.

Maria de Fátima Bivar in *Ensino Primário e Ideologia*, Seara Nova, 2ª Ed, 1975, pp. 50-51.

(*) *Livro de Leitura da 3ª Classe*, Ed. Domingos Barreira, 4ª Ed, 1958.

«Portugal não é um país pequeno»

João era um garoto esperto, simpático até, mas nenhum dos companheiros o estimava. À hora do recreio, ficava sozinho a um canto, silencioso, mal humorado, e o senhor Professor não conseguira ainda perceber a causa de tão estranha hostilidade.

Um dia, antes de começar as lições, resolveu tirar o caso a limpo.

– Ouve lá, João: Porque andas sempre só e de mau humor? Porque ficas a um canto, a falar com os teus botões, em vez de correr e de pular como os outros? Porque foges dos teus camaradas?

– Ele não foge; nós é que fugimos! – gritou, lá do seu canto, o pequeno e endiabrado António.

– Mas porquê?! Isso é muito feio! – ralhou o senhor Professor.

– É que...

– Senhor Professor, ele...

– É um toleirão!

– Diz que...

– Tem vergonha de ser português! – gritou o António com uma tal indignação, com uma voz tão vibrante que os outros sentiram desejos de aplaudir, como no teatro.

– Tens vergonha de ser português? – perguntou o senhor Professor, fixando-o com uns olhos severos, que nunca ninguém lhe vira. – Pode lá ser!

– Pode! Pode! – gritaram todos em coro.

– Como esteve dois anos na América, acha que Portugal é um país muito pequeno, muito insignificante, e diz que há-de ser americano!

– Pode lá ser! – repetiu o senhor Professor sem desviar os olhos do João. – Os teus pais são portugueses e tu és tão português como qualquer um de nós.

João, sem perder o ar arrogante que tomara desde o princípio da conversa, respondeu, entre dentes:

– Quando for homem, hei-de ser o que quiser!

Esta resposta provocou na aula uma tão justa indignação, um tal coro de protestos e censuras que o senhor Professor teve de bater muitas vezes com a régua na secretária, para obter um relativo silêncio.

– Agora percebo porque te chamam «o estrangeiro»! – E, como João se preparava para responder, o senhor Professor bateu outra vez, com a régua, na mesa, e ordenou: – Silêncio! Vamos à lição. Que temos hoje?

– História e Geografia – respondeu o João, de cabeça baixa e de mau modo.

– Muito bem – respondeu o senhor Professor. – Vá ao mapa.

E apontando-lhe um lindo mapa-mundo, todo colorido e envernizado, principiou a interrogar:

– Quem descobriu a Madeira?

– Gonçalves Zarco.

Mostra a Ilha de Porto Santo:

– Quem a descobriu?

– Vaz Teixeira.

- Qual era a sua nacionalidade?
 - Vaz Teixeira era português.
 - Muito bem – disse o senhor Professor.
- Aponta o arquipélago dos Açores.
- Qual foi o primeiro homem que lá chegou?
 - Gonçalo Velho Cabral.
 - Português, não é verdade?
 - Sim senhor.

Mostra o Cabo Bojador.

- Quem o dobrou pela primeira vez?
- Gil Eanes.

- Outro português... Adiante. Mostra o Rio do Ouro... O arquipélago das Canárias... Cabo Branco... Arguim... A Senegâmbia... O arquipélago de Cabo Verde... Muito bem. Continuemos... Aponta a Serra Leoa... o rio Zaire... o Congo... a Guiné...

João quis falar, mas o senhor Professor não lhe deu tempo:

- A Guiné, sim, meu menino! Foi João Afonso de Paiva que a descobriu... Um português como os outros... Adiante. Onde fica o Brasil? Exactamente.

- Quem descobriu o Brasil?
- Pedro Álvares Cabral.
- Português?
- Sim, senhor.

Na aula, o silêncio era apenas cortado pela palpitação ofegante de muitos pequenos corações. O senhor Professor continuou:

- Portugal, na Europa, nunca foi muito grande em superfície, mas no mundo foi enorme. Falou-se a nossa língua nas cinco partes do mundo e ainda hoje se encontram palavras portuguesas na Malásia, na China, no Japão, na Austrália e em toda a Índia... Mas vamos à lição: Que mais descobriram os portugueses?

- O caminho marítimo para a Índia.
- E essa descoberta teve importância?
- Teve, sim, senhor.

- Uma importância enorme. A Índia, para a Europa, era então um país de lenda, ao cabo do mundo. Vasco da Gama traça o caminho das suas caravelas, e Portugal, pequeno e heróico, lá vai pelos mares fora... Atrás de Portugal, outras nações foram à procura do ouro, das sedas, das madeiras preciosas, das especiarias, mas Vasco da Gama foi o primeiro a chegar, e ainda hoje se fala português na Índia... Não é verdade, meu menino?

- É, sim, senhor.

- Mas ainda não é tudo. Depois de terem passado gloriosamente na Ásia, na África e na América, os portugueses descobrem a Austrália – a grande ilha da Oceania. Ceilão, a grande esmeralda do Oceano Índico, veio juntar-se às jóias da coroa de Portugal... Depois de Ceilão, as Ilhas Maldivas, Malaca, Cochinchina, a Nova Guiné... O caminho das caravelas portuguesas foi um grande colar que envolveu o mundo e que ainda hoje abraça terras e raças de cores diferentes... Sabes, não é verdade? Pertencem a Portugal os Açores, a Madeira, o arquipélago de Cabo Verde, parte da Guiné...

– S. Tomé, Angola, Moçambique... – continuou, em voz vibrante, a classe inteira.

– Índia, Macau e Timor! – concluiu João, que já olhava de frente o senhor Professor.

– Muito bem. Podes sentar-te. Vou dar-te uma boa nota. E, afinal, vamos lá saber: de que terra és tu?

– Sou português! – gritou o João, com as lágrimas nos olhos e um nó muito apertado na garganta.

– Viva! Viva! Viva! – gritaram, entusiasmados, os seus condiscípulos.

– Silêncio! – ordenou o senhor Professor com uma voz terrível, que não fez medo a ninguém. – Venha outro menino à lição.

E, voltando a cara, o Professor enxugou disfarçadamente, com um grande lenço, duas pequenas lágrimas indiscretas.

João Grave, *Livro de Leitura. III classe*, Ed. Lello e Irmão, Porto, 1936, pp. 177-181.

«A ceguinha já não tem frio»

– Mãe! Ó Mãe! A ceguinha já não tem frio! – gritou Manuela para a mãe que estava à janela para a ver chegar da escola.

Manuela subiu a quatro e quatro os degraus da sua escada e, depois de beijar a mãe, continuou:

– Dei à ceguinha o pão que a mãe me entregou para ela e como a vi bem agasalhada com um rico chaile de lã, perguntei-lhe quem lho tinha dado.

– E quem foi? Quem teve pena da pobre velha?

– Foi a Junta da Freguesia, mãe... – e Manuela continuou:

– Parece que o Governo não quer que ninguém tenha fome nem frio e por isso mandou distribuir pelos pobres muitos abafos e muitos cobertores. Diz ela que até veio no jornal. A mãe não leu?

– Li, sim, filha. Ela refere-se, com certeza, à Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno, mais uma linda obra do Estado Novo, que não cessa de procurar o bem-estar de todos os portugueses.

João Grave, *Livro de Leitura. III classe*, 1936, p. 176.

«As abelhas»

As abelhas são insectos úteis, pois dão-nos o mel e a cera. Vivem, geralmente, nas colmeias ou em cortiços.

Em cada colmeia há uma *rainha*, a única abelha que põe ovos. De cada ovo sai uma larva que se transforma em *ninfa* ou *crisálida* e depois em abelha.

As abelhas que fabricam o mel e a cera são as *obreiras*.

Alem destas, há outra espécie de abelhas: *zangãos* ou *abelhas machos*.

As abelhas têm na extremidade do abdómen um ferrão e, na base deste, uma glândula que segrega veneno. É por isso que a picada das abelhas é muito dolorosa.

Dão-nos as abelhas um admirável exemplo de actividade, de ordem e de boa orientação do trabalho: umas vão fazer a colheita de néctar e do pólen das flores; outras guardam a colmeia; outras limpam-na, levando para fora as abelhas mortas e os detritos; outras renovam o ar da colmeia, agitando as asas.

Oferecem-nos ainda as abelhas o modelo de uma organização completa, onde há a mais perfeita disciplina e onde todos os indivíduos trabalham com inteligência e zelo para o bem da associação por eles formada.

No barulho ninguém se entende – é por isso que na revolução ninguém se respeita.

*Livro de leitura para a 4ª classe, Ed. Educação Nacional, Porto, s/d.
(governo de Marcelo Caetano), p. 83.*

«A cidade e a aldeia»

Quem és tu assim tão simples?

– E tu quem és, afinal?

– A nobreza da cidade.

– A aldeia de Portugal.

– Tenho lindas pedrarias,
Jóias mil, de muitas cores...

– Eu tenho maior riqueza
Nas minhas lindas flores...

– Tenho risos, alegrias,
Divertimentos constantes.

– Tenho a música dos ninhos
E canções inebriantes.

– Tenho luz de noite a jorros.
E não me levas a palma.

– Tenho o Sol durante o dia,
De noite a luz da minha alma...

– Vivo em palácios vistosos,
Que abundam pela cidade.

– E eu, um casebre pequeno,
Que o Sol beija com vaidade.

– A história fala de mim,
Porque tenho algum valor...

– Também tenho a minha história,
Escrita com o meu suor.

– Tenho o luxo que tu vês,
Próprio da minha grandeza.

– E eu o luxo e a vaidade
De gostar da singeleza.

– Sou mais rica do que tu,
Que nada tens, afinal.

– Tenho aqui dentro do peito
A alma de Portugal!.

Abílio de Mesquita, in *Livro de Leitura para a 4ª classe*, Ed. Educação Nacional, Porto, s/ d. (governo de Marcelo Caetano), p. 86

As censuras... O país-ficção e o país-real

Se o Ministério da Educação segregava do ensino milhões de pessoas «salvando-as» da alfabetização (eutanásia cultural), a CENSURA encarregava-se de filtrar, sanitizar os alfabetizados. A CENSURA era um preservativo do «velho regime». Os sintomatólogos oficiais relatorizavam o país como bacteriamente puro, radicalmente esterilizado, profilacticamente imunizado.

«Não havia» EXAME PRÉVIO. Nem presos políticos. Nem suicídios. Nem barracas. Nem cólera. Nem aumentos de preços. Nem abortos. Nem guerra. Nem hippies. Nem greves. Nem droga. Nem gripes. Nem homossexuais. Nem crises. Nem massacres. Nem nudismo. Nem inundações. Nem febre amarela. Nem imperialismo. Nem fome. Nem violações. Nem poluição. Nem descarrilamentos. Nem tifo. Nem Partido Comunista. Nem fraudes. Nem poisos extraconjugais. Nem racismo.

E os governantes (impávidos, serenos, luminosos) não viajavam, não adoeciam, não sofriam acidentes de viação, não comiam, não improvisavam e, quando eram exonerados, faziam-no sempre «a seu pedido». Era o país-ficção contra a evidência do país-real.

Tudo observado e classificado no mundoscópio da CENSURA. Os selectores da reflexão do Universo em Portugal, os gestores do «idioma pátrio», nada isentavam do crivo das peneirações (manipulações). O radar dos coronéis acompanhava as rotações do cosmos. Nada lhes escapava, desde Prémios Nobel a algas, desde bailes a missas, desde gasolina a leite, desde emigrantes a pugilistas, desde o Pravda ao New York Times, desde as orgias embuçadas dos ministros do Reynno aos flirts ambulatórios de Kissinger, desde a energia nuclear às bandas de música, desde as convocatórias dos Sindicatos às oratórias da «Assembleia Nacional», desde raptos de embaixadores às visões bíblicas, desde as condecorações às lendas japonesas, desde os empréstimos dos «aliados» às despesas com as tradições heróicas, desde os cortes de cabelo às tarifas da Carris, desde as barretinas de generais aos barretes dos cardeais, desde Olof Palme a Frank Sinatra, desde a morte de cães a mortes de pretos, desde Paulo VI a Brejnev.

Enterros de adversários e correligionários, casamentos e aniversários de amigos, eleições na Itália, brinquedos de Espanha, manifestações no México, almoços na África. Os coronéis eram omniscientes e onnipotentes e tutelavam jornalistas, escritores, músicos, comerciantes, industriais, bispos, reformados, trabalhadores, estudantes, profissionais liberais e até as almas do outro mundo.

A falsidade programada para defesa do sistema

A CENSURA, central de manipulação de dados e de lançamento de falsidades programadas, polvizava-se em todas as águas por onde corria informação. [...]

A Censura atestava, deste modo, a bestialidade sem limites de um regime de delinquentes, sustentáculo de um capitalismo sem modos. A Censura foi tão fundamental aos monopolistas e agrários de ontem como é aos que hoje reocupam terreno perdido. A Censura ocultava-lhes os subornos, os desfalques, as traficâncias, as orgias, os roubos, os actos sangrentos, e calava o protesto das vítimas.

Crime não era fazer-se. Era saber-se. Eis os pressupostos éticos da parra da CENSURA. O regime dizimou dezenas de milhar de crianças por carências nutritivas, sanitárias e educacionais. Em Fevereiro de 1973 crianças ainda se matavam, em Portugal, pela posse de uma bicicleta. Em 13 de Dezembro de 1965 os inquisidores do telefone discaram para os jornais: «Sobre a morte de duas crianças, em Fajões (Oliveira de Azeméis) não se pode dizer que foi por terem ingerido águas inquinadas e não haver um único fontanário lá no sítio.» [...]

A PIDE queria que se segredasse TUDO. A CENSURA queria que não se segredasse NADA. Isto é, nada que lhe desagradasse, desde Nixon em pijama até às dezenas de milhões de contos de dívidas (internas e externas), até chefes do Biafra refugiados em Lisboa [...]. A noção de decência dos coronéis parametrizava-se entre contratar uma empresa para espalhar panfletos em Londres e poupar a sensibilidade dos leitores com as barracas da capital do Império». O barbarismo destas criaturas e do regime que espelhavam pode medir-se por estes dois cortes: em 15 de Maio de 1963: «Não se pode dar uma linha» sobre os estudantes da Associação da Faculdade de Ciências de Lisboa que resolveram auxiliar crianças do ensino primário; em 25 de Abril de 1968: «Os réus do Plenário não devem ser tratados por senhores.» A sabotagem de sentimentos e acções de solidariedade, a humilhação microscopicamente planeada. [...]

César Príncipe, *Os Segredos da Censura*, Ed. Caminho, 1979, pp. 13-15.

O Estado de mentira

Actuando por eliminação da verdade, toda a censura impõe a mentira por omissão. Oficializa-a. E se, em lógica formal, se pretende fundamentá-la como uma simples opção entre interpretações do facto real, o carácter impositivo da escolha retira toda a validade ao argumento. Seja qual for a análise do texto ou da comunicação, o denominador comum a considerar será sempre o interesse imediato do Poder, e daí o carácter precário da lógica censural. Censura, o mal necessário – dizem então os seus promotores políticos; e com esse desabafo fatalista redimem o complexo de culpa e a razão comprometida. [...]

Desde Torquemada, pelo menos, que os tecnocratas do obscurantismo consideram a Força e a Censura como componentes de uma mesma razão de Estado. Para eles a mentira que protege o dogma oficializado gera a psicose colectiva da autoridade divinizada e da disciplina natural. Salazar (1948) com todas as letras: «As mentiras, e as ficções e os pavores, ainda que injustificados, acabam por criar estados de espírito que são realidades políticas». Sublinho a associação «mentiras e pavores»: a Censura e a violência articuladas num processo comum de mentalização. [...]

O princípio da irresponsabilização

Sabe-se, vem nos livros: ao golpe militar de direita sucede-se o golpe censural. Foi o pronunciamento de 1926 que instalou o «exame prévio» no país e foram os militares que o organizaram e dirigiram até à sua fase tecnocrática.

Aparelho característico dos estados de sítio, tribunal de emergência com toda a latitude e toda a imprecisão dos diplomas transitórios, a Censura considera a perigosidade do delito em função da temperatura política e emocional do momento e não da matéria em si mesma. Cada afirmação envolve-se num contexto de sedição, cada «abuso de expressão» é deslocado do foro comum para os capítulos da ideologia subversiva. E disse.

Certo, uma Censura, qualquer Censura, procura legitimar-se como dispositivo de excepção e só por isso se lhe atribuem prerrogativas excepcionais. Mas, criado o princípio, mesmo depois de levantado o estado de emergência, a inércia política e o conservantismo dominante obstinam-se em conservar o sistema censural como margem de segurança, introduzindo-lhe módulos de flexibilidade que o tornam menos impositivo mas jamais desmobilizado. [...]

As censuras paralelas

Na máquina totalitária, sem independência entre os poderes, os braços da repressão trabalham em compromisso contínuo. Polícia e tribunal, decreto e censura fazem parte duma mesma aliança, e não é por acaso que alguns directores da Polícia Cultural (Geraldes Cardoso, Garcia Domingues) tenham transitado da Polícia Judiciária para as tribunas de Supremos-Cen-

sores. Mas fora da cumplicidade jurídico-policia e das suas ramificações militares que garantem a Censura do Estado, geram-se espontaneamente na sociedade fechada outras zonas de vigilância que resultam do clima de medo e de corrupção em vigor. A vários escalões, claro; e nas formas menos conscientes, também.

Desde a autocensura individual à autocensura de grupo (centros culturais, bibliotecas e boletins de empresa) toda a paisagem mental portuguesa era percorrida por circuitos de policiamento da opinião escrita, inspirados na subserviência e nos benefícios da confiança do regime. Na base da fidelidade estavam de facto os oportunismos ou os excessos de prudência, mas – não esquecer – as dedicações voluntárias tinham a animá-las o olho voraz da PIDE ou os serventúrios da Legião Portuguesa e em muitos casos recebiam o beneplácito do clero. Um certo clero, entenda-se. [...]

Entre as censuras paralelas e o Estado a razão de compromisso varia. Nas grandes instituições independentes (Fundação Calouste Gulbenkian, Automóvel Clube de Portugal, Cruz Vermelha Portuguesa, Fundação Ricardo Espírito Santo) a adesão ao *establishment* impunha desde logo um dirigismo cultural e de casta social incompatível com qualquer abertura de opinião. Nos emissores audiovisuais particulares a fiscalização permanente de um delegado do Governo criava por si só o condicionamento político da comunicação e nos *trusts* económicos e industriais os departamentos de publicidade e de relações públicas actuavam como canais de pressão sobre a Imprensa. Uma Inquisição nunca se faz isolada, tem mil olhos e mil ouvidos, e mil caminhos para o silêncio.

José Cardoso Pires, «Técnica do golpe da Censura (1970-71)», in *E Agora José?*,
Morais Editores, 1977, pp. 201-205 e 220-222.

Telegramas telefonados – Comissão de Exame Prévio do Porto para o *Jornal de Notícias*

14/9/68. «Na Candeia-Bar foi preso um rapazola, que ali praticou distúrbios. Não dizer que regressou há pouco do Ultramar. Capitão Correia de Barros.»

21/9/68. «O casal Patiño foi ao Hospital da Cruz Vermelha. Não falar da cor do automóvel nem do vestido da senhora. Reorganização da indústria de lacticínios da Madeira – não falar em monopólio. Tenente Teixeira.»

22/9/68. «Salazar. O título da 1ª página deve ser alterado. Em vez de continua a ser grave o estado de saúde do Prof. Salazar dizer que se mantém estacionário. Major Tártaro.»

23/9/68 (23,30). «Concurso do “Rei da Rádio” organizado pelo *Diário de Lisboa* – CORTAR. Revezamentos de ministros no Hospital da Cruz Vermelha – CORTAR. Vendedor ambulante teria prometido ida a Fátima a pé, caso Salazar se cure – CORTAR. Coronel Saraiva.»

26/9/68. «Declaração do Dr. Marcelo Caetano aos jornalistas – CORTAR. Coronel Roma Torres.» «Expulsão de dois jornalistas suecos – CORTAR. Major Tártaro.»

13/9/68. «Volta à Espanha em bicicleta. CORTAR as etapas que envolvam território português. 20ª aniversário do Clube de Campismo de Almada – CORTAR. Major Tártaro.»

28/9/68. «CORTAR o nome de Salvador Caetano em anúncios e notícias de automóveis japoneses. Nos títulos das notícias referentes a Salazar deve ser dado ao Sr. Chefe do Governo o tratamento de Presidente. É um pedido do Chefe de Estado. Major Tártaro.»

3/10/68. «Não publicar gravuras de uma manifestação de mães no México. Coronel Saraiva.»

18/10/68 (22,55). «Comunicado da Junta de Energia Nuclear – CORTAR os “fusíveis radioactivos”. Major Tártaro.»

19/10/68 (23,10). «Importações de peixe – CORTAR. Coronel Roma Torres. »

25/10/68. «Telegrama 140, da Reuter. Não aludir, no título, ao Partido Comunista Português, pois é coisa que não existe. Major Tártaro.»

19/8/69 (22,55). «Todas as caricaturas (carácter político ou social) – MANDAR. Capitão Correia de Barros.»

17/9/69. «Desfalque no Banco Totta-Aliança – CORTAR. Tenente Teixeira.»

26/9/69. «À sua chegada a Manila, Nixon foi recebido com cartazes: “Mandem-no para a Lua.” Não dizer isso em título. Coronel Roma Torres.»

30/10/69 (0,05). «Quanto ao Ultramar – NADA. Verbas despendidas na Defesa – NADA. Coimbra – estudantes – NADA. Portalegre e Moçambique – rejeição de candidaturas eleitorais – NADA. Coronel Simas.»

11/11/69. «Em Formoselhe dão azeitona por não haver quem a colha – CORTAR. Notícias e anúncios de um livro de Sofia de Mello Breyner – não dizer, em título, que o livro é prefaciado pelo bispo do Porto e que a autora foi candidata no último acto eleitoral. Capitão Correia de Barros.»

28/11/69 (0,10). «Não dizer, em título, que foi aprovada em Itália a lei do divórcio. Dizer que foi apreciada. Em Tomar, um rapaz meteu-se debaixo de um comboio – não dizer que foi repreendido na escola. Tenente Teixeira.»

29/11/69. «Morte de Alves Redol. Não aludir ao facto de o escritor ter representado os intelectuais portugueses no Congresso Mundial da Paz de 1948, em Paris. No apelo de escritores ao povo de Lisboa para se incorporar no funeral – CORTAR a frase: “dado o significado especial da sua obra”. Coronel Saraiva.»

12/12/69. «Aumento do preço do corte de cabelo. – CORTAR. Coronel Saraiva.»

14/12/69. «Fotos de brinquedos de Natal, reproduzindo armas de guerra – CORTAR as legendas pacifistas. Coronel Saraiva.»

19/2/70. «Não dizer, em título, que um guarda da PSP vai ser julgado por ter morto a tiro um deficiente mental. Coronel Saraiva.»

10/3/70 (1,10). «Escândalo em Espanha – coisa parecida com Matesa – NADA sobre o assunto. Coronel Saraiva.»

15/3/70 (23). «250 alunos da Escola do Marquês de Pombal (Lisboa) perderam o ano (por faltas e outros motivos) – CORTAR. Capitão Correia de Barros.»

5/4/70. «Emigração de trabalhadores – CORTAR. Dr. Ornelas.»

21/4/70. «Vinda a Portugal de uma companhia russa de bailado – CORTAR. Dr. Ornelas.»

26/4/70 (22,55). «Queima das Fitas do Porto. Espectáculo no Teatro Sá da Bandeira com baladas – CORTAR o nome do abade Fanhais. Mas, para não se notar o CORTE, é melhor CORTAR os nomes de todos os intervenientes. Não pôr em título a palavra aborto. Coronel Saraiva.»

7/5/70. «Passa hoje o 30.º aniversário da Concordata. Não comentar o facto de a nomeação dos bispos e a autorização de divórcios necessitarem de ter o visto do Estado. Coronel Saraiva.»

8/5/70. «Os algarvios pedem a abolição de vários impostos – CORTAR. Capitão Correia de Barros.»

21/7/72 (22,50). «Parafusos desapertados na via férrea, na Anadia – CORTAR. Tenente Teixeira.»

25/7/72 (23,05). «Acontecimentos na Inglaterra. Não pode dizer-se, em título, como fez o *República*, que “os operários se solidarizaram com os presos e ameaçam ir para a greve”. Coronel Saraiva.»

26/7/72 (0,45). «Proibido dizer que no Rossio soltaram um animal (porco) com um barrete de almirante (crítica à eleição de Américo Tomás), pelo que houve cargas de polícia e prisões. Coronel Saraiva.» (23,20). «Colóquio na SEDES. Em título não se pode falar na desvalorização do escudo. Dr. Ornelas.»

3/8/72 (23,10). «Suicidou-se a mulher de Daniel Cabrita que se encontra preso – tem CORTES. Mandar. Capitão Correia de Barros.»

6/8/72 (23,30). «Comunicado da SEDES: “Portugal, o país que somos e o país que queremos ser”. Só poderá sair segunda ou terça-feira. Na quarta, já não pode. Coronel Roma Torres.»

12/8/72 (22,55). «No Parque Eduardo VII, em Lisboa numa rusga policial, foram presos 24 indivíduos – vadios, prostitutas e homossexuais. Pode falar-se nos vadios e nas prostitutas, mas não nos homossexuais. Tenente Teixeira.»

21/8/72 (23,25). «Original assalto por três jovens cabeludos ao Banco Português do Atlântico (Porto), na quarta-feira passada – CORTAR. Dr. Ornelas.»

24/3/74 (0,35). «Acidente de Castelo Branco com camioneta de explosivos. Notícia puramente objectiva. NADA que as pessoas fiquem a pensar que era camioneta militar. Capitão Correia de Barros.»

26/3/74 (0,45). «Comunicado da Reitoria da Universidade de Lisboa – não pôr, em título: refeições mais caras. Coronel Garcia da Silva.» (23,55). «Suspensão de uma operária da indústria electrónica – CORTAR. Jantar de antigos alunos do Colégio Militar. Houve duas rifas: de uma barretina e de uma colecção de livros do aluno n.º 33 (general Spínola). A segunda rifa não pode mencionar-se. Coronel Saraiva.»

27/3/74 (23,10). «Encerrado o Instituto de Económicas. PROIBIDA».

29/3/74 (23,25). «Rede de traficantes de drogas desmantelada pela Judiciária – PROIBIDA. Dr. Ornelas.»

Tarrafal, campo da morte

Um novo caso de loucura veio ensombrar a pouca boa disposição em que nos podemos encontrar. Casos de destrambelhamento nervoso, resultado do intensíssimo desgaste que esta vida em todos nós opera, vão surgindo. Transtornos do coração aparecem, a juntar-se à verdadeira legião de doenças do fígado que, dia a dia, são fabricadas pela permanência neste clima, pelo paludismo insuficientemente tratado e nunca prevenido, pela alimentação inconveniente que aqui temos [...]. Por outro lado, a existência de trabalhos pesados [...], exigindo um esforço físico considerável (boa porção dele à torreira do sol) durante a estação dos calores, das chuvas e das febres, tem sido e ainda é outro factor que vem agravar a situação.

[...] Dos 226 presos aqui presentes, 127 (56% do total) estão numa situação inteiramente ilegal. Destes, 72 (31% dos presos), não foram julgados, apesar de se encontrarem detidos há longos anos [...]. Cinquenta e cinco (24% do total) terminaram as penas, a maior parte há vários anos (a quantidade de tempo, em excesso de pena, cumprida pelos presos totaliza mais de duas centenas de anos).

Exposição apresentada pelos presos ao director da Colónia Penal do Tarrafal em Maio de 1944, in *Tarrafal, Testemunhos* (1978)

Depoimento de um prisioneiro no Tarrafal

O Campo do Tarrafal resume-se a um rectângulo de arame farpado, com 750 metros de perímetro, no meio de uma planície que se estende das montanhas até ao mar, e fica plenamente isolado do mundo exterior. Durante os primeiros dois anos, dormíamos doze homens numa tenda, apenas tendo um candeeiro de petróleo. Durante nove meses do ano as tendas enchiam-se de pó trazido pelo vento. O calor e a chuva tropical depressa começaram a apodrecer a lona, e, durante a estação das chuvas, lutávamos contra a exaustão e a fadiga numa tentativa vã de proteger as nossas camas. Mas pela manhã tínhamos sempre a sensação de estar num navio de escravos que acabava de escapar a um furacão. [...]

Alcunhámos o capitão Reis de «Arame Farpado», porque ameaçava constantemente transformar o campo numa «prisão ao ar livre», só com arame farpado a «proteger-nos». «Vocês vão morrer como moscas», era outra das suas ameaças. E começou a ser confirmada a 20 de Agosto de 1937.

Apenas seis dos presos não foram atacados pela malária, nem uma única injeção de quinino nos foi aplicada, nem um comprimido nos deram. Um preso, Joaquim Faustino de Campos, chamou a atenção do comandante de campo para as consequências que podiam advir de uma tão grave situação. A resposta foi o «segredo». Ninguém ou nada induzia o médico ou o comandante a dar remédios.

Seis dos nossos companheiros morreram em 25 e 26 de Agosto de 1937.

Pedro Soares in «Carme Carvalhas, 48 Anos de Fascismo em Portugal», CADERNOS Maria da Fonte, 1974

A fuga de Peniche

Peniche, 3 de Janeiro de 1960. No final de uma tarde de Inverno, em frente do Forte, um carro passa com a tampa da mala levantada. Era o sinal de que lá fora tudo estava a postos. Dentro do Forte inicia-se a acção. Um carcereiro é dominado com um narcótico. Uma sentinela, integrada na organização da fuga, ajuda os fugitivos a passar sob o seu capote numa parte muito exposta do percurso.

Do piso superior da fortaleza os fugitivos, em número de 10, descem para o piso seguinte através de uma árvore. Daí correm a esconder-se numa guarita para depois descerem, um a um, através de uma corda, para o fosso exterior do Forte.

Depois há ainda um muro a escalar para atingir a praça e as ruas da vila e umas centenas de metros até aos automóveis que aguardam, cá fora. Então os carros partem velozmente, transportando os presos para os locais previamente determinados.

Parece simples esta fuga, que devolveu à liberdade e à luta Álvaro Cunhal e um grupo de outros destacados dirigentes do PCP. Mas aqui simplicidade significou planeamento cuidadoso e rigoroso durante longos meses, uma perfeita coordenação da acção do Partido no interior e no exterior do Forte, uma disciplina rigorosa no cumprimento das tarefas, um secretismo total, a audácia e a coragem dos participantes na fuga.

In 60 Anos de Luta. Partido Comunista Português 1921-1981, Edições Avante, 1982, pp. 164-165.

2

A QUESTÃO COLONIAL

Documentos seleccionados:

- Posição do governo americano e resposta de Salazar – George Ball / Salazar
- O problema ultramarino – Marcelo Caetano
- Negociações ou derrota militar? – Marcelo Caetano
- Quem é o inimigo... – Agostinho Neto
- Repensar a guerra – D. Manuel Vieira Pinto

Posição do governo americano e resposta de Salazar

Posição do governo americano

O ponto em que estamos em desacordo é tão simples como fundamental. Vossa Excelência acredita que o tempo trabalha a seu favor; nós não. Conforme tive oportunidade de referir a V. Ex.^a, as nossas estimativas indicam que, nas melhores circunstâncias, não será possível dispor de mais de dez anos para preparar os territórios portugueses de África para o acto político da autodeterminação. Se forem aproveitadas todas as oportunidades durante esse intervalo de tempo, nós estamos seguros de que a presença efectiva de Portugal poderá persistir. Se, pelo contrário, essas oportunidades forem desperdiçadas, concordaremos então com a previsão desoladora de V. Ex.^a de que Portugal será incapaz de «manter a sua influência e os seus interesses actuais nos territórios contra todas as influências ideológicas e económicas impulsionadas do exterior».

Salvo se o factor tempo vier a ser realisticamente incorporado na política do Governo de V. Ex.^a, receamos que os esforços ambiciosos que V. Ex.^a planeia com vista aos territórios ultramarinos nunca cheguem, por tal não lhes ser consentido, a dar resultados. Tais esforços serão frustrados pela violência que provavelmente será iniciada por forças opostas. Esta é a razão porque, na nossa opinião, é tão importante definir uma linha de evolução que atraia o apoio, pelo menos, dos líderes africanos mais moderados. [...]

Os programas necessários para preparar os territórios para um maior grau de auto-suficiência e de responsabilidade política e para o exercício da autodeterminação devem ser adaptados realisticamente ao limitado espaço de tempo que a história concede para este fim. Eu concordo que seria desejável se, conforme V. Ex.^a indica no seu documento, os territórios pudessem «progredir e desenvolver-se naturalmente e sem pressões externas». Seria prudente, se o tempo o permitisse, treinar dezenas de milhares de administradores e técnicos antes de considerar uma transição política. Seria também admirável completar antes do acto político de autodeterminação o pleno desenvolvimento de uma sociedade multi-racial na qual brancos e negros votam indiferentemente em negros ou brancos. Mas as pressões já se fazem sentir sobre V. Ex.^a e a situação não se manterá inalterável por tanto tempo. O problema foi já impulsionado para o plano político.

Todavia, dentro do curto espaço de tempo disponível, acreditamos que poderia ainda ser organizado um programa efectivo de desenvolvimento sociológico. Em menos de uma década V. Ex.^a poderia criar as bases para um programa educativo de grande amplitude. A preparação de africanos dos territórios portugueses que carecem de especialização administrativa e técnica deveria também ser objecto de esforços imediatos, uma vez que nos parece essencial desenvolver e alargar o núcleo indígena de juristas, médicos, professores, engenheiros e operários especializados e semi-especializados, capazes de suplementar os brancos que agora ocupam os postos administrativos fundamentais. E, finalmente, V. Ex.^a poderia, no espaço de tempo que lhe resta, treinar um quadro de professores para conduzirem um sistema de escolas, a desenvolver tanto nas áreas rurais como urbanas.

George Ball, enviado pessoal do Presidente Kennedy, 21-10-63.

Resposta de Salazar

Tanto nas conversas que tivemos como na carta a que respondo, V. Ex.^a contrapõe aos resultados desastrosos obtidos naqueles casos em que a independência se operou contra a potência soberana, o êxito alcançado quando a mesma se processou com o auxílio desta. Ora a experiência tem demonstrado na grande maioria dos novos Estados que, quando num ou noutro dirigente das elites políticas existentes ao tempo da independência – refiro-me à África negra – concorrem funções de chefia tribal, os órgãos políticos desfrutam de certa solidez, emprestada pela disciplina dos agregados respectivos; mas quando essa circunstância se não verifica, a vida política do novo Estado é precária, e para não o ser é preciso que receba apoio, não apenas económico mas até militar, da antiga potência metropolitana. Temos assim que a estabilidade política dos novos Estados ou assenta numa base tribal ou depende do auxílio exterior. No primeiro caso assistimos a um recuo traduzido no renascimento da primitiva organização dos territórios; no segundo estamos perante o que poderia designar-se pseudo-independência ou soberania disfarçada dos mesmos territórios. Para atingir certo grau de desejável colaboração tem sido, mais que a forma de acesso à independência, condição essencial que vultosos fundos sejam postos à disposição dos novos Estados pelas antigas metrópoles e que, em troca, estas possam manter efectivo domínio da vida económica e financeira, e, através desta, da vida política local. Contudo, começa a ouvir-se com crescente intensidade, em círculos africanos e noutros desafectos ao Ocidente, denunciar este último tipo de relações como uma forma de «neocolonialismo», tão odiada como a situação anterior. E as populações são colocadas em risco de perder toda a utilidade que lhes adviria duma estreita colaboração com as potências colonizadoras.

Na ausência de laços políticos, não cremos que fosse diferente o panorama das Províncias Ultramarinas portuguesas. [...]

Em Angola e em Moçambique não existe, como V. Ex.^a reconhece, fora da unidade nacional portuguesa, autêntico nacionalismo. Por outro lado, e mesmo que uma insurreição ou revolução fomentadas de fora pudessem criar esse nacionalismo, como V. Ex.^a admite, com base em aliás infundada analogia com o caso argelino, esse nacionalismo não teria senão bases negativas, pelo que nele não poderia assentar a estabilidade e o progresso de novos Estados. [...]

Nós acreditamos pois, pelas razões expostas e por outras que, ao longo dos anos, têm contribuído para formar a nossa posição na matéria, que nenhum benefício resultaria, nem para as populações dos territórios portugueses nem para a Nação portuguesa, de uma decisão que envolvesse a quebra dos laços políticos que dão coesão ao conjunto. Tão-pouco julgamos que daí tirasse o Ocidente alguma vantagem. O mapa político africano, com excepção da África do Sul, apresenta hoje, com efeito, um tom exclusivamente neutralista, senão já alinhado em alguns casos contra o Ocidente, o que quer dizer que os novos Estados africanos se recusam a tomar posição no conflito ideológico que contrapõe o Ocidente ao mundo comunista ou tomam-na em favor deste.

A nós tem-nos parecido haver grande erro em interpretar a evidente inadaptação da estrutura comunista às características actuais das sociedades africanas como significando a hostilidade da África ao comunismo internacional; e isto porque o comunismo não agirá em

África como o fez na Europa e na América e já desistiu de fazer por muita parte. Assim, julgamos que o comunismo, depois de um passo em falso na política africana, pode desistir de formar partidos africanos identificados como comunistas; nem procurará instalar ostensivamente repúblicas populares – sem prejuízo de aproveitar e apoiar as que quiserem formar-se como tais. Os objectivos comunistas em África contentar-se-ão, ao que nos parece, com captar a África para a nacionalização da riqueza formada, meio caminho andado para lhe cortar o progresso económico, e depois em neutralizá-la, ideológica e estrategicamente. Deste modo impedirá que, em caso de necessidade, o Ocidente, ou pelo menos a Europa, se utilize dos valores geográficos e humanos que permitiram, por exemplo, a vitória das forças aliadas na segunda guerra mundial. Por isso, e na medida em que fomentarmos, com independência de novos países impreparados, o neutralismo africano, creio que estaremos a criar posições que servem, essencialmente, os interesses do inimigo. Poderá dizer-se que a política ocidental, e de certo modo a soviética, parecem encaminhar-se para a exclusão de conflito geral. Isso não importa porque, a pouco e pouco, as posições e os interesses igualmente se perderão. Ao fim e ao cabo, bem pode acontecer que o somatório dessas perdas coincida com o que poderia resultar para o Ocidente de uma guerra generalizada perdida.

Oliveira Salazar. Carta de 29-2-64, in Diogo Freitas do Amaral. *A Tentativa Falhada de um Acordo Portugal-E.U.A sobre o Futuro do Ultramar Português*, Coimbra Editora, 1994.

O problema ultramarino

Nenhuma dúvida pode haver de que o problema mais grave que presentemente se põe à Nação Portuguesa é o Ultramar. Normalmente, nunca o Ultramar constituiria um problema para Portugal. Portugal, desde há cinco séculos, é uma Nação dispersa por vários continentes, está na África, na Ásia, na Oceania como está na Europa. E encontrará sempre, no génio natural do seu povo e na experiência tradicional dos seus contactos as soluções adequadas ao desenvolvimento harmonioso de todas as suas parcelas, à convivência fraterna de todos os seus filhos, à fusão enriquecedora de todas as suas culturas.

Mas, na hora actual, essa evolução [...] é perturbada por crescente pressão internacional adversa. [...] Uma pressão que encontrou nas assembleias [...] dependentes das Nações Unidas o ambiente propício de formação, de ampliação e de aplicação. E de que decorre a mais incrível campanha contra o nosso País.

Marcelo Caetano, *Discurso de 5 de Março de 1974.*

Negociações ou derrota militar?

Passado tempo, Senghor começava a fazer saber ao general Spínola que gostaria de falar com ele. Ciente do facto, o Governo autorizou o general a encontrar-se com o presidente do Senegal, o que teve lugar numa povoação senegalesa próxima da fronteira portuguesa em meados de 1972. O general Spínola veio depois, num salto, a Lisboa dar conta do que se passara. Na entrevista surgira a hipótese de um encontro Spínola-Amílcar Cabral para se negociar um cessar-fogo preliminar do acordo pelo qual se esperava que o PAIGC passaria a colaborar com os portugueses no Governo do território.

Observei ao general que por muito grande que fosse o seu prestígio na Guiné – e eu sabia que era enorme – ao sentar-se à mesa das negociações com Amílcar Cabral ele não teria na frente um banal chefe guerrilheiro, e sim o homem que representava todo o movimento anti-português, apoiado pelas Nações Unidas, pela Organização da Unidade Africana, pela imprensa do mundo inteiro. Assim, ia-se reconhecer oficialmente o Partido que ele chefiava como sendo uma força beligerante e reconhecia-se mais, que essa força possuía importante domínio territorial, uma vez que aceitávamos negociar com ela um armistício (ou cessar-fogo) como preliminar de um acordo. [...]

A dificuldade do problema da Guiné estava nisto: em fazer parte de um problema global mais amplo, que tinha de ser considerado e conduzido como um todo, mantendo a coerência dos princípios jurídicos e da política que se adoptasse.

E foi aqui que, no decurso da conversa, fiz a afirmação chocante para a sensibilidade do general, dizendo mais ou menos isto:

– Para a defesa global do Ultramar é preferível sair da Guiné por uma derrota militar com honra do que por um acordo negociado com os terroristas, abrindo o caminho a outras negociações.

– Pois V. Ex.^a preferia uma derrota militar na Guiné? – exclamou escandalizado o general.

– Os exércitos fizeram-se para lutar e devem lutar para vencer, mas não é forçoso que vençam. Se o exército português for derrotado na Guiné depois de ter combatido dentro das suas possibilidades, essa derrota deixar-nos-ia intactas as possibilidades jurídico-políticas de continuar a defender o resto do Ultramar. E o dever do Governo é defender todo o Ultramar. É isso que eu quero dizer.

Marcelo Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Record, 1974, p. 189.

Quem é o inimigo?

O mesmo sistema que oprime e explora o camponês em Portugal é também o que oprime e explora o cidadão angolano, utilizando motivações diferentes, técnicas diferentes, mas sempre com o mesmo propósito – explorar. E entre o homem português e o homem angolano ou moçambicano ou guineense, é possível o estabelecimento de relações justas, isto é, de relações que impeçam a exploração de um homem pelo outro homem. O factor racial não jogará senão um papel secundário, e só durante mais algum tempo, caso terminem as relações de senhor para escravo.

A compreensão ideológica deste problema também facilita a sua resolução, ao serem definidos os objectivos da luta de libertação.

Em condições especiais, encontram-se já casos em que o problema racial é ultrapassado. É o que se passa na guerra. Há portugueses conscientes que desertam, para de uma maneira ou de outra se alistarem nas fileiras nacionalistas.

A nossa experiência da clandestinidade mostrou que pode haver essa colaboração racial na luta contra o sistema.

E, no fundo, o que é que nós queremos?

Não penso que a luta de libertação se dirija no sentido da inversão dos sistemas de opressão de modo que o senhor de hoje seja o escravo de amanhã. Pensar assim será querer caminhar contra o sentido da história. As atitudes de vingança social não são as que poderão trazer aquilo que desejamos, ou seja, a liberdade do homem.

É que as lutas de libertação, desejo sublinhá-lo de novo, não se destinam só a corrigir violentamente as relações entre os homens, e especialmente as relações de produção, dentro do país – elas constituem um factor importante para a transformação positiva de todo o nosso continente e do mundo inteiro.

A luta de libertação nacional é também um meio de quebrar todo um sistema injusto de opressão existente no mundo.

Vejamos o lado pragmático da questão:

Não encontramos em África um único país que não mantenha relações preferenciais com a sua antiga metrópole, até pela absorção dos valores culturais, inevitável num regime de tipo colonial. E mais, as formas de exploração não terminaram; por consequência, não terminaram também as formas de discriminação racial, mais ou menos acentuada.

Nestes casos, a libertação ainda não é completa.

Numa independência onde não houvesse apenas a aparência de independência política, mas também a económica e a cultural, onde o respeito real pelos valores nacionais existisse de modo a permitir a abolição da exploração, eu acredito-o – o homem encontraria então a liberdade verdadeira.

Se quisermos responder à nossa pergunta, diremos que o inimigo é o colonialismo, o sistema colonial, é ainda o imperialismo, que sustenta o primeiro, sendo até o inimigo principal.

Estes inimigos utilizam em seu favor todas as contradições que possam encontrar na sociedade dominada. Os factores raciais, tribais, de classe, e outros. Sobre eles constroem as

suas bases de exploração e mantêm, modificando-lhes o aspecto, quando já não podem ser mantidos. Assim, em África, já não é a dominação política formal que pode prevalecer, mas ninguém se libertou da dominação económica. Ela aí está presente, e por isso mesmo me é muito grata a fórmula adoptada por alguns partidos políticos no poder em África, ao dizer que eles também são movimentos de libertação nacional. Assim se exprime o completo significado do fenómeno da libertação.

Deste conceito mais largo de libertação nacional provêm consequências importantíssimas para a necessária cooperação entre os oprimidos da terra.

Continuarei a dizer, portanto, que a libertação nacional tem de ser uma etapa para a realização de uma forma mais vasta de libertação, que é a libertação do homem.

Se se afasta desta ideia, o dinamismo desaparece, as contradições essenciais no país não terminam.

A experiência angolana mostrou já que o carácter anti-racista puro não pode permitir o pleno desenvolvimento da luta pela liberdade. A nossa sociedade, desde há séculos, contém dentro de si os elementos brancos, chegados como ocupantes, como conquistadores, mas que tiveram tempo de se enraizar, de se multiplicar e existir por gerações e gerações sobre o nosso território. Essa população branca domina os centros urbanos, provocando o fenómeno da mestiçagem, que torna a nossa sociedade interligada nos seus componentes raciais.

Se a luta de libertação esquece a realidade do país e se reduz a formulações gratas a nacionalistas sinceros, mas pouco preocupados com o aspecto do desenvolvimento sócio-histórico do povo, ela estiola-se e não pode atingir os seus objectivos políticos e humanos.

Todos aqueles que num país desejam participar de qualquer forma da luta de libertação, devem poder fazê-lo.

A preocupação em África de fazer da luta de libertação uma luta racial de pretos contra brancos, não só é epidérmica, mas podemos dizer reaccionária, e essa tese não tem futuro, no momento mesmo em que verificamos haver mais contactos entre pretos e brancos sobre o continente do que na época do colonialismo.

As relações alargadas com os países socialistas, com os países anticoloniais (na forma antiga), as relações chamadas de cooperação com as antigas metrópoles, chamaram à África um notável número de europeus, americanos, asiáticos que não existiu nunca em nenhuma época da história.

Pôr, portanto, o problema preto contra branco é falsear a questão, é desviá-la do seu objectivo.

O que queremos nós?

Uma vida independente como nação, uma existência em que as relações económicas sejam justas entre os países e dentro do país, um reviver dos valores culturais ainda válidos para a nossa época.

Repensar a guerra

1. Ouvi-me uma vez ainda, homens que chegastes ao limiar do novo ano de 1974. Ouvi-me, repito. Eu quero falar-vos uma vez mais de paz. [...]

2. Importa, porém, não confundir a paz com a ordem estabelecida, com as forças da ordem, com a ausência de armas, com o medo dos fracos, com a repressão dos fortes, com o silêncio dos mortos.

A paz é algo que se deve não apenas manter mas produzir, e produzir a partir da verdade, da justiça, do amor e da liberdade; a partir da consciência política do homem. Não é, por conseguinte, compatível com a «ordem» à custa da verdade, da justiça, do amor e da liberdade; não é repressão, não é medo, não é silêncio, não é morte. A paz é o homem, e o homem é o coração da paz. Daqui a necessidade urgente de tomar o homem a sério se queremos seriamente a paz. E não apenas o homem sem nome, distante, desconhecido, mas o homem daqui e de hoje, o homem que em Moçambique sofre, há quase dez anos, a violência da guerra, e que certamente deseja a paz.

Por isso, falar da paz em Moçambique sem falar lealmente da guerra que o mancha de sangue seria iludir o problema fundamental; seria aumentar a violência. Já o Profeta Ezequiel se insurgia contra os falsos profetas que, enganando o povo, afirmavam que tudo ia bem quando tudo ia mal (Ez. 13 10-16). [...]

3. A paz em Moçambique impõe-nos, antes de mais, o dever de repensar a guerra – «a guerra que não queremos» – com uma mentalidade nova e com uma nova determinação (G. S. 80). Repensar a guerra, aqui e hoje, é reconhecer e identificar lealmente os conflitos que, dentro e fora do nosso contexto, concorrem para a destruição da paz. É rever, em espírito de diálogo, os direitos e deveres que dão consistência à paz do homem e do povo de Moçambique. É interrogarmo-nos serenamente se esta guerra será um meio digno e um meio apto para resolver o conflito aberto; se na base do litígio não estará em causa, mais do que uma «agressão» e uma «legítima defesa», uma justa aspiração deste povo à emancipação. É interrogarmo-nos seriamente sobre as injustiças e crimes que, no decorrer da guerra, uns e outros podem cometer.

Em Moçambique há efectivamente conflitos. E se é possível limitar e controlar a acção armada, outro tanto não sucede com a acção psicológica.

A guerra em Moçambique é, infelizmente, uma realidade. E uma realidade que perturba, cada vez mais, as populações. Iniciada em 1964 no distrito de Cabo Delgado, estendeu-se, ao longo destes dolorosos dez anos, por cinco distritos e afecta hoje grande parte das populações neles residentes; mobiliza milhares de homens, implica o dispêndio de somas muito importantes, tem já no seu passivo milhares de vítimas.

4. Mas não basta reconhecer os conflitos. Necessário se torna rever os direitos e os deveres que dão consistência à paz em Moçambique. [...]

Querer seriamente a solução dos conflitos em curso é querer, em primeiro lugar, a justiça integral do homem e das populações de Moçambique. Isto leva-nos a eliminar corajosamente as situações de injustiça e, ao mesmo tempo, a promover, no diálogo, o crescimento integral do homem e do povo. [...] A «Populorum Progressio» de Paulo VI, fiel à vocação integral do

homem, afirma claramente que os povos devem ser desenvolvidos de modo a que cheguem «a ser por si mesmos artífices do próprio destino», sujeitos e não objectos da própria história (P. P. 65). Nesta perspectiva, a autodeterminação é um direito natural e um imperativo inerente ao verdadeiro desenvolvimento. E, como direito, implica o dever de o homem e os povos, em vias de crescimento, se tornarem aptos a escolher livremente as suas próprias instituições políticas, culturais, económicas e sociais. [...]

A Igreja não só reconhece o direito dos povos à própria identidade, como também procura promover entre os povos desenvolvidos e subdesenvolvidos, colonizados e antigos colonizadores, ricos e pobres, uma justa e leal cooperação de modo a eliminar possíveis neocolonialismos, e a criar condições que permitam uma efectiva autodeterminação. [...]

A paz e a guerra, em Moçambique, dependem também da tomada de consciência dos povos ontem dominados por sistemas coloniais e hoje em busca progressiva de uma justa e efectiva emancipação; dependem das razões porque combatem uns e outros; dependem com certeza do reconhecimento ou não reconhecimento da dignidade do homem e do povo de Moçambique e das iniciativas que dêem conteúdo e expressão real aos direitos inerentes a uma justa e progressiva autodeterminação. Parece que tudo isto obriga a colocar a solução do conflito mais na acção política do que na força das armas – uma acção política fundada no direito, aberta ao diálogo e às soluções dignas. [...] Apesar dos esforços que, certamente, se terão feito para pôr termo à guerra em Moçambique, cabe todavia perguntar: quem responderá, diante de Deus e da história, pelo sangue derramado ao longo destes dolorosos dez anos, se na busca sincera de uma solução honrosa do conflito não foram, de facto, esgotados todos os recursos de negociações pacíficas? [...] A história julgará os homens que, ao longo destes dez anos de guerra, cometeram impunemente acções violentas e homicidas contra inocentes. [...]

8. O direito à vida e à dignidade da vida exigem das forças empenhadas na luta o respeito pela imunidade das populações civis. Nas guerras de tipo subversivo as populações são de facto um dado fundamental. Delas depende, em grande parte, o êxito ou o fracasso dos combatentes. Não admira, portanto, que sejam disputadas por uns e por outros, correndo assim o grave perigo de serem duramente pressionadas, oprimidas ou mesmo flageladas. E muitas vezes o têm sido. Desde as represálias sangrentas até às intimidações, aos raptos, às detenções arbitrárias, às pressões físicas e psicológicas, aos assassinatos, à destruição das habitações, das produções agrícolas – tudo tem sofrido nestes longos dez anos de guerra. Constitui, na verdade, para todos uma grave e tremenda responsabilidade o caminho sangrento que milhares de pessoas estão a percorrer dia a dia desde o primeiro momento de guerra. [...]

Apesar das ambiguidades inerentes à guerra subversiva, a ninguém é lícito oprimir, de qualquer modo, as populações civis sob o pretexto de possível convivência com o adversário ou de possível perigo. Em qualquer circunstância assiste-lhes o direito de serem respeitadas na sua dignidade inviolável, na sua vocação à liberdade.

9. Não é lícito igualmente fomentar a violência nas populações civis como possível bargagem contra o inimigo definido ou latente. Cultivar sentimentos de ódio e de vingança será alargar indefinidamente o círculo infernal da violência e da morte.

Perante a escalada da violência não será fomentando manifestações públicas – tanto mais se inspiradas pelo medo, pelo ódio, pelo desejo de vingança – que venceremos a batalha

da paz. Não será exigindo a defesa de uns à custa do extermínio de outros que reconstruiremos a concórdia na justiça. Não será semeando a morte que obteremos a vida.

Os homens de Moçambique, as raças, as culturas devem encontrar-se. E parece ter chegado a hora do encontro. Será um encontro na morte ou um encontro na vida e para a vida? [...] Sentimos que Moçambique vive um momento decisivo. É hora dos homens dignos do Homem. [...] Sabemos como são difíceis os caminhos da paz justa; como são numerosos e graves os obstáculos à vitória do diálogo sobre a confrontação armada.

Nampula, Janeiro de 1974.

Manuel
Bispo da Igreja em Nampula

Manuel Vieira Pinto, Estado Novo (tomo II) in *História Contemporânea de Portugal*
(dir. João Medina), Amigos do Livro Editores, Lisboa, 1995, pp. 248-249.

3

A AGONIA DO REGIME

Documentos seleccionados:

- A «crise agónica» do regime – António Reis
- A crise final do Estado Novo – Boaventura de Sousa Santos

A «crise agónica» do regime

O derrube da ditadura conservadora, que em 1933 se auto-intitulou «Estado Novo», por um amplo movimento de oficiais das Forças Armadas representou o desfecho inevitável da crise agónica que a atingira. Com efeito, a guerra colonial, se, de início, contribuíra para o cerrar de fileiras das várias facções apoiantes do regime e para justificar o seu carácter autoritário e repressivo, conduziu progressivamente a um perigoso impasse, dada a recusa de uma solução política negociada com os movimentos de libertação e o crescente descontentamento dos quadros militares, receosos de se verem convertidos nos bodes expiatórios de uma situação sem saída. Além disso, viera também tornar ainda mais acentuado o carácter anacrónico de um regime internacionalmente isolado na hora do Terceiro Mundo e a ter de enfrentar internamente os efeitos sociais e culturais do início do processo de modernização económica, impulsionado pela adesão de Portugal, em 1959, ao Acordo Europeu de Comércio Livre (EFTA).

A contradição entre um aparelho institucional rígido, fechado e conservador e as exigências derivadas do desenvolvimento industrial num contexto de cada vez maior dependência em relação à Europa, e entre a sua expressão ideológica autoritária e nacional-colonialista e as aspirações pluralistas e universalizantes desencadeadas pela nova dinâmica social e cultural que caracterizou os anos 60, era, sem dúvida, uma contradição explosiva. Em tal contexto, o fenómeno da guerra colonial só conjuntural e momentaneamente podia assumir um papel de amortecedor. Mais cedo ou mais tarde, estava condenado a ser o catalisador que historicamente acabou de facto por ser. Assim, de balão de oxigénio inicial, a guerra colonial volvia-se em garrote asfíxiador empunhado pelo próprio braço armado do regime – a instituição militar.

E, no entanto, fora, aparentemente, essa mesma instituição militar que impusera a Marcelo Caetano a defesa intransigente das colónias como condição do apoio à sua nomeação como substituto de Salazar, em 1968. Uma condição que se revelaria anos mais tarde um verdadeiro presente envenenado. A guerra colonial foi para Caetano uma camisa-de-forças de que nunca se conseguiu libertar e à qual acabou por se acomodar, como que auto-anestesiado. Manietou-o na tentativa inicial de encetar um processo de liberalização das instituições políticas, levando ao desencanto da chamada «ala liberal» e à radicalização das oposições de esquerda. Como explicar um tal comportamento num homem que no início do conflito colonial chegara a defender a solução federalista? Estamos em crer que se dera conta, entretanto, da inviabilidade desta, ao fim de uma década em que a violência da guerra extremara posições e em que qualquer sinal de abertura a uma solução desse tipo se arriscaria a produzir os efeitos do levantamento da tampa de uma panela a ferver, precipitando outro tipo de soluções que manifestamente não desejava. Mais do que a alegada pressão dos ultras do regime defensores da manutenção do *status quo* integrista, terá sido antes o receio do efeito de «bola de neve» que impediu Caetano de ir mais longe do que a simples cosmética da reforma constitucional de 1971, com o seu tímido alargamento da autonomia administrativa das colónias. Não admira, assim, que, confrontado, em finais de Fevereiro de 1974, com o êxito do livro de Spínola *Portugal e o Futuro* e o crescendo da contestação entre os quadros intermédios da instituição militar, tenha chegado a encarar a hipótese de se demitir, em vez de apadrinhar uma

solução como a que aquele general lhe vinha propondo desde os tempos de governador da Guiné.

Sem margem de manobra na questão colonial, com a sua base de apoio política reduzida aos sectores mais imobilistas, apesar da persistência de um pequeno núcleo tecnocrático no seio da Acção Nacional Popular, confrontado com a irrupção de uma gravíssima crise económica derivada do súbito aumento dos preços do petróleo no mercado internacional, cujas consequências sociais já se faziam sentir, contestado no seio da própria Igreja Católica e das Forças Armadas, o regime ditatorial estava condenado a cair ao primeiro abanão. A polícia política e a censura revelavam-se em tal contexto armas claramente insuficientes para assegurarem a sua sobrevivência. Viradas contra uma oposição civil, que não dispunha dos meios mínimos para se organizar eficazmente e mobilizar as massas populares, já pouco ou nada podiam fazer contra a própria instituição militar, sobretudo quando esta se divorciava da maioria dos seus próprios chefes e se aglutinava em torno de dois generais de incontestável prestígio profissional – Costa Gomes e Spínola.

Curiosamente, os últimos tempos do regime ditatorial foram de aparente controlo da contestação das forças políticas e sindicais oposicionistas, sujeitas mesmo a uma última vaga repressiva, que levou às cadeias muitos dos seus principais activistas. As universidades encontravam-se fortemente policiadas e em Lisboa só uma associação de estudantes – a de Agronomia – se mantinha de portas abertas. As «eleições» de Outubro de 1973 desenrolaram-se sob apertados condicionamentos, que levaram as listas oposicionistas a desistir da ida às urnas, ao contrário do que acontecera em 1969. O Partido Comunista (PCP), única força política dotada de um aparelho clandestino suficientemente estruturado, não se mostrava capaz de encetar sólidas acções ofensivas, sobretudo depois de sofrer, em 1971, as consequências da delação de um dos seus principais dirigentes. [...] Quanto aos sectores moderados da oposição liberal, mostravam-se incapazes de criar uma estrutura organizativa mínima, depois de um fracassado encontro no Verão de 1973, limitando-se a fazer ouvir a sua voz através do semanário *Expresso* e de uma organização cívica como a SEDES. Um plano legal de actuação, onde igualmente se fazia notar a influência de outros órgãos de imprensa como o quotidiano *República*, dominado pelos socialistas, e Intersindical. O Partido Socialista (PS), fundado na Alemanha em 19 de Abril de 1972, a partir da Acção Socialista Portuguesa, mostrava-se melhor organizado no estrangeiro do que em Portugal, limitando-se aqui à distribuição do seu recente programa e da sua imprensa clandestina. A extrema-esquerda vivia fraccionada em múltiplos grupos, quase todos de orientação maoista e maioritariamente confinados ao meio estudantil, com excepção do MRPP, que iniciara já uma penetração no meio operário e a estruturação de uma rede clandestina. Apenas as Brigadas Revolucionárias, fruto de uma cisão na Frente Patriótica de Libertação Nacional, sediada na Argélia, se mostrava ainda capaz de incomodar o regime [...]. Também os católicos progressistas desenvolviam algumas acções de contestação ao regime, a mais espectacular das quais foi, sem dúvida, a vigília contra a guerra colonial no fim do ano de 1972 na Capela do Rato, em Lisboa, e que levou à prisão e à demissão da função pública de alguns dos participantes.

Estava-se, pois, longe de uma movimentação política organizada e dinâmica, como a que ocorrera em 1958 ou mesmo em 1969. Os tempos eram, antes, de refluxo, apesar de um certo recrudescer da luta grevista por melhores condições salariais no início do ano de 1974,

em grande parte de carácter espontâneo e facilmente explicável pelo forte agravamento da taxa de inflação, que se aproximava dos 30%.

A conjugação destes factores – debilidade da oposição política civil e impasse da guerra colonial, com o consequente alastrar do descontentamento no seio da instituição militar –, num pano de fundo dominado pela forte contradição entre o tipo de regime vigente e as exigências da modernização económica, social e cultural, ajuda a compreender a singularidade do movimento revolucionário do 25 de Abril. Uma singularidade que se traduziu na simultaneidade do seu carácter estritamente militar e autónomo em relação às forças partidárias civis e do seu objectivo de democratização das instituições, de forma a viabilizar uma solução política para o problema colonial.

Com efeito, ao contrário do que se passara até então, em que as tentativas de golpe militar resultavam de movimentações articuladas de civis e militares, sob a égide das forças oposicionistas, o 25 de Abril foi produto de uma operação planeada e executada apenas por militares, sem qualquer articulação ou subordinação a forças partidárias civis. A elaboração do próprio programa político do Movimento das Forças Armadas (MFA) não obedeceu a quaisquer compromissos prévios com essas forças, muito embora acabasse por espelhar algumas das suas principais reivindicações, nomeadamente a formação de um governo provisório civil que preparasse eleições para uma assembleia constituinte que dotasse o País de instituições democráticas e uma nova política económica e social de defesa dos interesses das classes trabalhadoras contra o poder dos grandes grupos monopolistas. O que apenas prova a difusa influência na opinião pública do longo combate travado por essas forças, cujos objectivos não podiam deixar de encontrar adeptos junto dos oficiais mais politizados que integravam o movimento revolucionário. Mas já a solução a dar à questão colonial se revelava muito mais cautelosa, depois de abandonada, por imposição de Spínola, uma primeira versão desse programa em que se reconhecia o direito dos povos à autodeterminação. Se a oposição ao imobilismo do regime na política colonial fora um factor de unificação e mobilização dos militares, já a definição de uma política alternativa se começava a revelar geradora de desacordos, que o período imediatamente posterior ao 25 de Abril mais ampliará. Só, aliás, uma plataforma programática despida de radicalismos ideológicos e centrada na questão-chave da democratização das instituições poderia concitar o apoio alargado de quadros militares na sua maioria desprovidos de uma cultura política mínima, vítimas, também eles, da desinformação reinante.

António Reis, «A Revolução de 25 de Abril», in *Portugal, 20 anos de Democracia* (coord. de António Reis), Círculo de Leitores, 1994, pp. 12-15.

A crise final do Estado Novo

Sem entrar em linha de conta com crises menores em períodos anteriores, que o Estado Novo (1926-1974) sempre soube prevenir ou superar com maior ou menor facilidade, foi em 1969 que rigorosamente se iniciou a crise final da forma organizativa do Estado e, com ela, uma profunda crise de legitimação e de hegemonia.

Ao proceder à análise deste complexo processo de crise deve resistir-se a duas tentações igualmente distorsivas: a tentação de centrar a análise exclusivamente nas lutas de classe que então se geraram ou agravaram, e muito particularmente nas lutas entre fracções da classe dominante que então disputaram a hegemonia no seio do bloco social no poder, e a tentação, de algum modo inversa, de centrar a análise exclusivamente na lógica interna da forma político-administrativa do Estado e dos impasses a que conduziu. As duas tentações são igualmente fáceis no caso português, o que em si é revelador das especificidades desta formação social e estatal. De facto, o Estado salazarista apresenta-se com uma face de Janus. Ao tutelar vigilantemente os interesses das classes trabalhadoras, reprimindo a sua articulação e representação autónomas, o Estado sugere um elevado grau de identificação com os interesses da burguesia no seu todo, ou pelo menos com os interesses de uma das suas fracções, o que faz jus a uma análise de tipo classista. Mas, por outro lado, as bases ideológicas e as estruturas institucionais e normativas do Estado corporativo pressupõem uma distância calculada em relação às classes sociais em conflito, ou seja, um espaço de manobra em que se tecem interesses próprios do Estado, o que, por sua vez, faz jus a uma análise de tipo estatista. A especificidade do Estado português pré-1974 reside em que estas duas caracterizações são menos antagónicas do que complementares pelo que se recomenda uma estratégia analítica em que se combinem a análise classista e a análise estatista.

Desde os começos do Estado Novo em 1926 e por um longo período, a burguesia agrária (e, em aliança com ela, mas em posição subalterna, a burguesia comercial) foi a classe hegemónica. Conferia direcção e coerência políticas à acção do Estado, viu transformados em gerais e dominantes os valores que legitimaram o seu poder social e asseguraram a sua reprodução como classe, garantiu que a intervenção estatal sobrepusesse a satisfação dos seus interesses económicos à dos das restantes classes sociais. [...] O exercício da hegemonia da burguesia agrária implicou simultaneamente a aceitação por parte desta da tutela exercida pela máquina burocrática em nome do interesse do Estado. Esta matriz de relações entre a hegemonia de classe e a supremacia política do Estado é tanto mais importante quanto permanece inalterada por sobre as transformações do bloco hegemónico durante a longa vigência do regime.

O conteúdo da hegemonia é internamente diversificado e os seus elementos constitutivos não seguem todos a mesma lógica ou o mesmo ritmo de transformação. É comum, por exemplo, que uma classe mantenha a hegemonia ideológica mesmo depois de ter perdido a hegemonia económica e o inverso sucede igualmente. A hegemonia económica da burguesia agrária portuguesa entrou em declínio no início da década de sessenta, enquanto a sua hegemonia ideológica só entrou verdadeiramente em declínio no final da mesma década.

A eclosão da guerra colonial no princípio dos anos sessenta marcou o início da fase final do colonialismo português. Apesar de ser um período de grandes transformações na socie-

dade portuguesa, não configurou uma crise do Estado na medida em que este revelou recursos suficientes para dispersar as contradições sociais que então se manifestaram. Para fazer a guerra, o aparelho militar reconstituiu-se e expandiu-se significativamente, atingindo em breve um relevo orçamental sem precedentes. Para fazer face a estes encargos financeiros, o Estado viu-se obrigado a alterar a sua política económica, do que resultou uma abertura, também sem precedentes, da economia portuguesa ao capital internacional, e, portanto, uma nova forma de integração na economia mundial que se caracterizou basicamente pelo fortalecimento das relações com a economia europeia. Para um país pequeno e de mercado reduzido, a integração em espaços económicos mais amplos só é em geral benéfica quando tem lugar num período de expansão económica a nível mundial. Foi isso o que sucedeu na década de sessenta, pelo que foi possível assegurar um período de assinalável desenvolvimento económico assente num processo de industrialização dependente e associada. Por sua vez, os fluxos migratórios para a Europa, sinais evidentes da expansão da acumulação nos países centrais, drenaram parte da população «excedentária» na agricultura e, através das remessas dos emigrantes, permitiram o aprovisionamento de divisas e o aumento da procura nos campos. O processo de industrialização e a concentração do capital que ele possibilitou deram origem à criação de grandes grupos industriais associados ao capital estrangeiro. Esta pequena mas dinâmica fracção da burguesia industrial encontrou no capital financeiro a base da sua reprodução alargada e assim foi construindo a sua hegemonia económica passando a controlar pelo mecanismo do crédito a pequena e média indústria e associando a si, subalternizando-os, alguns sectores da burguesia agrária. Para a burguesia industrial-financeira (ou melhor, para o seu conjunto, que não para cada um dos seus elementos) e mesmo para os sectores mais dinâmicos da média indústria, o espaço colonial era demasiado pequeno e pouco significativo e se algum significado ainda detinha era mais como fornecedor (por vezes só potencial) de matérias-primas do que como mercado de produtos industriais. O espaço europeu era o horizonte privilegiado da sua expansão.

Em consequência deste processo de desenvolvimento económico e da emigração, a relação salarial alterou-se significativamente neste período. Numa situação de quase pleno emprego e com um sector industrial dinâmico a exigir mais «participação» e maior qualificação do operariado, só com uma repressão muito superior à que fora até então exercida se poderia manter uma tutela política do trabalho assente na imposição de salários baixos e na proibição da organização autónoma dos sindicatos. No final da década de sessenta inicia-se um período de reivindicações operárias sem precedente na história do regime e a própria burguesia industrial-financeira viu na tutela corporativa das relações capital/trabalho um espartilho que a impedia de alargar a sua hegemonia sobre os demais sectores da burguesia e sobre a sociedade em geral.

Como acima ficou dito, uma das especificidades do Estado salazarista consistiu em que a hegemonia de classe teve sempre como contrapartida uma tutela político-burocrática que recobria os interesses hegemónicos com o interesse autónomo do Estado. Isto significa que o exercício pleno da hegemonia pressupunha um elevado grau de coerência com a forma política do Estado. Essa coerência existiu enquanto a burguesia agrária foi a fracção hegemónica, mas a partir dos anos sessenta começou a ser abalada e, com isso, introduziu-se no sistema um ponto de tensão. A conquista da hegemonia económica por parte da burguesia indus-

trial-financeira foi avançando no interior de um Estado cuja forma organizativa era coerente com a hegemonia ideológica da burguesia agrária. O agravamento progressivo desta tensão acabou por pôr em questão a forma organizativa do Estado, o que sucedeu, a partir de 1969, no período marcelista.

Perante tal questionamento, o regime procurou controlar o processo de transformação institucional julgado necessário, se não para eliminar a incoerência entre a sua forma política e o modelo de desenvolvimento económico e social em curso, pelo menos para a reduzir a um nível tolerável. Esse processo consistiu numa série de medidas políticas e jurídico-administrativas cujo sentido geral foi dado pelo próprio chefe do governo ao proclamar em 1970 a necessidade de o «Estado Novo» se transformar num «Estado social». Foram, por um lado, medidas de abertura política que implicaram uma relação diferente com a oposição (timidamente concretizadas nas eleições legislativas de 1969) e uma tentativa de conferir um maior peso político e ideológico à burguesia industrial e financeira (através da chamada «ala liberal» da Assembleia Nacional). Foram, por outro lado, medidas tendentes a aumentar a componente de legitimação e a diminuir a de repressão nas relações com as classes trabalhadoras através da concessão de maior autonomia sindical e do alargamento do sistema de segurança social.

Sucedem porém que este processo teve lugar num momento em que, mesmo do ponto de vista da lógica de manutenção do regime (a lógica da «evolução na continuidade»), teriam sido necessárias transformações bem mais profundas e ousadas. As medidas revelaram-se tímidas, incoerentes, e até contraproducentes. Tendo sido tomadas para dispersar as contradições políticas e sociais acabaram por concentrá-las. A heterogeneidade e a conflitualidade entre as várias fracções do bloco no poder agravaram-se, e as concessões feitas às classes trabalhadoras em vez de conduzir a uma nova colaboração de classes não impediram (se é que não ajudaram a provocar) o aumento dramático dos conflitos laborais. A luta pela hegemonia não se compadecia com o mero reajustamento do bloco no poder, ao mesmo tempo que a transição gradual de um corporativismo fascizante para um corporativismo liberalizante se revelava inviável. Perante esta concentração das contradições sociais, a matriz organizativa do Estado atingiu o seu limite de flexibilidade. O governo recuou e, já sem alternativa, procurou regressar ao núcleo central e original do regime: o autoritarismo fascista e a repressão das classes trabalhadoras. Fê-lo, porém, sem coerência nem convicção políticas, pelo que as forças políticas mais conservadoras reclamaram, contra o governo do dia, a reposição autêntica do regime arquitectado por Salazar. O Estado Novo revelava-se incapaz de resolver ou atenuar os conflitos sociais que suscitava e esgotava assim as suas possibilidades de transformação controlada. A crise do Estado estava, pois, aberta desde 1969.

Este processo de crise foi muito complexo na medida em que envolveu várias crises com lógica e ritmos de desenvolvimento diferentes. Foi antes de mais uma crise de hegemonia, na medida em que a falta de coesão entre os interesses da burguesia agrária (e, em parte, da burguesia comercial) e os interesses da burguesia industrial-financeira atingiu um nível tal que incapacitou o bloco no poder para definir um projecto social e político apto a suscitar um consenso generalizado e interclassista. As reformas iniciadas em 1969 pretenderam complementar a nível ideológico e político a hegemonia económica que a grande burguesia industrial-financeira tinha vindo a conquistar a partir de uma posição subalterna no bloco no

poder, mas confrontaram-se com a rigidez da matriz organizativa do Estado. Esta rigidez servia os interesses da burguesia agrária ainda que não seja explicável por elas. A agudização do conflito entre estas duas fracções conduziu a um impasse. À pergunta sobre quem comandava a economia portuguesa, respondia em 1973 Ferraz de Carvalho: «Eu diria que ninguém a comanda e que é esse um dos nossos problemas» e denunciava a inexistência de uma «política económica convicta» «apoiada por uma forte vontade política» (Cardoso, 1974:137).

Para além de uma crise de hegemonia, houve, relacionada com ela, uma crise de legitimação. Esta resultou sobretudo das oscilações com que o processo da recomposição do regime foi levado a cabo. As hesitações, as ambiguidades, as incoerências, os recuos e os avanços das actuações do Estado minaram a credibilidade dos seus mecanismos jurídico-institucionais para compatibilizar os interesses das diferentes classes sociais em presença na sociedade portuguesa. [...] No caso português, a crise de legitimação residiu na incapacidade do Estado para institucionalizar as relações entre o capital e o trabalho em consonância com as alterações na correlação das forças sociais que o desenvolvimento económico e a emigração da década de sessenta tinham provocado. Residiu também na incapacidade do Estado para cooptar o sector em expansão da nova pequena burguesia inconformada com a estagnação política, a mediocridade da vida cultural e ausência de liberdades cívicas e políticas.

Os modos como se constituíram e manifestaram a crise de hegemonia e a crise de legitimação revelam que, acima de tudo, houve uma crise da matriz organizativa do Estado – quer na forma de crise da administração, quer na de crise do regime – uma crise cujos termos não são redutíveis ao conflito entre o capital e o trabalho ou entre as diversas fracções do capital. A crise do regime resultou da sua relativa rigidez, da sua incapacidade para acolher e absorver interesses sociais emergentes e as novas formas de representação coerentes com eles. [...]

Muito provavelmente as causas da crise do regime estão no próprio regime, no bloqueio ideológico em que se foi enredando apesar do empirismo de que deu provas ao longo dos anos. O segredo da permanência do regime consistiu em adaptar-se às condições que julgou inelutáveis e em exorcizar todas as demais. A partir de 1969, o regime viu-se confrontado com duas condições novas: a concentração do capital e o fim do colonialismo. Incapaz de se adaptar a elas, pretendeu que não eram inelutáveis. Ao fazê-lo, denunciou os limites do seu empirismo. O regime atingia o máximo de consciência possível. Para além dele estava o bloqueio ideológico em que se encontrava.

O dinamismo da burguesia industrial-financeira veio agudizar as profundas distorções no sistema económico português, o que levou Rogério Martins, Secretário de Estado da Indústria entre 1969 e 1972, a declarar em 1973 que Portugal era «um regime capitalista sui generis» (Cardoso, 1974: 37) . De um lado, os grandes grupos monopolistas (cujo número era, aliás, objecto de debate), eficientes (ainda que a sua eficiência fosse por vezes exagerada), modernos, portadores da integração da economia portuguesa na economia mundial; do outro lado, uma miríade de pequenas e médias empresas, ocupando os sectores tradicionais da indústria, retrógradas, sem gestão nem planificação e sem sequer espírito capitalista de maximização do lucro. Finalmente, uma tutela estatal assente em demasiadas «almofadas protectoras» desde a lei do condicionamento industrial que foi «um travão às quatro rodas» do desenvolvimento económico. Um Estado incapaz de defender a iniciativa pública, de criar um grupo económico estatal moderno. [...]

A burguesia industrial-financeira estava longe de propor o regresso aos princípios da economia liberal, o desmantelamento puro e simples da intervenção do Estado. Pretendia, ao contrário, a substituição de uma intervenção do Estado por outra, certamente mais ampla, que confirmasse os seus interesses hegemónicos, e fosse política e administrativamente coerente com o processo de concentração do capital.

Por outro lado, torna-se evidente que a relutância do Estado não resultava de uma qualquer tara psicológica («um Estado envergonhado») e era antes o produto de um cálculo estatal à luz do qual se previa que o crescimento desmesurado dos grupos monopolistas, com o poder económico e social que implicava, acabaria por inviabilizar a prazo a função de arbitragem entre os diferentes interesses económicos que era, afinal, a razão de ser do regime corporativo. Temia-se que a concentração do capital provocasse a destruição maciça das pequenas e médias empresas já então dependentes dos grupos monopolistas por via do crédito, o que era ideológica e politicamente intolerável do ponto de vista do regime. Temia-se, por outro lado, que a segmentação crescente da força de trabalho entre os grupos monopolistas e a indústria tradicional inviabilizasse o funcionamento dos mecanismos legais (de aplicação geral) e institucionais (exigindo uma estabilidade mínima do mercado de trabalho) inscritos na matriz organizativa do Estado. Temia-se, finalmente, que a nova dinâmica económica e social viesse a colidir com os interesses específicos da administração pública – sobretudo com o interesse na sua reprodução alargada – e que esta, incapaz de se reconverter, se desmoronasse, provocando um caos político e administrativo.

Este cálculo estatal poderia ter sido infirmado e os temores afastados se o Estado se transformasse num super-grupo económico, como lhe era proposto, mas isso estava para além do máximo de consciência possível do regime. O cálculo funcionava no interior do bloqueio ideológico.

Este bloqueio ideológico não era uma impertinência, tinha uma base material, o colonialismo, o qual, por isso, funcionou também como base material da resistência do regime ao grande capital. No início da década de setenta o debate sobre o regime centrou-se na opção Europa ou África. Os sectores políticos da oposição democrática, dominados pela nova pequena burguesia urbana, sobretudo sensível à falta de liberdades cívicas e políticas, viam na abertura à Europa o caminho para uma ordem democrática estável. No campo socialista, muitos jogavam na hipótese de a integração europeia se vir a fazer sob a égide socialista, o que constituía um motivo adicional para optar pela Europa contra o regime. Não havia ideias muito precisas sobre o modo de resolver o problema colonial, mas aceitava-se que ele só era resolúvel em colaboração com os movimentos de libertação e, portanto, em nenhum caso por meio da guerra. Propunha-se a reconversão económica das colónias e acima de tudo temia-se o regresso maciço dos brancos. O problema colonial era concebido como um problema do regime.

Alguns grupos financeiros tinham operações com as colónias cujo peso era proporcionalmente importante, mas em geral o capital monopolista não estava interessado numa relação colonial clássica. A Europa absorvia metade do comércio externo português enquanto as colónias absorviam menos de um quarto e com tendência a diminuir. A média indústria mais evoluída tinha também a Europa no seu horizonte. [...] Aos «sectores progressivos» do capital interessava uma relação neocolonialista, assente no desenvolvimento progressivo da econo-

mia dos países africanos caucionado por uma alteração substancial do quadro político. Em finais de 1973 a SEDES (Associação para o Desenvolvimento Económico e Social), afecta a estes sectores, definia vários cenários possíveis para a sociedade portuguesa. O cenário desenvolvimentista, alinhado pelos interesses da burguesia industrial-financeira, era designado por «Viagem à Europa» e pressupunha a «definição de uma nova política portuguesa em relação aos territórios ultramarinos, com o aparecimento de Estados juridicamente independentes, ainda que ligados à antiga metrópole por estreitos vínculos económicos e culturais» (SEDES, 1974: 26).

Isolado perante a opinião pública mundial, mas contando com apoios internacionais interessados no seu valor geo-estratégico, o colonialismo transformou-se gradualmente na quinta-essência do regime, a verdadeira base material da sua reprodução ideológica. O colonialismo como que se substituíra ao corporativismo no núcleo central do regime. O corporativismo do Estado Novo, não tendo nunca passado de uma meia-realização de um meio-projecto perdera a operacionalidade como mecanismo de engenharia social e deslizava para a bancarrota ideológica. Em 1970, e como que a tentar convencer-se a si próprio, Marcelo Caetano era forçado a repetir: «Já noutras ocasiões tive ensejo de afirmar que o corporativismo continua a ser válido (eu tentava-me mesmo a dizer: cada vez mais válido) como organização e como doutrina. Não me cansarei de repeti-lo».

O regime não tinha uma concepção imobilista da relação colonial. Sabia que para a manter era necessário permitir-lhe alguma transformação. Daí as medidas do período marcelista no sentido de dar maior autonomia económica às colónias (o novo sistema de pagamentos interterritoriais). Mas, mais uma vez, essas medidas, pela sua timidez e ambiguidade, em vez de dispersarem as contradições crescentes da relação colonial, concentravam-nas. Depois de dez anos de guerra e de recusa de diálogo eram precisas medidas mais ousadas que certamente transbordavam da própria relação colonial e do quadro político que lhe dava consistência. Mas aí funcionava o bloqueio ideológico já então quase reduzido a simples instinto de sobrevivência do regime. Por isso, as medidas propostas não dispensavam a guerra e eram, antes, parte dela. À medida que o regime se apoiava no colonialismo, o colonialismo apoiava-se na guerra. Na sua fase derradeira, o regime era pouco mais que a sua guerra. Perante ela, encontrava-se numa posição de total impasse: impossibilitado de ganhar a guerra, o regime estava também impossibilitado de a perder.

Tanto para a manutenção como para a solução deste impasse o regime dependia exclusivamente do seu aparelho militar. Mas a lógica política do regime só parcialmente recobria a lógica técnica do aparelho militar. Para este, fazer a guerra começou por ser um problema técnico-administrativo, uma exigência legitimamente constituída de que legitimamente fora incumbido. Do ponto de vista da lógica militar só havia uma saída face à impossibilidade técnica de ganhar a guerra: aceitar uma derrota honrosa e transferir para o Governo a responsabilidade de encontrar outras vias de solução do conflito. A isso, porém, obstava o regime, para o qual não havia qualquer outra via de solução. Foi este impasse, em que se não reconhecia, que levou o aparelho militar a transformar o problema técnico da guerra no problema político da guerra. Neste processo, as forças armadas politizaram-se. Enquanto a esmagadora maioria das altas patentes, mais tarde chamada «Brigada do Reumático», prestava vassalagem política ao Governo, os capitães organizavam na sombra o Movimento das Forças Armadas

(MFA). A base material do regime transferia-se para o interior do aparelho militar e, com ela, as contradições em que assentava. Ao contrário do que sucedera com as forças armadas americanas no Vietname, as forças armadas portuguesas «foram obrigadas» a deslegitimar a guerra que não tinham podido ou sabido vencer, um processo de que foi detonador público o livro do então General António de Spínola *Portugal e o Futuro*. Mas deslegitimar a guerra equivalia a recusar continuar a guerra, equivalia, enfim, a recusar servir o regime. Privado do seu aparelho militar, o regime colapsou.

Boaventura de Sousa Santos, «A Crise Final do Regime», in *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Edições Afrontamento, 2ª Edição, 1992, pp. 17-27.

4

A REVOLUÇÃO DO 25 DE ABRIL E O PERÍODO DE NORMALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA

Documentos seleccionados:

- O 25 de Abril – António Reis
- Revolução ou era?... – José Medeiros Ferreira
- O processo da descolonização – Pedro de Pezarat Correia
- O 25 de Abril e a descolonização – Eduardo Lourenço
- O último teatro leninista – Dominique Pouchin
- O tempo segundo: «a aliança Povo/MFA»... – Boaventura de Sousa Santos
- A edificação do sistema institucional democrático... – Vital Moreira
- O triunfo do sistema pluralista – Kenneth Maxwell

O 25 de Abril

A revolução de 25 de Abril de 1974 representa um marco fundamental não apenas na história do Portugal contemporâneo, mas em toda a história da nacionalidade. Com ela não só se fecha o ciclo imperial iniciado com a expansão marítima no século XV, como se abre a via da integração numa nova entidade política em gestação – a Comunidade Europeia. A reposição da sociedade portuguesa nos trilhos da inspiração liberal, implantados pela Revolução de 1820, surge assim a um tempo como consequência inevitável do esgotamento de um modelo autoritário, ferido de morte pelo impasse do colonialismo e pelo isolamento internacional, e como instrumento indispensável de aceleração de um processo já em curso de modernização económica, social, cultural e mental, que vinha esbarrando com os obstáculos político-institucionais levantados por aquele modelo.

Não foi fácil nem linear, porém, a implantação do regime democrático num país vítima de quase meio século de anestesia cívica, a braços com uma descolonização tardia e obrigado a enfrentar em simultâneo os efeitos da crise económica internacional que acabara de irromper no ano anterior. Circunstâncias estas que explicam as peculiares características que entre nós assumiu a transição para a democracia, por comparação com outros países europeus da época envolvidos em processos semelhantes. Uma transição em que sintomaticamente se concentraram em escasso ano e meio décadas de história contemporânea vividas agora nos balões de ensaio dos díspares modelos revolucionários que partidos políticos e militares manipulavam em ingénua euforia. [...]

Do modo mais ou menos rigoroso como caracterizamos a Revolução de 25 de Abril decorrerá, não tenhamos dúvidas, a compreensão mais ou menos alargada e aprofundada do sentido dos acontecimentos subsequentes, das razões do fracasso das aventuras revolucionárias tentadas e de parte dos factores explicativos do reajustamento político-partidário entretanto operado. Importa, por isso, ter presente, antes de mais, a origem exclusivamente militar do acto de derrube do regime autoritário na sua versão marcelista e a sua motivação primeira no impasse gerado por guerras coloniais sem solução política no contexto desse mesmo regime. Com efeito, o 25 de Abril não representa o coroamento de uma luta político-partidária das forças oposicionistas, nem sequer resulta de uma pretensa penetração ideológica no seio das Forças Armadas das teses anos a fio por essas mesmas forças defendidas. Não se situa, por outro lado, na linha de continuidade das sucessivas tentativas putschistas desencadeadas no seio da instituição militar e de que o golpe de Beja, uma dúzia de anos antes, fora a última. A tradição putschista era indissociável de uma estreita articulação com as forças oposicionistas civis, que neste caso não existiu. Pela primeira vez na nossa história, uma mudança de regime é ditada por um movimento estritamente militar, que age em total autonomia relativamente a partidos políticos e forças da sociedade civil. O próprio 28 de Maio fora um movimento preparado no âmbito da promiscuidade entre militares e forças políticas e económicas civis, que os últimos anos da I República haviam favorecido. O 5 de Outubro fora precedido pela acção de propaganda e consciencialização cívica do Partido Republicano, que preparou e hegemonizou a participação dos militares. E as várias intervenções do exército no período oitocentista foram sempre realizadas em conúbio com as forças civis, em

consequência até, no contexto da época, da ausência de rígidas fronteiras de separação entre um e outras.

Apesar do combate travado ao longo de décadas pelos grupos oposicionistas, o certo é que o carácter autoritário e repressivo do regime salazarista limitou substancialmente os efeitos de consciencialização democrática e cívica que através dele se procuravam obter e impossibilitou o desencadeamento de um movimento de massas minimamente organizado e eficaz, que servisse de suporte a uma acção revolucionária político-militar. Os surtos de agitação de massas do pós-guerra e da campanha do general Delgado, importantes sem dúvida, acabaram por ser controlados com relativa facilidade e, mesmo no período marcelista, a reinsistência nos métodos repressivos após a ligeira abertura de 1968-1969 conduziu a novo refluxo na luta oposicionista. Com a agravante, porém, de precipitar o afastamento da ala liberal do regime, reduzindo-lhe ainda mais a sua base de apoio e mergulhando-o num processo autista que lhe seria fatal. Nestas condições, bem se poderá dizer que o regime autoritário foi mais vítima de si mesmo e da sua incapacidade para solucionar o problema colonial do que derrubado por forças exteriores. Suicidou-se com um tiro sobre si próprio, desfechado pelo seu braço armado, os militares, só muito tardia, indirecta e limitadamente abertos à influência dos grupos oposicionistas, cujo contributo foi sobretudo o de manter vivo o fogo sagrado de uma alternativa.

Não espanta, por isso, o papel que virá a ser desempenhado pelos membros do Movimento das Forças Armadas (MFA): de autores materiais do derrube do regime a dirigentes de um processo revolucionário, o passo era curto e tentador, apesar dos iniciais propósitos de rápida devolução integral do poder a forças civis democraticamente legitimadas pelo sufrágio universal. Como não espanta a facilidade com que muito cedo os principais partidos aceitaram o papel dirigente do MFA, apesar dos diferentes conteúdos e limites que lhe atribuíram. Ambos os comportamentos resultam da já sublinhada autonomia com que os militares agiram no processo de derrube do regime e da relativa subalternidade do contributo civil. A falta de entrosamento prévio entre políticos civis e militares concorrerá, por outro lado, para o aparecimento de tentativas de instrumentalização partidária, facilitadas pelo súbito fascínio que as ideologias de esquerda, e principalmente a marxista, passaram a exercer no seio das Forças Armadas, até aí à margem de questões ideológicas e com reduzido grau de formação política, em consequência do carácter fechado do regime. A tentação de subsituir o mito até então impulsionador da acção das Forças Armadas – a defesa do Império e da civilização cristã e ocidental – por um mito oposto – o do anti-imperialismo e da libertação nacional – era também grande. Nestas condições, só a emergência a partir da sociedade civil e de partidos guiados pelo modelo democrático-ocidental de uma forte alternativa civilista e de base parlamentar poderia vir a neutralizar essa tentação de inspiração terceiro-mundista, como veio a acontecer com o precioso concurso da maioria da oficialidade das Forças Armadas, que a tempo se apercebeu do anacronismo e do utopismo de um projecto revolucionário-castrense. [...]

Revolução ou era?...

Eis-me de novo lançado na aventura de escrever sobre a história de Portugal decorrente do 25 de Abril de 1974. A primeira vez data de 1979. [...]

Não recuei perante o emprego do termo «revolução» para caracterizar aquele período, desde que iniciei o trabalho em 1979 e até que ele foi publicado em 1983. Já em 1985 utilizei o conceito de «revolução imperfeita». E justificava-o da seguinte forma: «Julgo assim ficar ao abrigo de qualquer mudança, que se venha a verificar, na natureza da revolução implicando novas interpretações. Não será pertinente recordar que a revolução liberal de 1820 só pode ser bem entendida pelos eventos da guerra civil subsequente e pela vitória de 1834?» O título «uma revolução imperfeita» destinava-se a cobrir a falta de perspectiva temporal mas também indicava um movimento incompleto (M. Ferreira, 1985).

O próprio conceito de revolução em história tem vindo a perder adeptos na proporção quase directa do abandono da história política a favor da história económica, social e das mentalidades, onde as estruturas e as tendências pesadas da economia e da sociedade raramente se precipitam em rupturas abruptas ou em movimentos rápidos. As constantes geográficas, as séries de preços, as estatísticas da produção económica ou a análise quantitativa dos grandes actos sociais são geralmente refractárias ao conceito de revolução. De certa maneira, quando se opta pela história estrutural opta-se pela observação da continuidade e abandona-se aquele ritmo de tempo onde as revoluções são assinaláveis. A própria «revolução industrial», para se revelar, necessitou de muito tempo, entre os séculos XVIII e XIX.

Esta hegemonia das concepções estruturais quase tornou a História uma ciência auxiliar de outras, nomeadamente da Economia. A história quantitativa dos grandes espaços e a história nacionalista e regional conjugaram-se para desviar os historiadores do conceito de revolução e da importância a atribuir às rupturas. Procuram-se mais as continuidades do que as diferenças. Daí que, hoje em dia, qualquer diferença, qualquer evolução do *statu quo* nacional e internacional apareça como uma surpresa que ninguém previu. A História como foi feita e ensinada nos últimos cinquenta anos não permite entender o que é uma revolução.

Acresce que uma difusa doutrina *situacionista* insinua-se através de fórmulas como a do «fim das ideologias» ou a do «fim da História», reforçando ainda mais a espessura das concepções unidimensionais que imperam nas Ciências Sociais. No caso do saber histórico, essas concepções são particularmente tirânicas e estereis.

Hoje, emprega-se o termo «revolução» para designar outros movimentos noutros campos. Temos, por exemplo, a «revolução tecnológica», a «revolução das telecomunicações» ou a «revolução informática». Enquanto isto acontece, os historiadores tornam-se cada vez mais parcimoniosos na utilização do conceito, que, sem saída no seu meio mais familiar, emigra para saberes mais sensíveis às transformações contemporâneas.

O facto de a maior parte da produção científica sobre a sociedade portuguesa contemporânea ter sido obra de juristas, sociólogos, economistas e politólogos ajuda também, em muitos casos, ao abandono da perspectiva revolucionária.

Alguns autores preferem mesmo, nos seus trabalhos, analisar, na sociedade portuguesa, a predominância das continuidades entre o regime salazarista e corporativo e o Estado demo-

crático a identificar as transformações operadas. É o caso de Manuel de Lucena e de Joaquim Aguiar, entre os mais elaborados.

Manuel de Lucena realça a persistência do corporativismo de associação na sociedade portuguesa e, mesmo, na instituição das instituições, ou seja, na Constituição, vê relevantes semelhanças entre a plebiscitada em 1933 e a aprovada pela Assembleia Constituinte em 1976. É ele quem o afirma (1989, p. 506): «As nossas duas revoluções encontram-se no plano – essencial – das relações entre a sociedade civil e um Estado em expansão. Aqui, uma análise atenta mostra que, em Portugal, quase quinze anos volvidos sobre a queda do regime autoritário, se não pode excluir que uma continuidade profunda venha a prevalecer sobre as rupturas ocorridas».

E, mais adiante, são as semelhanças estruturais entre as duas Constituições de 1933 e de 1976 – «as irmãs inimigas» – que o autor enxerga: «Uma análise aprofundada desvenda impressionantes similitudes entre estas Constituições» (*ibid.*, p. 507).

É certo que as tais semelhanças são apresentadas como decorrendo de analogias infra-estruturais. Em primeiro lugar, trata-se da «dupla legitimidade» existente nas duas Constituições, em segundo lugar, ambas implicam «uma espécie de comunidade de destino»; em terceiro lugar, ambas apresentam a inexistência de um modelo socioeconómico relativamente coerente; em quarto lugar, ambas têm uma «função latente».

Nessa «função latente» o autor assinala que as duas últimas Leis Fundamentais «desenvolvem notavelmente a intervenção do poder político na vida económica e social, assim se inscrevendo sob o mesmo signo na já longa história da expansão do Estado português...» (*ibid.*, pp. 507-510).

Essa «expansão do Estado português» acabaria, aliás, por caracterizar apenas uma fase do processo posterior ao 25 de Abril, com as novas instituições económicas e sociais derivadas das nacionalizações e da Constituição de 1976, para, após a segunda revisão desta, em 1989, se iniciar aparentemente a marcha contrária.

Pelo seu lado, Joaquim Aguiar conceptualiza todo este período como sendo «pós-salazarista». Para este autor (1985, p. 19), «o pós-salazarismo deve ser entendido como a designação dos sucessivos fracassos políticos que não conseguiram partir da situação de facto que foi o fim do salazarismo para a constituição de um novo projecto viável». Deste modo, «o efeito da ruptura que inaugura a democracia acaba por ter como componente mais significativa o facto de ter contribuído para ocultar a complexidade e o ritmo da degradação dos problemas existentes na sociedade portuguesa. Na aparente diferença radical que teria sido introduzida pela democracia está [...] uma das razões mais fortes para a linha de continuidade que constitui o pós-salazarismo, exactamente porque encobre, sob um disfarce formal, essa continuidade real».

Porém, um sociólogo como Boaventura Sousa Santos utiliza o conceito de «crise revolucionária» para caracterizar o período de 1974-1975. Analisando as consequências sobre o aparelho de Estado («Do Golpe de Estado à Crise Revolucionária»), este autor separa o Estado e a Sociedade. Quanto ao primeiro, considera (1990, p. 27) que: «O colapso do regime em 25 de Abril de 1974 não implicou o colapso generalizado do Estado. A ruptura deu-se ao nível das características fascistas do velho regime: o partido único, a polícia política, as milícias paramilitares, o tribunal plenário (para julgamento dos crimes políticos), os presos políticos, a repressão da liberdade de expressão e de associação.»

Porém, «o sistema administrativo manteve-se intacto nas suas estruturas de decisão», e o saneamento a que se procedeu limitou-se ao afastamento de pessoas «que não de processos». Mesmo «um dos mais importantes pilares ideológicos do Estado Novo, a Igreja Católica, foi poupada à contestação social e resguardou-se de qualquer processo de transformação interna» (*ibid.*). Apesar disto tudo, este autor mantém que se deu uma ruptura a 25 de Abril de 1974 que transformou o perfil da crise vivida desde 1969 em Portugal. «Esta transformação consistiu na criação, ou melhor, na explosão do movimento social popular, que se seguiu imediatamente ao golpe de Estado. Foi, sem dúvida, o movimento social mais amplo e profundo da história europeia do pós-guerra» (*ibid.*).

Essa perspectiva comparativa não é frequente nas análises sobre Portugal contemporâneo, nomeadamente no que diz respeito ao cotejo com o processo de queda das outras ditaduras europeias como a grega e a espanhola e, mais tarde, com a queda dos regimes autoritários na Europa de Leste.

Dois juristas de Coimbra não recuam também no emprego do conceito de revolução para caracterizar as mudanças operadas na sociedade portuguesa: «Mas entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Abril de 1976 desenvolveu-se toda uma revolução, certamente uma das mais profundas e mais popularmente participadas das revoluções portuguesas. Ao lado do MFA emergiram as forças sociais e políticas e irromperam os movimentos populares. As agudas contradições de classe, anteriormente reprimidas, estalaram» (Canotilho e Moreira, 1993, p. 12).

Para estes autores foram as massas populares os artífices da revolução: «Desencadeia-se um autêntico *processo revolucionário*, ou seja, um processo de alteração de estruturas económicas, sociais e políticas por acção directa de movimentos de massas» (*ibid.*).

Aliás, durante o período pré-constitucional, muitos responsáveis e protagonistas políticos classificaram esse tempo como «revolucionário» (por exemplo o então presidente da República, general Costa Gomes, no seu discurso inaugural da Assembleia Constituinte, a 2 de Junho de 1975) e a insistência no uso da frase feita «processo revolucionário em curso», que até se consagrou na conhecida fórmula PREC, permite generalizar ao todo nacional a percepção de se ter vivido uma época revolucionária, independentemente dos seus resultados. E a percepção dos contemporâneos sobre os acontecimentos que viveram é um dado comportamental que o historiador deve ter na devida conta.

Os acontecimentos desencadeados em Portugal pelo 25 de Abril também foram encarados como revolucionários numa perspectiva internacional. De certa maneira, abalaram durante alguns meses a rigidez das concepções sobre as zonas de influência exclusiva das superpotências de então, os EUA e a União Soviética, e contribuíram para o fim das ditaduras na Europa e para um acesso rápido à independência de vastos territórios em África. Internacionalmente, o ano de 1975 foi marcado por Portugal. E durante o período pré-constitucional confluíram para Portugal muitos revolucionários provindos da Europa de 1968, da América Latina de Allende e da resistência brasileira aos coronéis, além de jornalistas dos mais conhecidos órgãos de comunicação mundiais. Os Estados mais activos enviaram diplomatas e outros seus agentes de qualidade rara. Algo de especial e único aconteceu então entre nós.

Porém, vinte anos depois, poucos ousam utilizar o conceito de revolução para caracterizar as transformações operadas na sociedade portuguesa. Quase todos concordam que, em algum momento, a «normalização democrática» significou o fim da revolução.

E, no entanto, as modificações continuaram a verificar-se e até se aceleraram depois da adesão à Comunidade Económica Europeia em 1986, de tal maneira que é avisado salientar-se que há dois momentos distintos na transformação contemporânea de Portugal: o período revolucionário entre 1974 e 1975 e o período posterior à adesão à Comunidade Europeia. Um mesmo transe em dois momentos?

Por outro lado, conhecendo o destino das grandes revoluções, como a americana de 1773-1776, a francesa de 1789-1793 e a russa de 1917-1921, quase se diria, generalizando, que só os contra-revolucionários as consideraram como tais. Os principais protagonistas revolucionários não-de sempre, por um motivo ou outro, considerar as revoluções «geladas», «inacabadas», «usurpadas», «desvirtuadas», numa insatisfação permanente perante o curso da história. Essa insatisfação não deixa, aliás, de ser um elemento espiritual dinâmico na vida dos homens, mas não é amiga dos historiadores.

Assim, para os que em Portugal acreditaram numa alteração radical da sociedade e das formas de vida quotidiana, sempre lhes há-de aparecer como minguada a expressão que as coisas tomaram.

Entre os que consideram que a revolução não se cumpriu, convém distinguir dois géneros. Um grupo pretende que ela foi uma potencialidade que não chegou a acontecer, enquanto o outro marca datas para o seu estiolamento, desde o 25 de Novembro de 1975 à acção dos primeiros Governos Constitucionais.

Se o Partido Comunista Português situou o fim da revolução e o início da «recuperação capitalista» nos idos da queda de Vasco Gonçalves e na ascensão do Partido Socialista entre o VI Governo Provisório e o I Constitucional, já um radical como João Martins Pereira só vislumbrou uma pré-revolução na sociedade portuguesa em toda essa convulsão. Também Otel Saraiva de Carvalho sairá insatisfeito com o rumo que os acontecimentos tomaram depois do 25 de Novembro. E o próprio general Ramalho Eanes, nos discursos pronunciados a 25 de Abril de 1977 e de 1978 na Assembleia da República, deu expressão aos desiludidos com a dimensão social do processo de «normalização democrática».

João Martins Pereira (1976, pp. 197-198) caracterizará, assim, todo esse período como sendo «pré-revolucionário»: «O processo português, em particular entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro, pode resumidamente definir-se como uma situação pré-revolucionária típica, em que o facto de o partido *potencialmente* revolucionário se ter colocado no campo do poder de Estado (e não no do poder de base, que aparece a *dobrá-lo*) faz desviar a questão do poder na *sociedade* para a questão do poder *dentro das Forças Armadas* (mais concretamente, *dentro do aparelho militar*).»

Na mesma linha vem Eduarda Dionísio desenvolvendo um testemunho literário e vivencial da mais alta qualidade que se constitui como fonte histórica das forças da esquerda dominada e marginalizada após a normalização da democracia constitucional.

Já para vários quadrantes do pensamento conservador, os acontecimentos originados pelo 25 de Abril foram considerados francamente revolucionários.

Um dos intelectuais conservadores que melhor traduziu, desse ponto de vista, o carácter revolucionário do 25 de Abril foi, indiscutivelmente, José Enes (1987, p. 17), o primeiro reitor da Universidade dos Açores: «A revolução de 25 de Abril, sob o ponto de vista bélico, não passou de um pronunciamento militar, incruento. Como transformação estrutural do Estado,

porém, foi a revolução mais violenta que abalou a alma e o corpo da Nação portuguesa em toda a sua história. Foi uma autêntica *catástrofe*: uma eversão de alto a baixo de todo o sistema estatal português.»

Mas não se tratou apenas de uma «eversão» de todo o sistema estatal português. As próprias normas que regiam as actividades e definiam um modelo de sociedade foram alteradas por forma inédita em Portugal: «Nem a dominação espanhola, que subjugando a soberania não amputou a integridade jurídica e territorial do Reino, nem a Revolução Liberal, que mudando os códigos e a administração, confiscando as ordens conventuais e secularizando o Estado, conservou a religião oficial e as ordens sociais; nem a implantação da República, que substituindo o regime e separando a Igreja e o Estado, não afectou a inteireza territorial e, perseguindo a religião católica, favoreceu a sua purificação e reforma, nem a Revolução de 28 de Maio, que acentuando a marginalização histórica de Portugal, restaurou o projecto do Império, equilibrou as finanças nacionais, e estabeleceu o pacto de conciliação entre as forças ideológicas e políticas que desde a segunda metade do século XVIII disputam o poder do Estado [...] nenhuma destas revoluções nem todas em conjunto avançaram tanto na destruição do sistema estatal português: na política, na economia, no território e na ideologia» (*ibid.*, p. 17).

A revolução do 25 de Abril irá ainda herdar o código concentrado de todas as rupturas anteriores já citadas: «Mas todos aqueles momentos de viragem histórica estiveram presentes no 25 de Abril. A dominação espanhola com o nacionalismo, ressentido e sonhador do sebastianismo; a revolução liberal e a implantação da República com o demiurgismo legislativo e o seu projecto laicista para a sociedade portuguesa; o 28 de Maio com a marginalização histórica, a má consciência da guerra colonial e das violências políticas e a degenerescência política das instituições do Estado» (*ibid.*, pp. 17-18).

O conceito de *revolução* está assim presente em quase todos os pensadores deste período, seja para caracterizar um momento, evocar uma possibilidade, medir a sua insuficiência, ou para indagar sobre o passado de Portugal.

Assim, ao voltar agora ao assunto, mantenho a ideia de se ter operado um movimento brusco na sociedade portuguesa, desencadeado pela acção do 25 de Abril de 1974. E não me refiro apenas à sociedade política, onde foram manifestas as modificações introduzidas. O 25 de Abril desencadeou profundas alterações nos valores e na vida social nacional. Ele marca uma «era», tantas são as ocasiões em que é tomado por referência: «Antes do 25 de Abril...», «só com o 25 de Abril», «depois do 25 de Abril» são expressões coloquiais quotidianas que se impuseram nos últimos vinte anos.

A data de 25 de Abril de 1974 marca, pois, o século XX e divide a sociedade em «antes» e «depois». Será isso uma revolução? É certamente uma era.

José Medeiros Ferreira, «Prefácio», *Portugal em Transe (1974-1985)*, *História de Portugal*, vol. VIII, Círculo de Leitores, 1993, pp. 7-11.

O processo da descolonização

A generalidade dos portugueses só desperta para a descolonização das suas colónias com o 25 de Abril, mal se apercebendo que ela se inscreve, ainda que tardiamente, no processo global do termo dos impérios coloniais europeus.

A aprovação da Carta da ONU em São Francisco, em 26 de Junho de 1945, anunciara uma nova época, dominada pela bipolaridade e pelo anticolonialismo dos EUA e URSS, superpotências emergentes da guerra 1939-1945, e o seu artº. 73º obrigava as potências coloniais a promover, nas suas colónias, «(...) *sistemas de autogoverno de acordo com as aspirações políticas das populações*».

Aliás, estas superpotências, inicialmente de acordo na exigência da descolonização, viriam a perturbar todo o processo que se seguiu, confrontando-se no apoio a partes diferentes e até antagónicas e infiltrando, nas lutas de libertação, o conflito ideológico E-W e as suas ambições hegemónicas, visando atrair os países nascentes para os blocos que lideravam.

Foi na Ásia que o anticolonialismo explodiu com mais vigor e também assim se passou nas colónias portuguesas. No estado da Índia, em 1954, verificavam-se as primeiras revoltas contra o domínio português e as primeiras perdas territoriais, com a anexação *de facto*, pela República da Índia, dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli. Mas logo se estendeu à África, impulsionado pela reunião do V Congresso Pan-Africano, em Outubro de 1945, na cidade inglesa de Manchester, que difundiu um apelo a todos os povos de África para que se empenhassem na luta pela independência.

Em Abril de 1955 o movimento anticolonial recebe um novo e decisivo impulso, quando nasce, em Bandung, o Movimento dos Não-Alinhados, que viria a ter papel de relevo no apoio aos movimentos de libertação das colónias. Em 1963, com a fundação da organização de Unidade Africana (OUA), os movimentos, que nela tinham assento, conquistam maior projecção e apoios.

Todas as potências europeias, com percursos mais ou menos conturbados, foram aceitando a independência das suas colónias, que só Portugal recusava, intransigente no artifício semântico que transformava as colónias em províncias ultramarinas.

O facto de os portugueses só terem assumido a descolonização quando da transferência do poder leva a que, em geral, se confunda esta parte com o todo, o que constitui uma fase de um processo que é mais longo, e mais complexo.

Da análise sistemática e comparada das várias descolonizações, dos objectivos, das partes em confronto, dos seus desenvolvimentos, conclui-se que a globalidade de um processo de descolonização configura um **ciclo da descolonização**, que compreende 5 fases sequenciais. São elas, a **fase da tomada de consciências**, a **fase da luta de libertação**, a **fase da transferência do poder**, a **fase da independência**, a **fase da consolidação da identidade nacional**, nenhuma delas constituindo um compartimento estanque, pois cada uma é condicionada pela situação que herdou da fase anterior e a forma como decorre vai, por seu lado, influenciar decisivamente a que se segue.

Mas apenas o colonizado percorre na íntegra este ciclo. O colonizador, em geral, só participa no processo de descolonização na fase da transferência do poder. Nas duas primeiras fases,

contrariando-as ou procurando impedi-las, situa-se ainda numa perspectiva colonial e, nas duas últimas, a sua participação é já num quadro de cooperação com os novos países independentes que, quando assume formas aberrantes, pode dar lugar a relações neocoloniais.

A descolonização das colónias africanas portuguesas seguiu, rigorosamente, este ciclo, sendo o período que se seguiu ao 25 de Abril apenas a fase da transferência do poder. [...]

Esquemáticamente, podem alinhar-se as seguintes conclusões:

1. A descolonização das colónias portuguesas processou-se tendo de contar com os seguintes **condicionamentos**:

- a fase da tomada de consciência desenvolveu-se na clandestinidade e foi sujeita a forte repressão;
- a fase da luta de libertação elevou-se ao patamar da luta armada, numa guerra colonial em 3 frentes e que durou 13 anos;
- na fase da transferência do poder, Portugal encontrava-se em posição frágil, decorrente de uma rotura revolucionária e da instabilidade que se lhe seguiu:
 - crise económica na sequência do choque petrolífero de 1973;
 - alheamento das forças políticas e da população em geral;
 - aparelho militar desgastado por 13 anos de guerra e pelas cisões resultantes do golpe militar.

2. Portugal, depois do 25 de Abril, definiu uma política para a descolonização a que faltou um planeamento prévio que o regime colonial inviabilizara. A essa política correspondeu uma **estratégia** para a sua participação na transferência do poder, consubstanciada em objectivos a cumprir e tarefas a desenvolver.

3. Foram os seguintes os grandes **objectivos** gerais:

- respeito pelas resoluções da ONU: reconhecimento do direito à autodeterminação e independência e garantia da integridade territorial;
- recusa do simples abandono ou de modelos neocoloniais;
- defesa dos interesses nacionais.

4. Foram estas as **tarefas** globais:

- definição do enquadramento legal e constitucional;
- negociação do cessar-fogo nas colónias em guerra;
- definição da legitimidade dos interlocutores às negociações;
- negociação da transferência do poder e estatutos da transição;
- preparação da cooperação futura.

5. Dentro deste quadro global, houve condicionamentos, objectivos e tarefas específicas para cada uma das colónias, pois cada uma era um caso singular, ainda que com pontos comuns entre elas. Assim:

- Guiné - tinha declarado unilateralmente a independência reconhecida por mais de 80 países; necessidade de negociar cessar-fogo; um único interlocutor mas comum a Cabo Verde;
- Moçambique - necessidade de negociar cessar-fogo; um único interlocutor; travar tentativas golpistas da minoria branca;
- Cabo Verde - não havia guerra; um único interlocutor mas comum à Guiné; consulta eleitoral precedendo a independência;

- S. Tomé e Príncipe – não havia guerra; um único interlocutor; consulta eleitoral precedendo a independência;
- Angola – necessidade de negociar cessar-fogo em 3 frentes; 3 interlocutores em conflito entre si; travar manobras separatistas golpistas da minoria branca; travar manobras separatistas em Cabinda; consulta eleitoral precedendo independência, enfrentar guerra civil, intervenções estrangeiras e a guerra internacionalizada, que impediram o modelo de transferência do poder acordado;
- Timor – não havia guerra; 3 interlocutores; consulta eleitoral precedendo a independência; enfrentar guerra civil e invasão estrangeira que impediram o modelo de transferência do poder acordado.

6. Apesar das dificuldades implícitas nos condicionamentos, Portugal respeitou os princípios e executou as tarefas com vista a cumprir os objectivos. Os casos em que não o conseguiu foi onde o processo foi violentamente interrompido por intervenções estrangeiras armadas. A intervenção estrangeira em Moçambique, se bem que posterior à presença de Portugal, viria também a prejudicar a fase da consolidação da identidade nacional. As interferências externas foram, sem dúvida, o factor mais perturbador e maior responsável pelos desfechos mais negativos e com consequências mais dramáticas, da fase da transferência do poder da descolonização portuguesa, e que inviabilizou o cumprimento de alguns objectivos, nomeadamente a garantia da permanência nas ex-colónias dos nacionais que o desejassem.

7. Apesar de tudo, foi a forma como se empenhou na transferência do poder que permitiu que as relações entre Portugal e os países que foram suas colónias se venham desenvolvendo num clima de solidariedade. [...]

8. Foi também o facto de ter assumido o seu papel no processo de descolonização que muito contribuiu para que Portugal recuperasse a sua credibilidade no seio da comunidade internacional, de que fora marginalizado com a política colonial da ditadura.

O 25 de Abril e a descolonização

Quinhentos anos de existência *imperial*, mesmo com o desmazelo metropolitano ou o abuso colonialista que era inerente ao privilégio de colonizadores, tinham fatalmente de contaminar e mesmo de transformar *radicalmente* a imagem dos Portugueses não só no espelho do mundo mas no nosso próprio espelho. Pelo *império* devimos *outros*, mas de tão singular maneira que na hora em que fomos amputados à força (mas nós vivemos a amputação como «voluntária») dessa *componente imperial da nossa imagem*, tudo pareceu passar-se como se jamais tivéssemos tido essa famigerada existência «imperial» e em nada nos afectasse o regresso aos estreitos e morenos muros da «pequena casa lusitana».

Estranho «império» terá sido o nosso e mais estranho povo para que, tendo, de súbito, parecido ter perdido *a alma da sua alma*, pareça sobretudo ter ficado chocado com a invasão-enxurrada das pedras vivas dessa imperialidade, amontoadas ao acaso no Aeroporto da Portela. (Pequena porta, portaló de espécie particular para recolha do lixo imperial.) Já noutro lugar glosámos a espantosa mistura de consciência e bravata com que *possuímos* sem de todo possuir, e *perdemos* sem de todo o perder, pois não o tínhamos, esse «império» cuja essência histórica e imortal foi para Camões a razão mesma do seu canto. É verdade que o épico lhe juntava a Fé e que era mesmo em função desse adjutório que o império se justificava a seus olhos e que há muito nenhuma espécie de «fé», mesmo sob a forma laica da civilização europeia, justificava um império que subsistiu através de uma coerência imperialista ocidental, enquanto ela mesma não se desfez, de dentro e de fora. Todavia, no caso português, o mais interessante não foi aquilo que esse «império» fez de nós, tornando-nos realmente *outros*, como ingleses e holandeses outros se tornaram com as respectivas aventuras imperiais, mas aquilo que ele de nós *não fez* [...].

O que *fomos como portuguesas da Metrópole*, o que éramos como donos reais ou potenciais de terras longínquas ficou separado e separado continuou praticamente até ao fim de uma das mais insólitas aventuras colonizadoras do planeta. Só num Vieira existiu a *dupla e mítica participação* nessa aventura que não foi de dupla face, mas de diversificada espécie e por isso não nos converteu *noutros* tanto como se poderia esperar.

Inexistente como fonte de vivências capitais modeladoras da nossa *imagem corporal e moral*, o Império português serviu no entanto para lhe alterar, no plano ficcional, o carácter sensato. O Brasil, como a Índia durante uma época, como a África no final, acrescentavam-se, na imaginação do português cultivado (e por contágio nos outros), ao pequeno país para lhe dar *uma dimensão mágica* e através dela se constituírem como espaços compensatórios. Potencialmente um «grande país» (como os célebres mapas que rebatiam Angola e Moçambique no espaço europeu), economizávamos o penoso dever de palpar a nossa pequenez. [...]

Treze anos de guerra colonial, derrocada abrupta desse Império, pareciam acontecimentos destinados não só a criar na nossa consciência *um traumatismo profundo* – análogo ao da perda da independência – mas a um repensamento com profundidade da *totalidade da nossa imagem perante nós mesmos e no espelho do mundo*. Contudo, todos nós assistimos a este espectáculo surpreendente: nem uma nem outra coisa tiveram lugar. [...]

Um acontecimento tão espectacular como a derrocada de um «império» de quinhentos

anos, cuja «posse» parecia co-essencial à nossa realidade histórica e mais ainda fazer parte da nossa *imagem corporal ética e metafísica de portugueses* acabou *sem drama*. [...] É verdade que o drama existiu objectivamente como cegueira *nacional* durante quase treze anos partilhada pela maioria dos metropolitanos e a totalidade dos coloniais, mas a natureza do antigo regime não só o não deixou vir à superfície impedindo a questão africana de se tornar *objecto de pública e natural discussão* como o promoveu a página gloriosa (uma mais) a acrescentar ao nosso currículo de fabricantes de pátrias lusas. [...] Num dos momentos de maior transcendência da história nacional, os portugueses estiveram *ausentes* de si mesmos, como ausentes estiveram, mas na maioria «felizes» com essa ausência, durante as quatro décadas do que uma grande minoria chamava «fascismo», mas que era para um povo de longa tradição de passividade cívica apenas «o governo legal» da Nação.

É certo que no estreito círculo dos militares e políticos que intervieram na mais rápida descolonização de que há memória, houve discussões, problemas de consciência, «drama» até, mas em termos de confiscação abusiva da representatividade nacional, análoga, embora de sentido oposto, à do antigo regime. Houve, sobretudo, uma estranha mas coerente permanência da ilusão capital da clássica mitologia colonialista, tal como o regime de Salazar a promovera. *Exemplar* como revolução metropolitana que derruba quatro décadas de poder autoritário e semitotalitário com flores no cano das espingardas, a Revolução de Abril não eclode com o propósito consciente de pôr *um termo absoluto à imagem de Portugal colonizador exemplar*, mas para dentro dela encontrar uma *solução à portuguesa*, igualmente exemplar, de descolonização. Essa perspectiva ilusória não fazia parte apenas da política que o nome de Spínola tentou encarnar, mas de gente como Mário Soares e sobretudo como Almeida Santos, este último convencido, ao que parece, que um *Portugal democrático* era conciliável com uma descolonização com permanência branca consistente em África. A realidade ia manifestar-se bem diversa: não só essa permanência se manifestou utópica nos termos em que fora imaginada, como os mesmos homens que em Portugal impuseram a sua imagem política como pilares do anticomunismo ou da hegemonia política de cariz marxista, contribuíram para o triunfo em Angola e sobretudo em Moçambique de regimes com essa referência. E uma vez mais, sem que também todo este processo tenha provocado *em termos portugueses* aquela perplexidade e até aquela convulsão que, à primeira vista, parecia inevitável.

Todavia, a ideia óbvia, que Portugal acabara de viver *o fim de um ciclo histórico* impôs-se, menos pela ressonância traumática dos acontecimentos que lhe dão corpo que pelos *problemas imediatos*, físicos, que o carregamento e o encargo imprevistos (!) dos «retornados» suscitaram a um País a braços com uma situação revolucionária que polariza toda a paixão política nacional. Rei morto, rei posto, mitologia colonial e colonialista defunta, nova *mitologia nacionalista* se começa a reformular, para que *a imagem mítica caduca* em que nos revíamos com complacência pudesse servir de núcleo e alimentar o projecto vital, histórico e político de um povo, de súbito reduzido à estreita faixa atlântica que nunca nos bastou, mas que é agora o nosso navio de regresso, enalhado à força na barra do Tejo. [...]

O País foi posto diante do facto consumado e como tal o recebeu, não só porque tinha a vaga consciência de que não era possível outra solução, como supunha – talvez a justo título – que era o preço a pagar pela sua própria *libertação*. Este foi o reflexo natural da Esquerda que vai então dos comunistas aos socialistas e à qual nenhuma outra força política consistente

ousa opor-se, mesmo verbalmente. Quanto ao povo português – que a sério nada conhecia do fabuloso e mágico Império – só tomará realmente consciência dos acontecimentos quando após as independências de Angola e Moçambique centenas de milhares de *retornados* invadem de súbito a pacífica e bonacheirona terra lusitana...

Eduardo Lourenço, «Psicanálise Mítica do Destino Português», Vence, 1978, in *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Pub. Dom Quixote. 5.ª Ed., 1992.

O último teatro leninista

Permitam-me, para começar, que fixe três imagens desta Revolução. A primeira, tem data anterior à própria Revolução. É a imagem de um pequeno e modesto apartamento de Paris onde, no princípio de Março de 1974, encontrei pela primeira vez Mário Soares. Era então um jovem jornalista estagiário do *Le Monde*. Como o Exército português apresentava sinais de agitação, com três estados de alerta já declarados, o jornal mandou-me saber o que se passava. Desconhecendo tudo sobre Portugal, procurei Mário Soares. Este explicou-me um certo número de coisas. Disse-me que a situação era grave, que o Exército estava descontente e, para utilizar no caso de me deslocar a Portugal, deu-me uma carta de apresentação dirigida a Raúl Rego, director do *República*.

A segunda imagem, talvez mais simbólica e mesmo emblemática, é a chegada de Álvaro Cunhal a Lisboa e a sua subida para um carro de combate.

A terceira imagem, quase desconhecida, apaixonou-me imediatamente: é a do Estádio 1º de Maio, em 1974. No meio da multidão, um manifestante erguia, em forma de cartaz, um grande ponto de interrogação.

Proponho-me retomar estas imagens, sobretudo as referentes aos dois dirigentes políticos, por serem eles que encarnaram, mais do que todos os outros, a questão posta pelo manifestante anónimo com o seu ponto de interrogação. E a questão era, muito simplesmente, a da democracia.

Como já foi mencionado, esta Revolução desencadeou paixões e polémicas por ter colocado, dia após dia, durante dezoito meses, a questão da democracia. Uma questão portuguesa, mas também, no fim de contas, a nossa questão. A questão de todos.

Por isso, dizer que os *media* estrangeiros, e em especial os franceses, cometeram o erro de analisar a Revolução portuguesa através de uma leitura própria, é uma crítica injusta ou, pelo menos, insuficiente. Porque essa grelha de leitura era inevitável. Porque a questão não era especificamente portuguesa, mas, igualmente, universal. Era a questão da revolução e da democracia. Da democracia e da liberdade.

Não houve, portanto, uma visão «turística» da Revolução portuguesa. Não éramos os estrangeiros frustrados que desembarcavam em Lisboa, de que falou Vasco Lourenço. Vínhamos aqui procurar a resposta à questão que a nós próprios inquietava.

E não se tratava de uma questão simples, donde o meu receio em analisá-la com os olhos de hoje. O que hoje nos parece banal, do domínio da evidência, era, há dezasseis anos, extraordinariamente complexo. Recuando no tempo, direi que a Revolução portuguesa constituiu um momento-charneira da História do pós-guerra. Aconteceu no momento exacto em que tudo estava verdadeiramente a caminho de mudar. Acelerou a mudança.

Em 1973, a imagem chave que percorria o Mundo é a de um homem de metralhadora a tiracolo, defendendo o último reduto de La Moneda. É a imagem de Allende, defendendo uma Revolução que queria legal e legalista. É a derrota de uma Revolução que queria ter o Direito pelo seu lado.

Em 1975, predomina a imagem dos helicópteros sobre o telhado da Embaixada ameri-

cana em Saigão. É igualmente a imagem da vitória sangrenta num processo de descolonização, da vitória inacreditável de um povo contra o maior Exército do Mundo.

Bem enquadradas, estas imagens são, também, as da própria Revolução portuguesa. Uma e outra exprimem o modo como a questão da democracia se punha no Portugal de 1974/75. Explicam o fascínio que Portugal despertou.

No dia em que os helicópteros evacuavam pessoas do telhado da Embaixada americana, *Le Monde* titulava à largura da primeira página: «Libertação de Saigão». Longe de ser interpretada como sinal de eventuais tendências esquerdistas do jornal, esta *manchete* revelava, sim, os conceitos de Liberdade, de Democracia e de Revolução tal como, então, nos mobilizavam.

Ora Portugal oferecia-nos, citando o meu amigo André Pautard, «uma Cuba na Europa do Sul». Não era perante um caso de exotismo que nos encontrávamos. Mas, sim, perante a ideia de que a Revolução era de novo possível no velho Continente, no cabo da Europa. De que, por uma singular curva da História, a Revolução que tinha ganho a periferia, o Chile, o Vietname, podia regressar ao centro e adquirir actualidade num país europeu, perto de nós.

Podem senti-lo como provocação de minha parte. Mas não é grave. Creio que, de certa maneira, as imagens de Portugal em 1974/75 pouco mais faziam do que reflectir o que se dizia no Rossio e o que se teatralizava diariamente nas manifestações. Porque esta Revolução foi sobretudo verbalista e teatral. Com uma dupla vantagem: é que se tratava de um teatro a sério sem atingir, salvo raras excepções, níveis de violência.

Quais eram as grandes imagens deste teatro?

Eram os blindados do RALIS virando os canhões para a fachada de São Bento, uma imagem extraordinária que nos transportava para o Palácio de Inverno; eram as manifestações que desciam as ruas do Bairro Alto, gritando e exigindo a dissolução da Assembleia Constituinte; eram os operários da construção civil sitiando o Parlamento; eram os soldados encauçados dando conferências de imprensa e anunciando a criação de soviets nas Forças Armadas; eram os camponeses alentejanos em constantes idas e vindas no caminho Évora-Lisboa.

Com todas estas imagens e com todo este teatro operou-se em Portugal uma espécie de reposição histórica, reunindo todos ou quase todos os ingredientes do leninismo.

E para continuar a provocação direi que esta revolução foi o último teatro leninista.

Aqui se reeditaram, num revivalismo a todos os títulos extraordinário, os clássicos debates sobre a vanguarda, o vanguardismo, o populismo, o sindicato como correia de transmissão do partido, o sindicato único ligado ao partido, a liberdade de imprensa, as liberdades reais e as liberdades formais. Tudo isto regressou, tudo foi revisitado, como num filme.

Porquê? Porque na Europa a utopia revolucionária alcançava o apogeu, o esquerdismo estava no zénite. E porque o PCP, recém saído da naftalina, se afirmava, na cena pública, como um partido da terceira internacional estalinista, fazendo renascer a época da luta de classes, directa e activamente ou através de um silêncio cúmplice que, segundo conveniências tácticas, se estendia por vezes aos esquerdistas, com os quais viria a aliar-se no âmbito da FUR.

A originalidade do processo português mede-se, também, pela intervenção dos jovens oficiais das Forças Armadas e do seu órgão de «expressão política», o MFA, graças a quem o poder popular se permitia formar soviets nas fábricas e dispor de uma cúpula militar. Em termos simbólicos e em termos reais os oficiais encarnavam, de facto, a legitimidade revolucionária, sistematicamente invocada e sem a qual nada era possível fazer.

Esta revolução terá sido um braço de ferro, um face a face, entre a utopia revolucionária e a razão democrática. Terá relançado os termos do debate, velho de mais de um século, entre liberdade real e liberdade formal, entre igualdade democrática e legitimidade revolucionária, entre sufrágio universal e luta de classes. Mas ao relançar esse debate contribuiu para o decantamento de certas verdades.

A primeira é que a legitimidade revolucionária não se avalia, não se procura no fundo das urnas; para se manter precisa de se alicerçar nas multidões, nas massas em pleno movimento. Ora, ao fim de alguns meses, nomeadamente no famoso Verão de 1975, apurou-se que a proclamada legitimidade revolucionária tinha por si os cem mil camponeses do Alentejo e uma parte, sem dúvida grande, das cinturas industriais de Lisboa e Porto. Pouca gente, num país de dez milhões de habitantes. A legitimidade revolucionária repousava numa cabeça de alfinete.

A segunda relaciona-se com a amálgama frequentemente construída entre defesa do direito democrático e reaccionarismo. A partir de 14 de Julho de 1975, quando a sede do PCP foi assaltada em Rio Maior, uma das leituras a tirar da febre que grassava pelo País era a de que os nostálgicos do antigo regime se mobilizavam por todo o lado no sentido de atacar as conquistas da Revolução. De facto, de Rio Maior a Alcobaça, de Alcobaça a qualquer outra cidade do país, encontrava-se sempre o mesmo tipo de gente nessas ofensivas anticomunistas. Foi preciso algum tempo para perceber que, por detrás das aparências, algo de muito mais profundo sucedia. Que a vontade de mudança não assentava numa nostalgia serôdia, mas num movimento, nascente e grandioso, de defesa das conquistas democráticas.

Não falei muito dos militares e gostaria de dizer porquê. Trata-se ainda de uma provocação, de que peço desculpa. Tenho a impressão, embora correndo o risco de me enganar, que os militares, tão importantes e decisivos no desencadeamento do processo, se converteram, numa fase posterior, em simples figuras de cartaz. Em todos os momentos de crise – 28 de Setembro, 11 de Março e 25 de Novembro – agiram conforme a relação de forças, de tal modo que as coisas lhes escaparam, enquanto instituição e enquanto MFA.

Gostaria de acabar apresentando ainda uma imagem: a da declaração televisiva de Melo Antunes, no dia 26 de Novembro de 1975, salvando o Partido Comunista de uma dissolução anunciada. Ao mostrar que a Democracia implica a integração do adversário, este episódio simbólico representa um verdadeiro «fim de história». Julgo que Melo Antunes compreendeu o perigo de não ser respeitado o código democrático, assim como compreendeu a necessidade de o impor. Foi nesse momento, através dessa intervenção televisiva, que, em minha opinião, se instalou o Estado de Direito em Portugal.

Em 1976, a sociedade de redactores do *Le Monde* convocou uma reunião e Hubert Beuve-Méry que, apesar de ter deixado a direcção do jornal seis anos antes, era sempre convidado, quis nesse dia usar da palavra. Levantou-se e disse, rápida e discretamente com a sua voz sombria: «Fiquei um pouco inquieto quando li o jornal, há dias, porque vocês têm uma estranha maneira de pôr aspas. Li legitimidade revolucionária sem aspas e legitimidade democrática com aspas. Gostaria que pusessem as aspas no seu lugar».

Creio que a Revolução portuguesa nos ensinou a pôr as aspas no seu lugar.

O tempo segundo: «a aliança Povo/MFA»

É um tempo breve mas muito intenso. Os escassos meses da sua duração efectiva foram suficientes para inculcar no imaginário do povo português uma visão nova das forças armadas, a visão de umas forças armadas libertadoras, empenhadas na solução dos problemas básicos das classes populares ou, pelo menos, na minoração das suas carências sociais mais graves. [...]

O novo universo simbólico que se constituiu à volta desta visão das forças armadas, a partir de certa altura sloganizada na expressão «Aliança Povo-MPA», envolveu não só os movimentos sociais e as forças armadas como o Estado no seu todo, dado o papel dos militares no derrube do fascismo e na condução dos processos políticos que se lhe seguiram. Daí que as relações entre os movimentos populares e o MFA (a que simbolicamente são reduzidas as forças armadas) devam ser tratadas no contexto das transformações jurídico-políticas do Estado em que tiveram lugar.

Antes de proceder a esta análise impõe-se uma precaução metodológica. É que, segundo as preferências ideológicas dos analistas, duas posições extremas têm sido tomadas no que respeita aos movimentos sociais que explodiram depois de Abril de 1974. Segundo uns, os movimentos sociais foram um movimento popular, genuíno, espontâneo e autónomo, um movimento que manteve intacta a sua lógica própria de desenvolvimento ao longo de todo o processo apesar das tentativas partidárias para o controlar. O movimento popular falhou porque, uma vez frustrada essa tentativa de controlo, as forças políticas organizadas e os aparelhos do Estado que elas controlavam tudo fizeram para asfixiar e bloquear as decisões e as actividades das organizações populares de base. Segundo outros, o movimento popular foi pouco mais do que a correia de transmissão das decisões dos comités centrais de várias organizações políticas partidárias, um movimento manipulado, instrumentalizado, se não mesmo criado *ab ovo* por essas forças políticas e para os objectivos políticos por que elas lutaram. Através do suposto movimento popular autónomo essas forças políticas procuraram contrabalançar as perdas antecipadas e depois concretizadas ao nível da legitimidade eleitoral que entretanto se foi constituindo.

Penso que qualquer destas generalizações tem uma dose de verdade e talvez várias de falsidade; que a verdade está talvez entre elas ou acima delas; que qualquer delas cobre, parcialmente, experiências sociais e processos de mobilização e de participação populares muito diferentes; e, finalmente, que para chegar a conclusões seguras neste domínio é necessário que muito mais investigação seja feita sobre cada uma dessas experiências e cada um desses processos. A minha hipótese de trabalho é que o movimento popular criado ou desencadeado depois do 25 de Abril constitui uma das características mais específicas da revolução portuguesa e que, mesmo tendo em conta todas as diferenças relevantes (ou seja, o período específico em que tiveram lugar, a área social em que intervieram, a região do país onde dominaram), a riqueza do movimento popular não pode ser reduzida a estratégias partidárias ou mesmo à decisão do MFA de promover ou aceitar a certa altura os termos da «Aliança Povo-MFA».

O desenvolvimento e a verificação desta hipótese assenta num pressuposto teórico sobre a natureza do poder do Estado neste período e sobre a lógica das transformações por que pas-

sou ou não passou. Muito brevemente direi que se tem geralmente considerado que uma das características mais importantes do processo revolucionário consiste no que se designa por *dualidade de poderes*, ou seja, na coexistência de dois centros de poder diferentes, apoiados em bases sociais contraditórias e apontando para formas de Estado também diferentes. Assim Lenine considerou que a dualidade dos poderes entre os Sovietes e o Governo entre Fevereiro e Outubro foi a característica mais específica da revolução russa. Trotsky expandiu o conceito de dualidade de poderes e converteu-o numa característica geral de todas as revoluções, mesmo das revoluções burguesas.

Em minha opinião, apesar de Portugal ter sido nesse período um dos países mais livres do mundo – tal como Lenine dizia da Rússia no período da revolução –, não houve uma situação de dualidade de poderes. Por razões que não posso desenvolver aqui, mas que têm a ver com a própria natureza do processo político que desencadeou a crise revolucionária, a situação foi antes a de *dualidade de impotências*, ou seja, nem poder burguês nem poder operário. Esta dualidade de impotências em termos da natureza de classe do poder político teve dois componentes fundamentais. Em primeiro lugar, uma dualidade institucional no interior do próprio Estado; não, portanto, uma dualidade entre o Estado e algo fora dele, mas antes um *Estado dual*. Em segundo lugar, uma paralisia selectiva mas muito importante das funções administrativas do Estado.

A emergência do Estado dual ficou simbolizada logo nos primeiros dias da revolução pela contradição entre a hierarquia de comando e o comando revolucionário dos capitães, entre a Junta de Salvação Nacional e a Comissão Coordenadora do Programa do MFA. Esta dualidade estendeu-se em breve a todos os sectores do Estado, ainda que de formas e com objectivos diferentes. Mas em geral o padrão foi o seguinte: dada a resistência passiva ou activa da administração pública tradicional, ou seja, do núcleo central da burocracia estatal, perante as novas condições e dada a sua incapacidade para dar resposta às novas solicitações e aos novos problemas sociais com que era confrontada, verificou-se em quase todos os aparelhos do Estado a criação de instituições paralelas, menos burocráticas e, sobretudo, preenchidas com funcionários activamente identificados com a revolução. A essas novas instituições foi cometida a tarefa de articularem a adaptação do Estado às novas condições e, portanto, de encontrarem respostas institucionais e administrativas para a explosão social já em movimento. Entre muitos outros exemplos, no Ministério da Habitação enxertou-se o SAAL no FFH e no Ministério da Agricultura criou-se o IRA e nele se foram enxertando os CRRA e o SADA.

Em todo este processo a burocracia tradicional do Estado não foi transformada – houve saneamentos, muitas vezes oportunistas, e sempre de pessoas que não de processos de decisão –, foi apenas suspensa, paralisada e de algum modo mantida de reserva à espera de condições mais afeitas à sua reactivação. Foram as novas instituições que se propuseram articular o Estado com o movimento popular.

Foi, pois, no contexto de um Estado dual e de uma paralisia quase total do núcleo central da administração pública que a relação entre o MFA e o movimento popular teve lugar. São quatro as dimensões principais dessa relação:

- a ratificação popular do golpe militar;
- a resolução de problemas concretos das classes populares no meio rural e urbano;

- as campanhas de dinamização cultural;
- a tentativa de desenvolver uma nova forma política de Estado capaz de articular e institucionalizar de modo coerente a relação entre o povo e o MFA.

Há algo de sequência temporal nestas quatro dimensões. Apesar de todas estarem presentes de uma ou outra forma nas várias fases da revolução, cada uma delas tendeu a ser dominante em fases diferentes.

A primeira dimensão (ratificação popular do golpe militar) surgiu logo no dia 25 de Abril quando a população de Lisboa abraçou os soldados da revolta. Foi este um factor político importante, que depois alastrou ao país.

Quanto à segunda dimensão (resolução dos problemas concretos das classes populares), é sabido que, logo depois do 25 de Abril, os homens do MFA foram literalmente invadidos por pedidos, queixas, comissões, delegações, problemas em fábricas, bairros, escolas, prisões, repartições do Estado. Era a explosão social. Teoricamente todos estes problemas poderiam ser devolvidos para os canais adequados à sua resolução: o Governo e a administração pública. Mas a tanto obstou a paralisia administrativa a que fiz referência. E gradualmente o MFA foi assumindo a responsabilidade pelas reivindicações sociais emergindo do movimento popular.

Deverá aqui salientar-se a acção do COPCON sobretudo no domínio da habitação e no da ocupação de casas. Muito se tem escrito sobre o COPCON, mas omite-se quase sempre a riqueza dos processos de mediação e de negociação social que ele protagonizou. Fê-lo, ao contrário do que se tem dito, segundo uma lógica coerente, na medida em que a evolução dos seus padrões de actuação é o espelho da própria trajetória da revolução. Começou por ser uma intervenção com base em mecanismos *ad hoc* e dentro do quadro legal existente. Passou depois a uma intervenção de confrontação com esse quadro mas, mesmo neste caso, procurou sempre criar um novo enquadramento legislativo que consolidasse, legitimasse e ordenasse as conquistas do movimento popular. Neste campo é importante o projecto de lei elaborado pelo COPCON sobre a ocupação de casas. E mais importante ainda é a discrepância entre ele e a lei de ocupações de Abril de 1975, uma discrepância que, em si, exemplifica bem a natureza do Estado dual a que fiz referência. Assim, enquanto o projecto do COPCON (que era o braço armado do Estado) fazia assentar a intervenção estatal nas comissões de moradores, a lei do Governo provisório eliminou toda e qualquer referência a essas comissões. Em qualquer caso, é de salientar que é verdadeiramente através da solução de problemas concretos que o MFA se transforma em imaginário social de libertação, em centro de um universo simbólico de luta contra a miséria e a injustiça.

De algum modo, esta expansão simbólica foi o objectivo explícito da terceira dimensão a que fiz referência: as campanhas de dinamização cultural. Esta foi considerada uma dimensão fundamental da articulação povo/MFA e, à partida, os militares tinham capacidade técnica para a levar a cabo dado o treino em acção psico-social a que tinham sido submetidos na guerra colonial. Apesar disto, esta dimensão foi sem dúvida a que teve menos êxito. Por um lado, deu-se pouca atenção à dimensão cultural das carências materiais; por outro lado, e acima de tudo, imperou o controlo partidário, sobretudo por parte do PCP, e o afunilamento ideológico. No entanto, mesmo aqui é difícil de generalizar sem riscos. Há que estudar caso a caso.

A quarta dimensão é talvez a mais complexa: a proposta de criação de um novo modelo de Estado em que a articulação entre o movimento popular e o MFA fosse institucionalizado. Resultou de vários factores: a necessidade de vigiar o carácter anarquista e por vezes não democrático de algumas organizações populares de base; o agravamento das lutas sociais e a ausência de uma direcção política firme; as clivagens no seio do MFA e a luta pelo controlo de uma forma política em que a participação popular fosse articulada à luz da vocação supra-partidária do MFA.

Esta tentativa de converter o MFA num intermediário entre os partidos e as massas populares atingiu o climax em 8 de Julho de 1975 com o Documento-Guia da Aliança Povo/MFA. É um documento importante quando se compara com documentos revolucionários com objectivos semelhantes noutras revoluções. A participação popular na vida do Estado é construída a partir da base, de modo coerente e global. Por outro lado, as forças armadas são radicalmente reestruturadas de modo a incorporar essa participação. No entanto, este documento foi um nado-morto. Quando se institucionalizou a aliança Povo/MFA o povo já lá não estava. O povo já não era as classes populares com problemas concretos. Eram os C.D.R. do PCP e os C.R.T.S.M. do PRP-BR. Eram projectos partidários que se digladiavam em lutas ideológicas tão virulentas quanto estéreis. A proposta que foi adoptada era a menos sectária, mas mesmo essa trazia a marca da organização partidária que a hegemonizara (o MES). Aliás, o MFA, o outro lado da aliança, também já lá não estava, na medida em que o documento em nada reflectia a correlação de forças dentro da ala progressiva das forças armadas.

A democracia directa condenava-se à inanição. Significa isto que a partir de então a democracia representativa seria a única alternativa? Penso que não, e que as propostas mais inovadoras, ao tempo muito vilipendiadas dado o sectarismo da comunicação social, foram as que tentavam elaborar um modelo político em que se combinavam a democracia directa e a democracia representativa: uma terceira via entre o modelo representativo social-democrático e o modelo soviético. Esta teria sido, em meu entender, a contribuição mais original da revolução portuguesa para o património universal da transformação socialista. São conhecidas as negociações sérias neste sentido entre o Grupo dos Nove e Otelo. À primeira vista, essa seria uma forma política adequada às condições estruturais da formação social portuguesa e às condições criadas pelo próprio processo revolucionário. Por um lado, o universo simbólico de libertação à volta da democracia representativa depois de 50 anos de fascismo, reforçado pelo peso da pequena burguesia na sociedade portuguesa e o seu apego às liberdades civis e políticas. Por outro lado, a necessidade de dar coerência e globalidade à participação popular numa sociedade que, dadas as suas assimetrias, poderia facilmente conduzir ao desencanto e à indiferença das classes populares perante o jogo político da democracia representativa, cheio de pequenas rotinas e corrupções, de deseconomias e de ineficiências. Enquanto a intervenção mitigada da democracia directa fortaleceria o tecido democrático da sociedade portuguesa, a democracia representativa constituiria a melhor defesa contra a vertigem insurreccionalista de algumas forças políticas organizadas.

São conhecidas as negociações em fins de Agosto de 1975 e o seu falhanço. Perante esse falhanço, só havia duas saídas para as forças progressivas do MFA: ou forçarem a democracia directa sem democracia representativa, arriscando a guerra civil e constituindo-se em vanguarda política para mais cedo ou mais tarde serem instrumentalizadas numa concepção leni-

nista de partido; ou, pelo contrário, apoiarem-se numa concepção social democrática que hostilizava frontalmente a democracia directa e visava a reconstituição do poder capitalista, o que mais tarde ou mais cedo conduziria à marginalização do MFA. Independentemente das posições políticas de cada um, é importante reconhecer que as forças armadas portuguesas daquele período preferiram a marginalização à instrumentalização. E, mais importante ainda, é que isto se aplica tanto ao Grupo dos Nove como a Otelo, ainda que não ao COPCON no seu todo. No caso do Otelo, o significado é muito especial porque, logo após o 25 de Novembro de 1975, pagou com prisão a sua opção.

[...] O universo simbólico da «aliança povo-MFA» é o resultado de uma explosão social que convoca a instituição militar a uma presença decisiva na vida colectiva para as tarefas e utilidades de paz, que não de guerra. É uma convocação multifacetada nos seus objectivos. Vai desde a reparação da estrada ou a projecção do filme até à criação de novas formas de organização social e política (assembleias populares, assembleias de unidade, comissões de moradores, comissões de dinamização, etc., etc.) concebidas como alvíssaras de uma nova democracia directa. É também multifacetada quanto às suas formas, compreendendo as mais informais e inorgânicas (casos da ratificação popular do golpe militar e das petições à porta dos quartéis) e as mais formais e orgânicas (caso das campanhas de dinamização e sobretudo do Documento-Guia da Aliança Povo-MFA). Mas acima de tudo esta convocação foi rápida e funda, seduzindo e confundindo tanto os actores dos movimentos quanto os do MFA.

Por tudo isto, a relação entre forças armadas e sociedade que subjaz a este universo simbólico é uma *relação revolucionária*: as classes populares são convocadas a participar colectivamente na melhoria das suas condições de vida e a fazê-lo de colaboração com forças político-militares genuinamente ao lado delas, contra as classes anteriormente dominantes.

Boaventura de Sousa Santos, «Os três tempos simbólicos», in Colóquio *Portugal 1974-1984. Dez anos de transformação social*, Revista Crítica de Ciências Sociais, Maio 1985, pp. 25-32.

A edificação do sistema institucional democrático

Grandes traços do desenvolvimento institucional – O ponto mais marcante foi obviamente a democratização das instituições, a começar pela organização do Estado. Ultrapassado o período inicial em que se reconheceu um espaço à legitimidade revolucionária – que se prolongou até 1982 com a persistência do Conselho da Revolução –, afirmou-se sem discussão a democracia representativa, baseada na legitimidade eleitoral e na competição pluripartidária.

Também no plano da «democracia participativa» se verificou uma importante mudança. Numa primeira fase, ocupam lugar de relevo as «organizações populares de base» (assim lhes chamava a primeira versão da Constituição): depois, tais organizações foram perdendo peso, e a participação democrática concentrou-se na intervenção dos «parceiros sociais» em numerosos órgãos de consulta ou de concertação, desde o Conselho Nacional do Plano até ao propriamente dito Conselho Permanente de Concertação Social.

O princípio democrático, no sentido de autogoverno através de órgãos representativos eleitos, passou a ser também norma de organização para a generalidade das organizações sociais, como os sindicatos, e até para algumas instituições públicas integradas na Administração (como as escolas).

Uma segunda linha de desenvolvimento institucional foi a descentralização política e administrativa do Estado. Nasceram as regiões autónomas dos Açores e Madeira, reconheceu-se e reforçou-se o poder local. Ficaram por criar, porém, neste período, as regiões administrativas no continente. Em todo o caso, alterou-se radicalmente a estrutura antecedente do Estado, caracterizada pelo monolitismo e pela centralização. A par disso desenvolveu-se também a ideia de autonomia e de autogoverno de certas instituições, desde a magistratura judicial às universidades, sem esquecer as «ordens» profissionais.

Uma terceira característica foi a radicação do pluralismo público de ideias e de representações, proporcionada, nomeadamente, pela liberdade de criação e orientação dos meios de comunicação social. Ampliou-se, de resto, o papel institucional dos *media*, onde o sector público, inicialmente bastante extenso por efeito directo e indirecto das nacionalizações, foi depois progressivamente reduzido, com as privatizações dos jornais, a proliferação das rádios e finalmente a concessão de redes de televisão. [...]

As revisões constitucionais – Como é próprio das constituições pós-revolucionárias, não tardou que a alteração da correlação das forças sociais e políticas pressionasse no sentido da revisão da Constituição, visando a atenuação dos seus objectivos, a neutralização das suas formulações e a abertura à flexibilidade legislativa, sobretudo no campo económico e social. Apesar da grande pressão para antecipar a reforma constitucional nos últimos anos da década de 70, a Constituição só veio a ser revista, nos termos nela previstos, na segunda legislatura, iniciada em 1980, tendo a revisão sido ultimada em 1982.

Foram as seguintes as principais modificações dessa primeira reforma constitucional:

– Atenuação da componente ideológico-programática, com a supressão ou moderação de muitas das fórmulas mais carregadas doutrinarmente;

- Eliminação do Conselho da Revolução, sendo as Forças Armadas submetidas aos órgãos de soberania comuns;
- Diminuição dos poderes de intervenção política do Presidente da República;
- Aumento dos poderes institucionais da Assembleia da República;
- Criação do Tribunal Constitucional.

Embora tenha havido consideráveis alterações noutras áreas (direitos fundamentais, organização, económica. etc.), pode dizer-se que o impacto principal da primeira revisão constitucional, para além da atenuação ideológica, consistiu na afinação da forma de governo semipresidencial, acentuando a sua componente parlamentar.

À medida que se distanciavam os anos da revolução, continuavam a perder força alguns dos padrões revolucionários de transformação social, aumentando, por isso, as movimentações sociais, políticas e ideológicas no sentido da abolição dos obstáculos constitucionais à revisão da ordem económico-social herdada do período revolucionário, especialmente no campo das nacionalizações e da reforma agrária, de certos direitos dos trabalhadores e de alguns direitos sociais (como o Serviço Nacional de Saúde). A adesão à CEE (1986) não deixou de potenciar esse efeito. A conquista de uma maioria parlamentar absoluta por parte do PSD em 1986 – a primeira maioria monopartidária do novo regime – tornou inevitável uma nova revisão, que efectivamente veio a ultimar-se em 1989.

Foram as seguintes as suas mais importantes modificações:

- Neutralização ideológica da Constituição, tendo sido eliminadas as formulações mais carregadas que tinham sobrevivido à primeira revisão;
- Profunda reformulação da «constituição económica», no sentido da sua «flexibilização», admitindo-se, nomeadamente, a privatização das empresas outrora nacionalizadas, bem como da terra expropriada no âmbito da reforma agrária (num e noutro caso com alguns limites);
- Instituição do referendo nacional, em casos e termos bem definidos;
- Abertura à televisão privada;
- Diminuição do número de deputados à Assembleia da República e admissão da possibilidade de um círculo de âmbito nacional;
- Redução do elenco dos «limites materiais de revisão» constantes do primitivo artigo 290º da Constituição (ou seja, daquelas matérias que não podem ser afectadas pela revisão).

Outras organizações políticas – Ao lado dos partidos políticos formou-se também um escasso número de associações políticas sem carácter partidário (aliás, expressamente previstas na lei de partidos), umas de âmbito nacional, outras de âmbito regional ou local. Trata-se de associações de reflexão e debate, esgotando-se a sua acção na informação e formação da opinião pública (colóquios, debates, etc.). Algumas vieram de antes do 25 de Abril (como é o caso da SEDES); a maior parte, compreensivelmente, surgiu depois. Entre as que adquiriram alguma notoriedade e influência conta-se a Associação 25 de Abril, constituída em 1982, reunindo militares e civis, com objectivos de promoção e defesa dos valores da revolução.

Menos evidentes, mas seguramente mais influentes, revelaram-se certas organizações

«discretas» como a Maçonaria e a Opus Dei, que, de resto, estabeleceram ligações privilegiadas com alguns partidos políticos. [...]

Os sindicatos e comissões de trabalhadores – Uma das grandes modificações produzida pela ruptura com a ordem corporativa e autoritária do Estado Novo foi a libertação da capacidade de organização colectiva dos grupos e interesses sociais, bem como a sua autonomia em relação ao Estado. No que respeita aos trabalhadores, há a distinguir os sindicatos e as comissões de trabalhadores.

Logo após a revolução, os sindicatos romperam o espartilho legal corporativo e o apertado controlo estadual e assumiram a sua auto-organização e autogoverno, bem como a liberdade de federação e confederação, anteriormente inexistentes. Formaram-se sindicatos onde antes eles eram proibidos (funcionários públicos, trabalhadores rurais, pescadores). A lei (Decreto-Lei n.º 215-B/75, de 30 de Abril) não tardou a reconhecer e garantir a liberdade sindical, bem como a estabelecer as respectivas garantias (protecção dos dirigentes sindicais, direito à acção sindical na empresa, etc.).

E foi a propósito da liberdade que se suscitou uma das primeiras grandes polémicas institucionais e políticas do novo regime, a saber: a questão da unicidade sindical, que teve o seu auge em Janeiro de 1975, e que opôs a tese da proibição legal de criação de sindicatos paralelos à da liberdade de criação de sindicatos, sem restrições. Em 1975 ganhou a primeira posição. Mas logo a Constituição veio garantir, sem limites, a liberdade de formação de novos sindicatos, independentemente de virem concorrer com outros já existentes. Não tardou a formação de organizações sindicais concorrentes, tanto a nível de base, em quase todos os sectores, como no plano federativo e confederativo.

Assim, ao lado da CGTP-Intersindical, que vinha de antes do 25 de Abril (1970), formou-se em 1978 a UGT (União Geral de Trabalhadores), com base no movimento da Carta Aberta (1976), promovida sobretudo por sindicalistas afectos ao PS e ao PSD, e que beneficiou de tratamento preferencial do poder político (negociação colectiva, representação em organizações internacionais, etc.). Apesar do aparecimento da UGT – cuja maior implantação se revelou no sector dos serviços –, a CGTP conservou predominância na implantação e na influência sindical em muitos sectores, continuando a ser hegemónica no sector industrial. Mas sempre houve um número significativo de sindicatos independentes das duas centrais.

Comportando-se como adversários durante muito tempo, as duas centrais sindicais vieram depois a estabelecer relações de cooperação e a formar frente comum em lutas laborais, como sucedeu na greve geral de 1988, por ambas convocada para protestar contra os projectos governamentais de alterações da legislação laboral («pacote laboral»). [...]

Por seu lado, as comissões de trabalhadores foram um produto do período revolucionário. Nasceram como órgãos do conjunto dos trabalhadores ao nível de certa empresa ou estabelecimento. Acolhidas desde o princípio pela Constituição, foram-lhes reconhecidos importantes direitos, entre os quais sobressai o de exercer o controlo de gestão das empresas e o de promover a eleição de representantes dos trabalhadores para os órgãos sociais das empresas do sector público.

Dotadas de grande dinamismo na fase activa da revolução e nos anos seguintes, elas foram depois decrescendo em número e em actividade. Em 1990 contavam-se ainda mais de

300, sobretudo nos distritos mais industrializados (Lisboa, Porto, Setúbal, Braga e Aveiro) e a sua influência ainda era significativa em muitas grandes empresas, principalmente do sector público. [...]

Vital Moreira «A edificação do novo sistema institucional democrático» in *Portugal Contemporâneo, (1974-1992)*, dir. António Reis, vol. VI, Publicações Alfa, 1992, pp. 85-112.

O triunfo do sistema pluralista

O colapso do domínio português na África Austral em 1975 pôs fim ao último império europeu no ultramar. Cinco séculos e meio depois da tomada de Ceuta, a bandeira portuguesa deixou pela primeira vez de ser hasteada numa fortaleza africana. Os acontecimentos de meados da década de 70 em Portugal também desempenharam um papel significativo e precoce no grande conflito ideológico do século XX. O triunfo dos democratas anticomunistas nos conflitos internos portugueses entre 1974 e 1976, por um lado, juntamente com a vitória inicial das forças apoiadas pelos comunistas em Angola, no mesmo período, por outro, puseram em movimento muitas forças que iriam contribuir para acabar com a Guerra Fria na Europa, reforçando a democracia nas suas bases e aumentando os custos dos conflitos no Terceiro Mundo. Na década de 90, alguns politólogos, em especial Samuel Huntington, recuando à década de 70, começaram a encarar a democratização de Portugal como o início da «terceira vaga» da democratização, que veria a queda dos regimes comunistas na Europa de Leste e, por fim, na própria União Soviética, um período comparável aos das décadas de 1820 e 1940 na história mundial.

A série de acontecimentos desencadeada pelo golpe de Abril de 1974 criou ramificações internacionais diversificadas e duradouras. Nos Estados Unidos, esta crise suscitou grandes preocupações com a política externa durante a administração do presidente Gerald Ford. A guerra civil em Angola, desencadeada pela retirada desordenada dos portugueses e pela intervenção estrangeira, ajudou a minar a política de desanuviamento internacional, ameaçou a credibilidade da administração Carter quando os cubanos, com o apoio soviético, alargaram as suas actividades à Etiópia e a Ogaden e, mais tarde, forneceu a justificação para um rearmamento sem precedentes que fez disparar as despesas militares e que, por fim, destruiu a própria União Soviética.

Mas, durante algum tempo, este perigo mortal para o sistema soviético esteve disfarçado pelo sucesso aparente dos movimentos nacionalistas do Terceiro Mundo apoiados pelos soviéticos. Poucos viram, ou admitiram, que estes sucessos eram pírrnicos e que deviam tanto às circunstâncias locais e, no caso de Angola, aos erros de cálculo americanos, como ao poder intrínseco dos próprios movimentos, ou à eficácia das suas soluções ideológicas para os dilemas do Terceiro Mundo africano. De tal modo que o sucesso fácil, em África, das forças apoiadas pelos soviéticos criaram um excesso de confiança perigoso em regiões onde as circunstâncias eram distintas e a oposição popular de base à expansão soviética era mais ampla – em territórios como o Afeganistão, o eterno cemitério dos que têm pretensões imperiais.

Em meados da década de 70, a Revolução portuguesa teve consequências mais imediatas. O comportamento dos comunistas portugueses descreditou o movimento eurocomunista quando, durante o Verão de 1975, realizaram a última tentativa séria para tomar o poder na Europa Ocidental. Para muitos radicais europeus e norte-americanos, Portugal foi, durante algum tempo, uma via razoavelmente próxima e segura para experimentar uma revolução em curso e em primeira mão. À semelhança da Nicarágua durante a década de 80, Portugal foi invadido por «penduras» com aspirações revolucionárias e por não poucos jornalistas ambiciosos e oportunistas. Fora deste influxo surgiram alguns livros muito bons, mas os fornece-

dores de soluções rápidas para problemas antigos raras vezes queriam apanhar os pedaços logo que passasse o momento eufórico e se lhes apresentassem novas emoções.

Entretanto, na África Austral, a perda do domínio branco como tampão, fornecido pelas colónias portuguesas, determinou o destino da Rodésia branca e, com o tempo, o da própria África do Sul. Na periferia do Império, contudo, o colapso da autoridade central originou resultados menos fortuitos do que na Europa. As antigas colónias portuguesas na África Austral teriam de sofrer amargamente nas primeiras décadas de independência, com guerras civis e violência numa escala que ultrapassou de longe a dos conflitos coloniais que as precederam. A virulência dos conflitos africanos, sobretudo em Angola, foi em muito uma consequência dos acontecimentos em Portugal de 1974-1976 e da deflagração na região de conflitos resultantes da lógica da Guerra Fria. Estes conflitos mostraram ainda, e, em certos aspectos, pressagiaram, a ferocidade dos conflitos étnicos que mais tarde marcaram a periferia do velho império soviético, quando este se desmoronou no final da década de 80 e inícios da de 90.

Por outro lado, em Espanha, com a sua própria história trágica da guerra civil ainda na memória, todos os partidos da transição política que se seguiu à morte de Franco nos finais de 1975 tiveram grande cautela e bom senso, esforçando-se por evitar a repetição do colapso português. A democratização da Península Ibérica apresentou à Comunidade Europeia novas oportunidades; acima de tudo, afastava a antiga desculpa para excluir a Espanha e Portugal da nova Europa. Quando Portugal aderiu à CE em 1986 quebrou um padrão com quinhentos anos de idade na sua postura internacional, um padrão que tinha sido predominantemente oceânico e voltado para o Atlântico, marcando, portanto, uma mudança histórica.

O contexto internacional foi sempre um pano de fundo importante para os acontecimentos em Portugal. Mas os factores internacionais só por si não explicam o resultado das lutas sociais e políticas em Portugal, lutas que também devem ser encaradas no seu contexto interno. Em muitos aspectos o traço mais saliente da emergência da democracia em Portugal foi o triunfo dos moderados. Nos meados da década de 70 tal resultado estava longe de ser evidente. Alistair Horne, no seu brilhante livro sobre as lutas terríveis da descolonização francesa no Norte de África, *A Savage War of Peace*, referiu «a lição do falhanço repetido, triste, dos moderados, ou de uma terceira força para competir contra os extremos antagónicos». Esta lição, continua Horne, «é de uma relevância constante para a cena contemporânea, seja na Irlanda do Norte, na África do Sul ou na América Latina. Tal como em 1793 ou em 1917, nas revoluções modernas», conclui Horne, «é a Montanha que triunfa sobre a Gironda».

Portugal, é claro, quebrou este padrão. Não foram os girondinos que foram derrotados pelos montanheses, como na Revolução Francesa; ou, mais apropriado ao caso de Portugal, não foram os bolcheviques que derrotaram os mencheviques. Apesar do triunfalismo adoptado pelo dirigente do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal, apesar do autoritarismo atávico do regime deposto, apesar do «terceiro mundismo» adoptado pelos jovens militares radicais que imediatamente a seguir ao golpe tomaram o poder em Lisboa, apesar das maquinações de uma extrema-direita nostálgica do passado, apesar do atraso social e económico de Portugal, apesar da instabilidade política crónica que se seguiu à promulgação da Constituição em 1976, e apesar dos prognósticos sombrios de Henry Kissinger, os portugueses foram capazes de criar um sistema de governo representativo e pluralista, totalmente comparável ao que é de norma na Europa Ocidental. No contexto da Revolução portuguesa foi Kerensky

quem sobreviveu, não Lenine. Foi o socialista moderado Mário Soares quem, no final, se tornou Presidente da República e o militar radical populista Otelo Saraiva de Carvalho quem foi, primeiro, para a prisão e, depois, para a obscuridade. Neste aspecto, Portugal foi um precursor das transições em grande parte pacíficas do autoritarismo para a democracia dos finais da década de 80 na América Latina e na Europa de Leste.

Kenneth Maxwell, in *A construção da Democracia em Portugal*, Editorial Presença, Lisboa, 1999, pp. 201-204.